

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DOUTORADO**

Liliane da Cruz Caldas

**MEMÓRIAS E IDENTIDADE TERRITORIAL: A VILA DA PALHA NO CONTEXTO
TURÍSTICO DO ROTEIRO DAS CHARQUEADAS EM PELOTAS/ RS, BRASIL.**

Santa Cruz do Sul
2025

LILIANE DA CRUZ CALDAS

**MEMÓRIAS E IDENTIDADE TERRITORIAL: A VILA DA PALHA NO CONTEXTO
TURÍSTICO DO ROTEIRO DAS CHARQUEADAS EM PELOTAS/ RS, BRASIL.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em “Território, Planejamento e Sustentabilidade”, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Orientadora: Prof. Dra. Grazielle Betina Brandt

Santa Cruz do Sul

2025

CIP - Catalogação na Publicação

Caldas, Liliane

MEMÓRIAS E IDENTIDADE TERRITORIAL: : A VILA DA PALHA NO
CONTEXTO TURÍSTICO DO ROTEIRO DAS CHARQUEADAS EM PELOTAS/ RS,
BRASIL. / Liliane Caldas. – 2025.

153 f. : il. ; 28 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de
Santa Cruz do Sul, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Grazielle Brandt.

1. História oral. 2. Memória coletiva. 3. Identidade
territorial. 4. Turismo excludente. I. Brandt, Grazielle. II.
Título.

Liliane da Cruz Caldas

**MEMÓRIAS E IDENTIDADE TERRITORIAL: A VILA DA PALHA NO CONTEXTO
TURÍSTICO DO ROTEIRO DAS CHARQUEADAS EM PELOTAS/ RS, BRASIL.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional –
Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em
Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa
em “Território, Planejamento e Sustentabilidade”,
Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Dra. Grazielle Betina Brandt

Professora Orientadora – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Dra. Cidonea Machado Deponti

Professora Examinadora – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Dr. José Antônio Moraes do Nascimento

Professor Examinador– Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Dr. Marcelo Wasserman

Professor Examinador– Centro Universitário (UNIFTEC)

Dra. Mariana Barbosa de Souza

Professora Examinadora – Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

“À minha família que sempre me motivou e não mediu esforços para que eu chegasse até aqui.”

Em memória a meu tio Aneci Lourenço da Cruz.

AGRADECIMENTOS

Uma tese não se constrói sozinha, é o resultado da união de muitos esforços e envolvidos, por isso estas são algumas pessoas a quem devo agradecimentos especiais:

À Deus por sua maravilhosa graça que sustenta minha vida.

Aos meus filhos por serem minha alegria e motivação.

Ao meu marido pelo seu amor e carinho diário.

Aos meus pais e meus irmãos por serem meu refúgio e força.

À minha vó pela terna convivência.

Aos meus dindos por tantas lembranças boas de infância.

Às minhas amigas por me ofertarem conforto e risadas nos momentos difíceis.

À minha orientadora por me conduzir pela mão neste processo.

À CAPES pela oportunidade e confiança.

À Universidade de Málaga, em especial Inela Damian, Antonio Guevara, Enrique Navarro, Fatima Santos.

Aos professores que compuseram minhas bancas de qualificação e defesa, que indicaram as direções a seguir, em especial a Jose Antônio Moraes do Nascimento.

Aos colegas, que se tornaram amigos, pela grata companhia durante o curso.

Também a tantos outros que me estenderam a mão no decorrer desta viagem: Eva Farias Vaz, Marcelo Mazza Terra, Fernando Estima, Mariana Veiga, Secretaria de Turismo de Pelotas, o curso de Bacharelado em Cinema e Audiovisual da UFPel, através do professor Guilherme Carvalho da Rosa e dos alunos que participaram do projeto, em especial à Luisy Correia.

“Àquele que é capaz de fazer infinitamente mais
do que tudo o que pedimos ou pensamos.”

Efésios 3:20 (Bíblia)

MEMÓRIAS E IDENTIDADE TERRITORIAL: A VILA DA PALHA NO CONTEXTO TURÍSTICO DO ROTEIRO DAS CHARQUEADAS EM PELOTAS/ RS, BRASIL.

RESUMO

A tese investiga a memória coletiva e a identidade territorial da Vila da Palha, em Pelotas (RS), no contexto do turismo do Roteiro das Charqueadas. O estudo busca compreender os fatores que estruturam essas memórias e sua relação com a ocupação e formação territorial, além das dinâmicas entre moradores e empreendimentos turísticos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa baseada na história oral, registrando narrativas dos moradores sobre suas vivências e percepções. Além disso, realiza investigações bibliográficas e documentais para contextualizar o desenvolvimento urbano de Pelotas e sua interface com o desenvolvimento da vila. A coleta de dados foi feita por meio de um grupo focal, promovendo um ambiente participativo para compartilhamento de memórias. Os resultados mostram que a Vila da Palha, apesar de sua relevância histórica e geográfica, permanece marginalizada do turismo local. A falta de reconhecimento da história da comunidade nas narrativas oficiais reforça a exclusão, dificultando sua participação nas atividades econômicas do setor. A pesquisa também evidencia a forte relação da identidade territorial da comunidade com suas memórias coletivas e o pertencimento ao território. A ausência de registros históricos foi um desafio, destacando a importância da história oral para preservar a memória local. O estudo conclui que o resgate dessas narrativas pode contribuir para reinterpretar o papel da Vila no contexto turístico e fomentar estratégias de inclusão.

Palavras-chave: História oral; Memória coletiva; Identidade territorial; Turismo excludente; Vila da Palha.

MEMORIES AND TERRITORIAL IDENTITY: VILA DA PALHA IN THE TOURISM CONTEXT OF THE ROTEIRO DAS CHARQUEADAS IN PELOTAS/RS, BRAZIL.

ABSTRACT

The thesis investigates the collective memory and territorial identity of Vila da Palha, in Pelotas (RS), within the context of tourism in the Roteiro das Charqueadas. The study seeks to understand the factors that structure this memory and its relationship with territorial occupation and formation, as well as the dynamics between residents and tourism enterprises. The research adopts a qualitative approach based on oral history, recording residents' narratives about their experiences and perceptions. Additionally, it conducts bibliographic and documentary investigations to contextualize Pelotas' urban development and its interface with the village's growth. Data collection was carried out through a focus group, fostering a participatory environment for memory sharing. The results show that Vila da Palha, despite its historical and geographical significance, remains marginalized from local tourism. The lack of recognition of the community's history in official narratives reinforces exclusion, making it difficult for residents to participate in the sector's economic activities. The research also highlights the strong relationship between the community's territorial identity, its collective memories, and its sense of belonging to the territory. The absence of historical records posed a challenge, emphasizing the importance of oral history in preserving local memory. The study concludes that reclaiming these narratives can help reinterpret the role of Vila da Palha in the tourism context and promote inclusive strategies.

Keywords: Oral history; Collective memory; Territorial identity; Exclusionary tourism; Vila da Palha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Casa da vó materna.....	13
Figura 2- Passeio guiado com moradores da Vila da Palha	26
Figura 3- Foto na Fonte das Nereidas com os moradores participantes do passeio guiado	26
Figura 4- Visita técnica na Vila da Palha com alunos da PUC.....	27
Figura 5- Alunos da PUC na entrada da Vila da Palha	27
Figura 6- Dia da captação do grupo focal.	30
Figura 7- Preparação das filmagens na área externa	30
Figura 8- Café da tarde servido aos moradores.	30
Figura 9- Grupo no Facebook	31
Figura 10- Página no Instagram.....	31
Figura 11- Localização de Pelotas	56
Figura 12- Demarcação da ocupação urbana de Pelotas em 1815.....	57
Figura 13- Expansão do núcleo urbano de Pelotas entre 1835 a 1882.....	58
Figura 14- Mapa cadastral de 1835.	59
Figura 15- Fluxo de crescimento urbano de Pelotas entre 1815- 1916.....	61
Figura 16- Pau a pique e cobertura de palha	62
Figura 17- Casas em fita	62
Figura 18- Vila.....	62
Figura 19- Interior da Biblioteca Pública Pelotense	64
Figura 20- Turistas chegando à Pelotas	64
Figura 21- Visitação guiada na Charqueada São João	65
Figura 22- Eixo Pelotas Cultural (Museu da Baronesa e Doces tradicionais de Pelotas).....	67
Figura 23- Eixo Natureza e Doces Águas de Pelotas	68
Figura 24- Eixo Negócios e eventos (Festival Internacional SESC de Música e FENADOCE)	69
Figura 25- Pelotas Rural e Natureza.....	70
Figura 26- Charqueada São João	75
Figura 27- Charqueada Santa Rita	76
Figura 28- Charqueada Boa Vista.....	77
Figura 29- Charqueada Costa do Abolengo	77
Figura 30- Imagem de Auguste Saint- Hilaire	82
Figura 31- Estrada da Costa	85
Figura 32- CTG Negrinho do Pastoreio	86
Figura 33- Orquestra Infantil do Areal.....	86
Figura 34- Cacimba das nações	86
Figura 35- Obelisco Republicano	86
Figura 36- Travessia de Balsa para as terras dos Assumpção, ano de 1945.	91
Figura 37- Primeiro pontilhão de Madeira para o Laranjal, 1949.	93
Figura 38- Entrada da Viça da Palha, onde se localizava a porteira.	98
Figura 39- Delimitação da Vila da Palha, entre as Charqueada Santa Rita e São João.....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Roteiro das Charqueadas e seus atrativos	74
Quadro 2- Quadro de serviços de saúde e educação próximos à Vila da Palha.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AZONASUL	Associação dos Municípios da Zona Sul
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
H.O	História Oral
IDH	Índice de Desenvolvimento Urbano
IFSUL	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
PMP	Prefeitura Municipal de Pelotas
PMT	Plano Municipal de Turismo de Pelotas
SDETI	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETUR	Secretaria de Turismo
TBC	Turismo de Base Comunitária
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1. INTRODUÇÃO	17
1.1 <i>Abordagem metodológica: A história oral na construção das memórias e identidade territorial da Vila da Palha</i>	22
2. PENSAR O TERRITÓRIO A PARTIR DA MEMÓRIA, IDENTIDADE E O TURISMO	33
2.1 <i>Conceitos e Reflexões sobre o Território e o Turismo</i>	33
2.2 <i>O lugar da memória e da identidade nos territórios</i>	39
2.3 <i>O turismo e sua relação com a memória e identidade</i>	49
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CHARQUEADAS EM PELOTAS	54
3.1 <i>O desenvolvimento da cidade de Pelotas a partir das charqueadas</i>	54
3.2 <i>Pelotas e o Turismo</i>	64
3.3 <i>O Roteiro das Charqueadas</i>	71
4. A VILA DA PALHA E O TURISMO NAS CHARQUEADAS	81
4.1 <i>Olhares sobre a Vila da Palha</i>	81
4.2 <i>Memórias, identidade e narrativas dos moradores da Vila da Palha</i>	88
4.3 <i>Turismo, memórias e disputas identitárias na Vila da Palha</i>	111
5. CONCLUSÕES	122
6. REFERÊNCIAS	128
7. APÊNDICES	139
Apêndice I- <i>Transcrição da roda de conversa com os moradores da Vila da Palha</i>	139
Apêndice II - <i>Roteiro de perguntas do grupo focal</i>	152
Apêndice III- <i>Termo de autorização de uso de imagem e som de voz</i>	153

APRESENTAÇÃO

O motivo do desenvolvimento desta tese não se dá somente por uma inquietude acadêmica, mas também por familiaridade, por situações que me acompanharam ao longo da vida. Na infância eu frequentava a casa de minha avó materna (Figura 1) que ficava justamente em frente a uma antiga charqueada, a Santa Rita. As brincadeiras inocentes de criança com os primos, de pega-pega, amarelinha, esconde-esconde ou somente imaginar que um simples cesto de lixo de metal feito pelo avô, que ficava em frente à casa, se tornava em um ônibus ou barco sem sequer passar no nosso imaginário que, justo ali bem próximo ao local, no Arroio Pelotas, muitas embarcações navegaram e foram o meio de transporte que favoreceu o enriquecimento da cidade de Pelotas no final do século XIX e, ao mesmo tempo, de idas e vindas para milhares de africanos escravizados.

Figura 1- Casa da vó materna



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

Naquele momento, o máximo que eu conhecia sobre uma charqueada, eram histórias desconexas contadas sobre escravos e gado solto que existiam antigamente no local, ou sobre ouvir que o bisavô trabalhou em uma. Mas uma coisa estava consolidada em minha mente: não era para ir brincar no campo da charqueada porque lá havia muita “vaca e boi” e eles poderiam me pegar!

Não foi até entrar para a faculdade de Turismo que isso mudaria. Momento este que tive acesso à história da minha cidade, a Princesa do Sul, Pelotas, no extremo sul do Rio Grande do Sul, e, com isso, entender a importância das charqueadas (estabelecimentos de salga de carne) no contexto histórico. Assim, o que antes eram memórias vagas e infantis desconexas sobre um espaço que me causava medo, hoje, com a compreensão histórica e social, o espaço das charqueadas foi ressignificado.

A minha trajetória e estudo da ciência turística se entrelaça com minha forma de ver as ações humanas no território. Confesso que ao ingressar no doutorado, ainda tinha muita confiança no turismo como instrumento capaz de solucionar tantas carências políticas no desenvolvimento regional em qualquer canto do mundo, já que minha perspectiva era, de certa forma, “fantasiosa”, onde mais me fixava no lado positivo que esta atividade pode alcançar. No entanto, após retornar à Espanha para a mesma faculdade na qual realizei meu mestrado, a Universidade de Málaga, através da oportunidade do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), meus olhos presenciaram o quão o turismo tem sido prejudicial às comunidades. O alerta para a real problemática se deu, ao perceber a grande dificuldade que os residentes, de diferentes cidades da Europa, estão enfrentando com uma das questões mais básicas para a sobrevivência em um território: a moradia.

Atualmente a grande dificuldade em conseguir firmar um contrato de aluguel tem feito com que muitos moradores necessitem sair de suas cidades, “expulsos” pela concorrência desleal perante os preços abusivos resultantes das locações de temporada. Algumas cidades estão criando estratégias para banir este tipo de serviço. Por consequência deste, e de outros problemas, como o *overtourism*, ou seja, a alta quantidade de visitantes que, por um lado trazem altos recursos financeiros ao destino, mas por outro, tornam impossível a vida de quem necessita trabalhar e viver na cidade no dia a dia.

Os planos municipais são bem estruturados, os observatórios de turismo bem atuantes, elaborando uma análise profunda da demanda e da oferta, além de projeções sobre a participação comunitária no turismo, no entanto, esta fica participação somente no âmbito teórico, já que ao olharmos as notícias percebemos tantas reclamações e demandas dos moradores que, na maioria dos casos, as exigências do capital, do empresário e a busca excessiva pelo lucro, sobressaltam até

mesmo a sustentabilidade ambiental e social, deixando de atender muitas das reivindicações dos residentes.

Com isto chegamos a questionar: como que a exacerbação quanto a exclusão do morador da atividade turística, pode afetar um destino, a uma comunidade? Uns porque estão saturados, com dificuldade de conseguir suprir necessidades como a de um simples contrato de locação, e outros por assistirem de forma suprimida e excluída àqueles que faturam com a chegada e saída de visitantes? Ambas as situações nos levam à necessidade de aprofundar cientificamente esta atividade e buscar soluções para que o maior beneficiário, no fim, seja a comunidade, uma vez que é esta, que dá significado ao território.

Entender o contexto do surgimento da pequena comunidade da Vila da Palha, nos permitirá ter um ponto de partida para que futuras soluções quanto ao turismo que acontece ao seu entorno, venha ser um instrumento de desenvolvimento integral, trazendo benefícios e inserindo-a no contexto local uma vez que, ao longo de sua trajetória, foi permanentemente excluída.

Todas as vivências e experiências pessoais foram valorizadas e delineadas neste projeto de pesquisa que foi realizado entre os anos de 2021 a 2025 e dele, derivaram diferentes publicações em anais de eventos e capítulos de livro. Quanto aos textos publicados em anais de eventos, no ano de 2021 foram três publicações ao total, sendo no I Seminários Internacional “Ciudades Intermedias: dinâmicas y perspectivas de investigación em América Latina (Bogotá, Colômbia) o artigo “Conceitos do desenvolvimento urbano relevantes à elaboração do Plano Municipal de Turismo” (2021); no II Seminário Internacional Gestão Integrada do Patrimônio Cultural – Humanidades, Sociedade, Saúde e Ambiente (Morro Redondo, RS), “A compreensão do Território e o Turismo de Base Comunitária como Estratégia de Desenvolvimento Regional”; e no X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva (Santa Cruz do Sul, RS), também foi apresentado e publicado o texto “Turismo de Base Comunitária como estratégia para o Desenvolvimento Regional e Valorização do Patrimônio Cultural”. No ano de 2022, no XXXIII Congreso Latinoamericano de Sociología (Ciudad de México, México), foi apresentado o trabalho intitulado “O Turismo como dispositivo de Construção de Identidade para o desenvolvimento da Vila da Palha” e um capítulo no livro “Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas

e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, volume 3. Capítulo 74: “A compreensão do Território e o Turismo de Base Comunitária como estratégia de desenvolvimento regional”.

Em 2023, outro capítulo foi lançado, desta vez no livro de Políticas Públicas, procesos y dinámicas del desarrollo territorial en el Cono Sur de América Latina (Universidad de los Lagos, Chile). Capítulo 9: “Fatores históricos e as políticas públicas: condicionantes à formação da Vila da Palha - Pelotas/RS – Brasil”, além da experiência, que impactou de forma muito significativa todo o processo de doutoramento, a realização do Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior durante o período de seis meses na Costa do Sol, região turística da província de Málaga no sul da Espanha. Na oportunidade, houve a participação em grupos de pesquisas e o suporte ao Instituto Andaluz de Investigación e Innovación em Turismo (IATUR) na elaboração do "Informe de Gobernanza" para o Observatorio Turístico Sostenible de la Ciudad de Málaga, Red Internacional de Observatorios Sostenibles (INSTO) de la Organización Mundial del Turismo (OMT).

Em 2024, o artigo “Vila da Palha: Seu potencial histórico-cultural e as estratégias de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU”, foi publicado na revista de Arquitetura, Cidade e contemporaneidade- PIXO volume 8, nº 31.

Todas as experiências acadêmicas vividas e as diferentes publicações, estejam elas relacionadas direta ou indiretamente ao tema da pesquisa, influenciaram e fortaleceram ainda mais no resultado desta tese, que visa não só um impacto teórico, mas que resulte em projetos práticos na comunidade da Vila da Palha e na gestão turística participativa das diferentes “Vilas da Palha” em qualquer rincão deste mundo.

1. INTRODUÇÃO

A conexão entre memória, identidade territorial e turismo cultural tem se mostrado um campo fértil de investigação, especialmente em territórios marcados por processos históricos que moldam sua paisagem, cultura e identidade. O patrimônio cultural, enquanto construto social, é constantemente ressignificado por diferentes agentes e instituições, sendo um elemento central na valorização e preservação de territórios historicamente afetados por determinadas atividades econômicas.

No Brasil, a cidade de Pelotas, localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul, apresenta uma trajetória urbana e rural, fortemente marcada por sua história econômica, social e cultural. Com uma população estimada em 340 mil habitantes (IBGE, 2022), Pelotas figura como um importante centro regional, cuja configuração urbana atual é resultado de processos históricos complexos e de transformações territoriais impulsionadas por distintas fases do desenvolvimento econômico. A densidade demográfica do município é de 202,44 habitantes por km², o que revela uma ocupação territorial relativamente concentrada, especialmente em torno das áreas centrais e em bairros com maior infraestrutura urbana.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Pelotas é de 0,739, considerado alto, sinalizando avanços nas áreas da educação, saúde e renda. Dados anteriores do Censo 2010 apontavam que 97,1% das crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos estavam frequentando a escola, o que demonstra uma boa taxa de escolarização básica, embora ainda persistam desigualdades entre diferentes regiões da cidade, sobretudo em áreas periféricas com menor cobertura de serviços públicos.

Durante o século XIX, Pelotas destacou-se no cenário nacional como um dos principais polos da indústria do charque, atividade que, ao lado da produção agropecuária, fundamentou a base econômica da cidade por mais de um século. O ciclo do charque, fortemente sustentado pelo trabalho escravizado, não apenas gerou riqueza, mas também moldou o espaço urbano e a estrutura social, deixando um legado patrimonial visível na arquitetura do centro histórico da cidade. Com o declínio dessa atividade no final do século XIX e o advento da abolição da escravidão, o município passou a diversificar suas atividades econômicas, integrando imigrantes europeus e buscando novos arranjos produtivos.

Já ao longo do século XX, Pelotas experimentou um crescimento urbano moderado, com ênfase na expansão de áreas residenciais e no fortalecimento dos setores de serviços, comércio e educação. A criação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e, mais recentemente, do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), consolidou o município como um polo educacional de referência no interior do estado, impactando diretamente o perfil socioeconômico e a configuração territorial da cidade. Tais instituições também exercem papel relevante na produção de conhecimento e no apoio ao planejamento urbano e regional.

Contudo, o desenvolvimento urbano de Pelotas tem sido acompanhado por significativas desigualdades socioespaciais. A expansão da malha urbana ocorreu de forma desigual, com a formação de bairros periféricos carentes de infraestrutura adequada e com acesso limitado a serviços públicos essenciais. A ocupação de áreas ambientalmente frágeis, especialmente aquelas próximas a banhados e zonas de alagamento, tem exposto populações vulneráveis a riscos crescentes, particularmente em períodos de chuvas intensas e eventos climáticos extremos.

O município também se destaca por sua importância histórica e patrimonial, sendo reconhecida pelo legado das charqueadas, que desempenharam papel central na economia regional durante os séculos XIX e XX. Dentro desse contexto, a Vila da Palha, uma localidade geograficamente ligada à duas charqueadas, emerge como um espaço de significados e vivências que refletem as dinâmicas socioculturais e econômicas do passado e do presente neste território.

O turismo tem sido uma estratégia recorrente para a valorização e ressignificação de lugares históricos, promovendo o fortalecimento de uma identidade e do desenvolvimento local. No caso do Roteiro das Charqueadas em Pelotas, observa-se um esforço na preservação e promoção do patrimônio material e imaterial associado à produção do charque e às relações sociais que se estabeleceram nesse ambiente. Por outro lado, ao buscar a história da comunidade da Vila da Palha, não se encontrou nenhum registro preciso de como ela surgiu. Desde o início se tentou localizar documentos, fotos, atas, materiais de registro histórico formal (ou informal), pesquisou-se em arquivos online, bibliotecas e museus, para coletar alguns dados históricos sobre a Palha, mas pouco foi encontrado, somente dois trabalhos acadêmicos foram elaborados: (i) A percepção da comunidade local em relação ao turismo: um estudo na Vila da Palha – Pelotas/RS, sendo este um trabalho de

Conclusão do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas - UFPel da aluna Eugênia Cavalheiro Lopes em 2015 e (ii) Diálogo de saberes e ancestralidade: narrativas afrocentradas da Vila da Palha, Pelotas RS, dissertação de Mestrado do Programa de pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da UFPel, do aluno Lino José Zabala Ruiz em 2022.

A Vila da Palha constitui um espaço de significados múltiplos, no qual as memórias dos moradores desempenham papel central na construção da identidade territorial. E, apesar de sua relevância histórica e cultural, essa comunidade ainda ocupa uma posição marginal no circuito turístico oficial do Roteiro das Charqueadas. Dessa forma, compreender como os moradores do local narram e interpretam sua própria memória, torna-se fundamental para o ponto de partida da valorização da comunidade e para a formulação de estratégias mais inclusivas na atividade turística.

Desta forma, esta tese consiste na análise das memórias da comunidade da Vila da Palha que, mesmo que se encontra em um entorno relevante e de importância histórica e turística, permanece à margem do desenvolvimento da atividade, sem uma integração efetiva e tampouco, com benefícios evidentes. Sendo assim, se estabelece o problema central da pesquisa que visa compreender como estão constituídas a memória coletiva e a identidade territorial da comunidade da Vila da Palha a partir de um contexto permeado pelo desenvolvimento do turismo de lógica excludente no Roteiro das Charqueadas? Este questionamento parte pela ausência da participação da comunidade nas dinâmicas do turismo local e dos fatores históricos que levaram a este cenário de exclusão.

Portanto, acredita-se que um dos pressupostos a falta de integração dos moradores da Vila da palha na atividade turística está vinculada a uma desconexão entre a memória local e a narrativa turística predominante. Se supõe que, ao registrar e analisar as memórias desta comunidade, seja possível identificar elementos que permitam reinterpretar seu papel no território e fomentar estratégias de inclusão no desenvolvimento turístico.

Desde uma perspectiva teórica, a pesquisa se fundamenta nos estudos sobre memória coletiva, identidade e território com base em autores como Maurice Halbwachs, Stuart Hall, Joël Candau, Pierre Nora, Michael Pollak, Henri Lefebvre, Milton Santos, Néstor García Canclini, além de se apoiar em conceitos de

desenvolvimento territorial e turismo de base comunitária, considerando a importância de práticas mais inclusivas e sustentáveis no planejamento turístico.

Desta forma, desenvolveu-se o estudo, tendo como objetivo geral, o intuito de compreender como se dá a constituição da memória coletiva e da identidade territorial da comunidade da Vila da Palha em um contexto permeado pelo desenvolvimento do turismo local de lógica excludente que se dá a partir do Roteiro das Charqueadas em Pelotas/RS, Brasil.

Foram estabelecidos como objetivos específicos: i) Compreender os fatos presentes na memória coletiva da comunidade que possibilitem a compreensão dos processos de ocupação e formação da Vila da Palha; ii) Investigar se a identidade territorial da comunidade da Vila da Palha possui relação com o turismo presente no Roteiro das Charqueadas; iii) Identificar a relação dos moradores da Vila da Palha com os empreendimentos e dos empreendimentos com os moradores envolvidos no Roteiro das Charqueadas; iv) Investigar os motivos pelos quais os moradores da Vila da Palha não participam das atividades turísticas no local.

Metodologicamente, o estudo adota um enfoque qualitativo embasado na história oral, permitindo registrar e analisar as narrativas dos moradores sobre suas vivências e percepções do território. Também se recorreu à investigação bibliográfica e documental para contextualizar o desenvolvimento urbano da cidade de Pelotas e da comunidade, além de sua relação com o turismo.

A presente tese está estruturada em cinco capítulos principais, que exploram a relação entre território, memória, identidade e turismo, com ênfase na Vila da Palha e no roteiro turístico das Charqueadas. O capítulo 1 corresponde a introdução e apresenta o problema de pesquisa, os objetivos do estudo e a justificativa para a abordagem escolhida. Também discute a relevância da história oral como metodologia para compreender as relações entre memória coletiva, identidade territorial e turismo. O Capítulo 2 busca pensar o território a partir da memória, identidade e o turismo, fundamentando teoricamente o estudo e estruturando em três subseções. A primeira, *Conceitos e Reflexões sobre o Território*, explora diferentes abordagens sobre o conceito de território, enfatizando seu caráter dinâmico e de construção social. A segunda, *O Lugar das Memórias e da Identidade nos Territórios*, analisa como a memória e a identidade influenciam a percepção e a apropriação dos espaços,

destacando a relevância do patrimônio imaterial. A terceira, *O Turismo e sua Relação com a Memória e Identidade*, que discute como o turismo pode ser um vetor de valorização e ressignificação das memórias locais, mas também um elemento de disputa e transformação dos territórios.

O Capítulo 3 está focado na Contextualização das Charqueadas em Pelotas, situando historicamente o desenvolvimento das charqueadas e sua influência na cidade de Pelotas. Na primeira subseção, *O Desenvolvimento da Cidade de Pelotas a partir das Charqueadas*, é apresentada a importância da economia do charque na formação da cidade e na configuração do seu território. Na segunda seção, *O Roteiro das Charqueadas*, analisa-se as atividades ofertadas pelos diferentes empreendimentos em na atualidade, relacionando-os com o patrimônio histórico e o turismo, observando como as charqueadas estão incorporadas às dinâmicas turísticas e de preservação cultural.

O capítulo 4 da tese aprofunda a análise da Vila da Palha em sua relação com o turismo das Charqueadas, destacando aspectos históricos, identitários e as disputas simbólicas em torno da memória do território. Na primeira subseção, *A Vila da Palha: História e Identidade*, são abordados os processos de formação da comunidade, suas origens, transformações e intervenções públicas ao longo do tempo. Discute-se como os moradores constroem sua identidade territorial a partir das experiências vividas, do pertencimento ao lugar e das relações comunitárias, que se consolidam em meio às mudanças socioeconômicas da cidade de Pelotas. A segunda subseção, *Memórias e Narrativas dos Moradores da Vila da Palha*, apresenta os relatos coletados por meio da história oral, destacando as memórias que estruturam a identidade da comunidade. São exploradas as percepções dos moradores sobre o território, suas relações com as charqueadas e as transformações ocorridas na vila ao longo do tempo. As narrativas evidenciam tanto elementos da cultura local, quanto tensões resultantes do desenvolvimento urbano e turístico.

Por fim, a terceira subseção, *Turismo, Memórias e Disputas Identitárias na Vila da Palha*, examina como o turismo no Roteiro das Charqueadas influencia a memória e a identidade do território. Discute-se o processo de exclusão da comunidade das atividades turísticas e a forma como o patrimônio cultural da vila é (ou não) incorporado às narrativas oficiais. Também são analisadas as relações entre os moradores e os empreendimentos turísticos, evidenciando disputas simbólicas e

materiais pelo reconhecimento da história local. Esse capítulo, portanto, contribui para compreender os impactos do turismo na Vila da Palha e como os moradores articulam suas memórias e identidades diante dessas dinâmicas.

O quinto, e último capítulo da tese, apresenta as considerações finais sobre a pesquisa, sintetizando as análises realizadas e respondendo ao problema central do estudo. A conclusão destaca como a história oral coletiva foi fundamental para a compreensão das memórias referentes ao estabelecimento da comunidade no lugar, além das disputas simbólicas em torno do território, permitindo que as memórias e experiências dos moradores fossem registradas e analisadas. A pesquisa evidencia que, apesar das transformações urbanas e econômicas, a comunidade mantém estratégias de resistência e ressignificação do espaço, reafirmando sua identidade territorial.

1.1 Abordagem metodológica: A história oral na construção das memórias e identidade territorial da Vila da Palha

Para o estudo investigativo desta tese de doutorado optamos pelo método da história oral, que se apresentou como uma valiosa contribuição para o campo do planejamento urbano e regional e para o turismo, fundamentalmente porque as pesquisas com os sujeitos têm exigido esse “novo olhar”. Assim, a história oral combina três principais funções complementares: registrar relatos, divulgar experiências relevantes e estabelecer vínculos com o imediato urbano, promovendo assim um incentivo à história local e imediata” (Meihy, 1998, p.22).

O debate sobre a História Oral (H.O) possibilita reflexões do registro dos fatos na voz dos próprios protagonistas, pois utiliza-se de metodologia própria para a produção do conhecimento. Sua abrangência, além de pedagógica e interdisciplinar, está relacionada ao seu importante papel na interpretação do imaginário e na análise das representações sociais (Freitas, 2006). Ainda de acordo com Freitas (2006) a História Oral, enquanto método, está causando mudanças na construção do conhecimento nas ciências sociais nas últimas décadas. Para a autora, as vozes não se tornam apêndices ou anexos. Elas são parte integrante e fundamental dos estudos,

pois, apesar do diálogo entre entrevistador/entrevistado, elas são a condição, por excelência, da existência da História Oral (Freitas, 2006, p. 7).

Para Gonçalves e Lisboa (2007, p. 86) o método da história oral, em suas vertentes histórias, narrativas e trajetórias de vida, requer o uso de fundamentos epistemológicos, isto é, o pesquisador deve orientar-se através de pressupostos que delimitam o entendimento sobre o uso dos procedimentos metodológicos em questão, que por sua vez definirão o caráter de investigação social. Para esta tese, consideramos os pressupostos teóricos como fundamentos e constructos.

A história oral é um método poderoso para investigar as relações entre memória, identidade e territórios, pois permite acessar narrativas subjetivas que revelam percepções individuais e coletivas sobre o espaço e a experiência vivida. A partir de relatos orais, é possível compreender como os sujeitos constroem e ressignificam suas identidades em relação aos territórios que habitam, transitam ou deixam para trás. Ela é

uma história construída em torno das pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isto alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Leva a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ela ajuda os menos favorecidos, especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato- e a compreensão- entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente à sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (Thompson, 1992, p. 44).

A memória é fundamental na construção do território, pois não se trata apenas de um espaço físico, mas de um lugar carregado de significados, afetos e experiências. Através da história oral, podemos identificar como grupos e comunidades narram suas relações com o território ao longo do tempo, como enfrentam deslocamentos forçados (por questões climáticas, políticas ou econômicas) e de que forma constroem pertencimentos mesmo diante de rupturas espaciais.

A identidade, por sua vez, é construída a partir dessas experiências e memórias compartilhadas, assim, a H.O permite acessar discursos que revelam processos de

construção identitária, incluindo resistências, adaptações e a formação de sentidos de coletividade. O método possibilita dar voz a grupos historicamente marginalizados, permitindo que suas histórias sejam incorporadas ao conhecimento acadêmico e à memória social.

Ela pode ser categorizada de diferentes formas, dependendo do enfoque e do contexto da pesquisa. Algumas das principais categorias da história oral incluem: História Oral de Vida, que foca na trajetória individual, permitindo compreender como uma pessoa vivenciou diferentes momentos históricos e sociais ao longo de sua vida; História Oral Temática, que coleta depoimentos sobre um tema específico, como um evento histórico, um movimento social ou um contexto de trabalho; História Oral Institucional, que Documenta a memória de uma instituição, registrando experiências de pessoas que participaram de sua construção e desenvolvimento; História Oral Comunitária, que busca preservar e valorizar as narrativas de grupos ou comunidades, especialmente aquelas marginalizadas ou pouco representadas na história oficial; História Oral de Família, que foca nas memórias familiares, explorando genealogias, tradições e vivências intergeracionais; História Oral Militante, utilizada por movimentos sociais e políticos para registrar e divulgar lutas, resistências e transformações sociais a partir da perspectiva dos envolvidos; História Oral Testemunhal, centrada em experiências de indivíduos que viveram eventos históricos marcantes, como guerras, ditaduras ou desastres, com um caráter de registro e preservação da memória coletiva; História Oral Empresarial, que Registra a trajetória de empresas, negócios e setores econômicos a partir das memórias de seus fundadores, funcionários e clientes. Cabe salientar que essas categorias não são excludentes e podem se sobrepor, dependendo dos objetivos da pesquisa e da abordagem adotada (Freitas, 2006).

Nesta tese optamos pelo uso da história oral comunitária já que esta abordagem, dentro da história oral, é a que se concentra na memória coletiva e nas experiências compartilhadas de um grupo ou comunidade específica. Seu objetivo principal é registrar, preservar e dar visibilidade às narrativas de comunidades que, muitas vezes, não estão representadas na história oficial. Diferente da história oral de vida, que privilegia a trajetória individual, a história comunitária destaca a construção da memória social e cultural do grupo. Os próprios membros participam da produção e interpretação das narrativas, muitas vezes em processos colaborativos. Através dos

relatos, fortalece-se a identidade cultural, as tradições e os laços entre os moradores. A H.O comunitária, portanto, não apenas preserva a memória de um grupo, mas também contribui para a construção de políticas públicas assertivas, o fortalecimento da identidade cultural e a ampliação do acesso à narrativas antes silenciadas.

A partir da metodologia da história oral coletiva, buscou-se registrar e interpretar as narrativas dos moradores, considerando tanto o conteúdo dos relatos quanto o do contexto social, político e histórico em que foram produzidos.

Para a coleta de dados utilizou-se um grupo focal, permitindo a troca de experiências e percepções compartilhadas sobre a ocupação e formação da Vila da Palha, a relação da comunidade com os empreendimentos turísticos do Roteiro das charqueadas e os fatores que influenciam a participação (ou não) dos moradores nas atividades turísticas no local. A transcrição fiel dos relatos respeitou a oralidade, garantindo que pausas, expressões e repetições fossem preservadas para manter a autenticidade das narrativas.

O processo de mobilização dos participantes foi sendo construído ao longo do tempo e de maneira orgânica e respeitosa. Excluindo o fato de que, anterior ao período de elaboração da tese, a autora já possuía contato com alguns moradores da Palha, a aproximação foi expandida através de diferentes estratégias. A primeira delas, foi por meio da oferta de passeio guiado no centro histórico de Pelotas em setembro de 2023. Na ocasião, com o apoio de diferentes empresas locais¹, se disponibilizou transporte e doces gratuitos para os participantes.

¹ MV Assessoria Técnica em Turismo- Mariana Veiga, JR Sul Transportes e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação (SDETI).

Figura 2- Passeio guiado com moradores da Vila da Palha



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Figura 3- Foto na Fonte das Nereidas com os moradores participantes do passeio guiado



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Outro momento, foi através do projeto desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS), onde alunos do curso de Administração, em setembro de 2024, visitaram a vila, acompanhados pela autora, para uma visita técnica como proposta de uma das disciplinas do curso, com o objetivo de propor projetos e ações voltados à qualificação e empreendedorismo para a vila.

Figura 4- Visita técnica na Vila da Palha com alunos da PUC



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Figura 5- Alunos da PUC na entrada da Vila da Palha



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

A captação das memórias através do grupo focal, ocorreu no dia 19 de janeiro de 2025, na Charqueada São João, em um encontro resultante da proximidade e da confiança estabelecida com a comunidade local. O convite foi feito pessoalmente, optando pelo contato direto com visitas de casa em casa. Na ocasião, os próprios

moradores foram indicando uns aos outros, estabelecendo uma rede de conexões que reforçou o caráter comunitário da iniciativa.

O ambiente da Charqueada, carregado de história e simbologia, contribuiu para a atmosfera de pertencimento e imersão nas narrativas. A disposição em círculo favoreceu o diálogo aberto, criando um espaço de escuta ativa e troca entre os participantes. Entre os presentes, havia moradores mais antigos, que vivenciaram transformações profundas na Vila ao longo das décadas e também mais jovens, trazendo sua percepção do passado até a atualidade. A maioria dos participantes nasceram e cresceram na comunidade, carregando lembranças de infância, costumes, desafios e conquistas coletivas, enquanto outros chegaram ao longo da vida, tornando-se parte do tecido social local. O grupo incluía homens e mulheres que contaram as mudanças ocorridas no território ao longo do tempo, além de histórias sobre o trabalho, as relações de vizinhança e o papel das famílias na construção do lugar.

O registro seguiu um roteiro pré-estabelecido, composto por perguntas (Apêndice B) e imagens, que auxiliaram na reativação das memórias dos participantes. As questões abordaram temas como a origem do nome da vila, os primeiros habitantes e sua relação com o território, o antigo serviço de travessia por balsa e a ponte do Laranjal, além da conexão dos moradores com as charqueadas e o turismo local. Entre as perguntas estavam: (i) Você conhece o motivo do nome dado à vila? (ii) Lembra quais foram os primeiros habitantes e por que se estabeleceram no local? (iii) Por que você decidiu morar na vila? (iv) Já ouviu falar do antigo serviço de travessia por balsa e da ponte do Laranjal? (v) O que o termo "Charqueada" desperta em você? (vi) Você já visitou alguma charqueada? (vii) Conhece os proprietários das charqueadas? Tem alguma relação com eles? (viii) Já ouviu falar do Roteiro das Charqueadas? Sabe quais atividades ocorrem nesses espaços? (ix) Existe alguma relação entre os primeiros habitantes da vila e as charqueadas? (x) A história da Vila da Palha é contada aos turistas em algum momento? (xi) As charqueadas compram produtos produzidos pelos moradores da vila? (xii) Você gostaria de participar do turismo que acontece nas charqueadas? (xiii) O que deseja para o futuro da Vila da Palha?

A roda de conversa reuniu dez moradores que compartilharam suas histórias, memórias e vivências relacionadas ao território. Do total de participantes, 8 eram

mulheres e 2 homens, sendo que a grande maioria, 8 residentes, moram na Vila da Palha desde o nascimento. A moradora mais antiga, atualmente, a participar da conversa, chegou ao local aos seis anos de idade acompanhada de seus pais, enquanto a segunda mais antiga a residir no local, estabeleceu-se aos seus 35 anos. As ocupações dos moradores são diversas: duas aposentadas, uma dona de casa, além de diarista, professora, pedreiro, doceira, artista, analista de departamento pessoal e estudante. As idades variaram entre 18 a 95 anos. Quando questionados sobre a visita em alguma charqueada, todos afirmaram já ter visitado alguma antes.

As memórias compartilhadas pelos moradores formam um mosaico de experiências que revelam não apenas fatos históricos, mas também sentimentos, afetos e um profundo senso de pertencimento. Suas narrativas ajudam a reconstruir a história da Vila da Palha para além dos registros oficiais, trazendo à tona saberes que, muitas vezes, não estão documentados, mas são fundamentais para a identidade e a continuidade da comunidade.

Ao longo da conversa, emergiram relatos que expressam uma memória coletiva capaz de articular identidade, pertencimento e relações com o território. A forma como os moradores foram se indicando e apresentando suas lembranças, reflete o caráter relacional da memória e do pertencimento ao território, evidenciando que a identidade comunitária é tecida pelas interações e pelo reconhecimento mútuo.

Os participantes relembrou aspectos da vida cotidiana, tradições locais, desafios enfrentados ao longo do tempo e as transformações vividas pela comunidade. O método da história oral permitiu captar nuances dessas experiências, revelando a memória como um processo dinâmico, em constante ressignificação do passado ao presente. Esse encontro, além de um momento de compartilhamento, foi também um ato de reconhecimento da importância da oralidade na construção da história local.

Figura 6- Dia da captação do grupo focal.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024.

Figura 8- Café da tarde servido aos moradores.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024.

Figura 7- Preparação das filmagens na área externa



Cabe destacar que, para a captação e registro das memórias compartilhadas durante a roda de conversa, foi estabelecida uma parceria com a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por meio do curso de Bacharelado em Cinema e Audiovisual. Essa colaboração permitiu a gravação dos relatos com qualidade técnica e sensibilidade necessárias para preservar a riqueza das narrativas, respeitando o contexto e a oralidade dos participantes. O envolvimento de uma equipe especializada no registro audiovisual não apenas conferiu maior profundidade ao material coletado, mas também garantiu que essas histórias pudessem ser revisitadas e compartilhadas para além dos limites da pesquisa acadêmica.

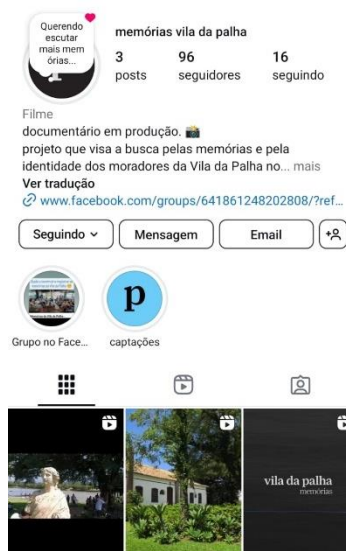
A proposta, contudo, vai além da documentação inicial das memórias. Como um desdobramento natural desse processo, o projeto pretende evoluir para a produção de um documentário sobre a Vila, ampliando a visibilidade da comunidade e fortalecendo os vínculos entre memória, identidade e território. Esse documentário não apenas contará a história local a partir da perspectiva de seus próprios habitantes, mas também servirá como um instrumento de valorização cultural e registro histórico, contribuindo para que essas vozes permaneçam vivas e acessíveis às futuras gerações.

A continuidade do trabalho representa uma perspectiva extraordinária para o desdobramento e continuidade da proposta desta tese, pois cria um ciclo de aprofundamento e disseminação das histórias da comunidade. A oralidade, ao ser registrada e transformada em audiovisual, ganha novas camadas de interpretação e ressignificação, podendo alcançar públicos diversos e gerar novos olhares sobre a trajetória da Vila da Palha. Além disso, o envolvimento de diferentes atores no processo — pesquisadores, cineastas, moradores — reforça o caráter coletivo da construção da memória, garantindo que esse conhecimento não fique restrito ao meio acadêmico, mas circule e inspire outras iniciativas de valorização do patrimônio em questão. Para apresentar à comunidade os resultados, desenvolveram-se dois canais de comunicação, sendo um deles um grupo público no Facebook (Figura 4) chamado Memórias da Vila da Palha e uma página no Instagram @memoriasviladapalha (Figura 5), onde a comunidade tem a possibilidade de compartilhar fotos, vídeos, histórias e suas memórias.

Figura 9- Grupo no Facebook



Figura 10- Página no Instagram



Assim, a pesquisa se torna não apenas um registro com fins teóricos, mas um movimento dinâmico e vivo, que continuará sendo enriquecido por novas histórias, novas interpretações e novos formatos de compartilhamento.

2. PENSAR O TERRITÓRIO A PARTIR DA MEMÓRIA, IDENTIDADE E O TURISMO

Este capítulo aborda a complexidade do conceito de território, analisando suas dimensões sociais, culturais e simbólicas. Inicialmente, são apresentados conceitos e reflexões sobre o território, destacando seu papel para além da geografia física, mas como um espaço de interação humana e construção de significados. O enfoque recai sobre o papel das memórias e da identidade nos territórios, compreendendo como esses elementos moldam o sentido de pertencimento e influenciam a organização do espaço. A segunda subseção, explora a relação entre o turismo, a memória e a identidade, destacando como o turismo pode atuar tanto como um agente de valorização cultural quanto de transformação das dinâmicas identitárias locais, com o objetivo de fomentar uma reflexão crítica sobre o papel do turismo na construção e na ressignificação dos territórios contemporâneos. Finalizando o capítulo, apresenta-se o contexto histórico do surgimento e estabelecimento das charqueadas em Pelotas, trazendo uma análise crítica das políticas de desenvolvimento da cidade que refletem a origem de comunidades marginalizadas que contrapõe o lado da história de grande riqueza e prosperidade urbana.

2.1 Conceitos e Reflexões sobre o Território e o Turismo

Ao realizar uma busca pelo histórico da Vila da Palha, constatou-se que não haviam registros documentados dos fatos e/ou evidências que identificassem o início da ocupação do local, as premissas históricas que viabilizaram seu desenvolvimento, o período da história no qual poderíamos vincular sua formação ou até mesmo qual o motivo do nome recebido.

Os trabalhos anteriores realizados sobre a vila, objetivavam “entender como se dá a construção social do fenômeno “turismo” em uma comunidade específica, a Vila da Palha, em contraste com outras percepções em relação do que é o turismo” (Lopes, 2015, p.10) e sobre as “narrativas, lendas, e lembranças locais destas pessoas moradoras ou associadas à Vila da Palha, sobre o passado da região charqueadora de Pelotas e das pessoas que ali foram escravizadas, com foco na ancestralidade” (Ruiz, 2022, p.53), no entanto, não abarcaram a história da origem da comunidade.

Compreender como se deu o processo de estabelecimento deste território e como está constituída a memória coletiva e a identidade territorial da Vila da Palha no contexto turístico do Roteiro das Charqueadas, nos permite entender o processo de formação social, econômica, política e espacial do lugar. Além disso, possibilita fundamentar as problemáticas enfrentadas, fomentar o sentido de pertencimento e embasar futuros estudos e pesquisas que proponham soluções aos desafios deste território em questão.

O turismo é uma atividade extremamente ambígua já que tem a capacidade de ser agente de valorização, uma vez que exalta e protege o patrimônio cultural de um destino, gera renda e traz melhorias na infraestrutura da comunidade receptora. Por outro lado, tem a capacidade de desempenhar um papel de segregação, exploração e descaracterização de culturas. Frente a essa dicotomia, se faz necessário evidenciar tal situação quando uma população se encontra à margem das decisões e dos resultados turísticos em seu território, como no caso da Vila da Palha.

O conceito de território que fundamenta esta pesquisa, está diretamente relacionado ao apresentado por Milton Santos, onde sendo o “lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. (Santos, 1999, p. 7). O território e o homem estão interligados, não é possível estudá-lo sem considerar suas formas, as ações, os poderes, as forças, a história. Ele é o espaço humano habitado somado a todas suas constantes mudanças e influências. É a perspectiva do que é território e no seu uso, que faz dele objeto de análise social.

O conceito de território tem sido amplamente debatido na geografia, assumindo diferentes significados conforme a perspectiva teórica adotada. Para Santos (1999), o território não pode ser compreendido apenas como um recorte espacial, mas sim como um espaço usado, apropriado e transformado pelas relações sociais, políticas e econômicas. Ele destaca que o território é resultado da interação entre os elementos naturais e técnicos, sendo constantemente moldado pelo trabalho e pelas práticas cotidianas da sociedade. Nesse sentido, o território não é um dado estático, mas um processo dinâmico que reflete as contradições e desigualdades do sistema capitalista, tornando-se um palco de disputa pelo uso e pelo poder.

Seguindo uma abordagem complementar, com enfoque na ciência regional, Rogério Haesbaert (2004) propõe uma visão mais flexível do território, criticando as concepções tradicionais que o tratam como uma unidade fixa e delimitada. Ele desenvolve a noção de territorialidade múltipla, argumentando que os indivíduos e grupos sociais podem se relacionar simultaneamente com diferentes territórios, superando a dicotomia entre local e global. Além disso, Haesbaert discute o conceito de território-rede, enfatizando que, com o avanço da globalização e das tecnologias de comunicação, a territorialidade não se restringe mais a um espaço contínuo e físico, mas se expande em redes de conexão e interação. Essa abordagem permite compreender melhor as dinâmicas de mobilidade, pertencimento e identidade em um mundo cada vez mais interconectado.

Claude Raffestin (1993) também contribui para o debate ao enfatizar o papel das relações de poder na constituição dos territórios. Para ele, o território não é apenas um espaço geográfico, mas um produto das relações de apropriação e controle exercidas por diferentes agentes. Ele argumenta que todo território é resultado de um processo de territorialização, no qual grupos sociais impõem regras, limites e significados ao espaço, de acordo com seus interesses e estratégias de dominação. Dessa forma, o território se torna um reflexo das relações políticas e econômicas, sendo fundamental para a compreensão das disputas pelo espaço e dos mecanismos de exclusão e resistência que ocorrem em diferentes escalas.

A geografia crítica, representada por autores tais como Santos, Haesbaert e Raffestin, contribui para uma visão mais complexa do território, que vai além de suas dimensões físicas e administrativas. Esses autores destacam que o território é um espaço vivido, dotado de significados e atravessado por relações de poder, identidade e pertencimento. Assim, compreender o território implica considerar não apenas sua materialidade, mas também os processos sociais e simbólicos que o estruturam e o transformam ao longo do tempo.

A atividade turística não existe sem o território, já que é nele em que tudo acontece, e “é um dentre um rol de outros usos na configuração territorial. Por esta razão, propõe-se entendê-lo não somente como uma camada técnica sobreposta ao espaço, mas como abertura interpretativa de uma realidade” (Telles, 2015, p. 3). Assim, a compreensão do que é o turismo, também necessita de uma abordagem mais ampla.

De acordo com Organização Mundial do Turismo- OMT, o turismo engloba “as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos;” (OMT, 2003, p. 18) e, para a *Tourism Society* e Youell, turismo é

o movimento temporário e de curta duração de pessoas para lugares externos ao local em que normalmente vivem e trabalham, bem como as atividades que essas pessoas executam durante o tempo em que permanecem nesses lugares, incluem-se aí movimentos por qualquer motivo, assim como visitas diárias ou excursões. (Tourism Society apud Youell, 2002, p. 29)

Percebe-se que estas interpretações clássicas englobam somente o visitante e suas atividades em sua compreensão sobre o fenômeno turístico. Consideram a atividade pela perspectiva mercadológica e do consumidor, desconsiderando aqueles que a produzem e de sua ampla complexidade.

Por outro lado, o conceito apresentado por Moesch (2000), é capaz de uma abordagem mais ampla e ressignificada do que vem a ser o turismo, já que considera que

[...] é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade / subjetividade, consumido por milhões de pessoas [...]. (Moesch, 2000 p. 09)

Assim, percebe-se que a relação entre território e turismo é algo complexo, já que envolve aspectos geográficos, sociais, culturais e econômicos. Diversos autores da geografia e das ciências sociais discutem como o turismo transforma os territórios e, ao mesmo tempo, como este é influenciado pelas dinâmicas territoriais.

Segundo Doreen Massey (1994), o território deve ser entendido como um espaço relacional, que se constitui a partir de fluxos, redes e interações. No contexto do turismo, essa visão implica reconhecer que os territórios turísticos não são apenas locais fixos e delimitados, mas espaços que se transformam continuamente devido à circulação de pessoas, bens e informações. O turismo cria novas conexões entre lugares, inserindo territórios locais, em redes globais de consumo e significação cultural.

David Harvey (1989) também contribui para essa discussão ao analisar o impacto do turismo na produção do espaço urbano. Ele argumenta que, sob a lógica do capitalismo, os territórios turísticos são moldados por processos de mercantilização e especulação imobiliária, muitas vezes resultando na gentrificação e na exclusão de populações locais. Destinos turísticos passam por ciclos de valorização e desvalorização, tornando-se espaços de disputa entre interesses econômicos e comunitários.

Telles (2015) defende a necessidade de repensar o “espaço turístico”, que este deixe de ser apenas um instrumento operacional, e passe a ser um objeto de análise multidisciplinar, especialmente no diálogo entre Geografia e Turismo, captando a interação dinâmica entre os elementos culturais, políticos e econômicos presentes no território.

O espaço turístico constitui-se na categoria de base para as abordagens que se apoiam em metodologias embasadas em outros conceitos de grande relevância nas pesquisas em turismo, tais como: paisagem, lugar, região, planejamento territorial, governança, entre outros. (Telles, 2015, p. 3).

John Urry (1990), em sua teoria do “olhar do turista”, sugere que o turismo transforma territórios ao criar representações e expectativas sobre os lugares visitados. Os destinos turísticos são, muitas vezes, construídos a partir de imagens idealizadas, que podem simplificar ou distorcer a realidade local. Esse processo influencia a maneira como os territórios são percebidos e consumidos, impactando as práticas de planejamento e desenvolvimento turístico.

Por sua vez, Manuel Castells (1996) discute a relação entre território e redes, argumentando que a globalização e as novas tecnologias transformam a noção de espaço. No turismo, isso se manifesta na crescente influência da internet e das mídias sociais na escolha de destinos, na forma como os turistas interagem com os territórios e na maneira como os espaços são promovidos e consumidos.

O território pode ainda ser compreendido como um depositário de memórias coletivas, carregando marcas do passado que se manifestam em sua paisagem, arquitetura, cultura e nas vivências cotidianas de seus habitantes. Segundo Milton Santos (1996), o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço vivido,

dotado de significados históricos e sociais construídos ao longo do tempo. Ele é atravessado por camadas de memória que se sedimentam na materialidade das cidades, nos modos de vida e nas relações sociais.

A noção de território como memória também é discutida por Paul Claval (1995), que destaca como os lugares são continuamente ressignificados a partir das experiências e lembranças dos grupos sociais que os habitam. Nesse sentido, o território se torna um suporte da identidade coletiva, permitindo que diferentes gerações se reconheçam em sua história e tradições.

Além disso, Pierre Nora (1984) introduz o conceito de *lugares de memória*, que são espaços nos quais a memória coletiva é fixada e preservada, perpetuando elementos do passado e que funcionam como referenciais para a coletividade, seja por meio de monumentos, museus, narrativas históricas ou práticas culturais. Espaços assim, garantem a continuidade da memória e fortalecem a identidade de um povo ou território, reforçando a identidade dos territórios, mas também servindo de palco de disputas, à medida que diferentes narrativas e versões da história entram em conflito.

Compreender o território também como memória, implica reconhecer que ele não é estático, mas um espaço dinâmico, onde lembranças são constantemente construídas, ressignificadas, apagadas ou resgatadas, conforme as transformações sociais, políticas e econômicas. Dessa forma, a memória territorial não apenas preserva o passado, mas também orienta o presente e influencia os possíveis futuros dos lugares e de seus habitantes.

Uma visão mais aprofundada sobre o processo de construção e transformação dos territórios turísticos evidencia o papel fundamental da memória coletiva, da identidade territorial e das dinâmicas geográficas. Ao entender a complexidade das relações sociais, culturais e econômicas que constituem qualquer local, como observado na própria constituição histórica da Vila da Palha, reconhece-se a necessidade urgente de um planejamento turístico mais consciente e responsável. A inter-relação dos elementos que formam o espaço social de uma comunidade se torna ainda mais evidente diante dos desafios provocados pela globalização e pela exploração do território. A reflexão contínua sobre essas questões, aliada à uma abordagem interdisciplinar, poderá fortalecer tanto a identidade local quanto à eficácia das políticas públicas que buscam integrar as dinâmicas do turismo no contexto

regional, permitindo um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e justo. Assim, torna-se essencial que se amplie o entendimento do turismo, não apenas como uma atividade econômica, mas também como um fenômeno capaz de impactar profundamente e causar transformações sociais e culturais nos territórios.

Em suma, a análise realizada evidencia que o território turístico é um constructo dinâmico e multifacetado, moldado por inter-relações históricas, culturais e sociais que o tornam singular. A ausência de registros documentais sobre a história da Vila da Palha ressalta a urgência de resgatar e legitimar as narrativas locais, fortalecendo a memória coletiva e a identidade territorial. Ao integrar as diversas perspectivas teóricas – desde a visão crítica de Santos até as abordagens flexíveis de Haesbaert e as reflexões sobre poder de Raffestin –, propõe-se uma gestão do turismo que transcenda a mera mercantilização, promovendo um desenvolvimento inclusivo, sustentável e sensível às especificidades do espaço. Dessa forma, o turismo pode se configurar não apenas como agente de transformação econômica, mas como instrumento de valorização cultural e de democratização do acesso ao patrimônio, contribuindo para a construção de um futuro que respeite e potencialize as riquezas históricas e sociais do território.

2.2 O lugar da memória e da identidade nos territórios

O turismo e as memórias de um território estão intrinsecamente ligados, pois a atividade turística não apenas se apropria de narrativas e representações do passado, mas também contribui para a resignificação e preservação da memória coletiva. Lugares de valor histórico, cultural e simbólico tornam-se destinos turísticos, e suas histórias são selecionadas, reinterpretadas e comunicadas aos visitantes. Esse processo pode fortalecer identidades locais, promover o pertencimento e gerar desenvolvimento regional, mas também levanta desafios, como a mercantilização da memória e a exclusão de certas narrativas em prol de discursos hegemônicos. Assim, compreender a relação entre turismo e memória no território é essencial para refletir sobre como diferentes atores participam da construção e transmissão das lembranças coletivas, impactando a forma como os espaços são vivenciados e valorizados.

Os territórios não são apenas delimitações espaciais, mas espaços carregados de significados, construídos historicamente por aqueles que os habitam. A memória e a identidade desempenham um papel central na configuração desses territórios, pois estruturam as relações sociais, as práticas culturais e a percepção coletiva sobre pertencimento e continuidade histórica.

A memória, tanto individual quanto coletiva, é um dos principais elementos que conferem sentido aos territórios. Ela se manifesta nos modos de vida, nos saberes locais, nas narrativas compartilhadas e nos marcos simbólicos que reforçam laços comunitários. Os espaços urbanos e rurais são marcados por vestígios do passado que ajudam a definir a identidade dos grupos que os ocupam. Esses vestígios podem estar presentes em edificações históricas, tradições culturais, manifestações artísticas e até mesmo na toponímia dos lugares.

A identidade territorial, por sua vez, é construída a partir das relações sociais estabelecidas no espaço. Ela se baseia na interação entre os indivíduos e o meio, na valorização dos modos de vida locais e na resistência frente a processos de transformação que possam ameaçar a memória coletiva. Em contextos de deslocamento forçado, por exemplo, a perda do território não implica apenas uma mudança geográfica, mas também uma ruptura identitária, exigindo novas estratégias de ressignificação e pertencimento.

Nesse sentido, compreender o lugar das memórias e da identidade nos territórios é fundamental para a formulação de políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento regional que respeitem e fortaleçam a diversidade sociocultural. O reconhecimento e a valorização dessas dimensões contribuem para a coesão social, o engajamento comunitário e a sustentabilidade dos territórios, reforça a importância de um planejamento que integre passado, presente e futuro na construção de sociedades mais inclusivas e resilientes.

Os conceitos de identidade e memória estão profundamente interligados, pois a construção identitária de indivíduos e de grupos sociais se dá, em grande parte, por meio das lembranças compartilhadas e da forma como o passado é ressignificado no presente. A memória coletiva, como discutida por Maurice Halbwachs (1990), não é um simples registro do passado, mas uma construção social que depende das

relações entre os membros de uma comunidade. Ela orienta a identidade dos grupos, fornecendo referências comuns que reforçam o sentimento de pertencimento.

A identidade, por sua vez, é um conceito dinâmico e multidimensional. Stuart Hall (2006) argumenta que a identidade não é fixa, mas construída ao longo do tempo por meio de processos históricos, culturais e sociais. Ela é formada a partir da interação com o outro e da maneira como os indivíduos e grupos se reconhecem dentro de um contexto mais amplo. Nesse sentido, a memória desempenha um papel essencial na formação da identidade, pois fornece os marcos que permitem aos sujeitos se situar no mundo e se diferenciarem dos demais.

Refletir sobre identidade e memória implica reconhecer que ambos os conceitos são fluídos e constantemente renegociados. Memórias podem ser resgatadas ou apagadas conforme os interesses políticos, culturais e sociais que dominam determinado contexto. Da mesma forma, a identidade não é um dado imutável, mas um processo em constante transformação, influenciado por deslocamentos, interações e novas experiências. Assim, compreender a relação entre identidade e memória nos ajuda a perceber como os sujeitos e territórios se constroem ao longo do tempo, marcados por disputas, ressignificações e reafirmações simbólicas.

Ao conhecer o seu passado, os sujeitos podem avaliar, revisar e entender a trajetória de seus antepassados até chegar na sua própria trajetória. Traçando este caminho, é “que a memória alcança a identidade, sendo fator chave na sua (re)construção” (Souza, 2014, p. 109). Esta, por sua vez, é “formada na interação entre o eu e a sociedade” (Hall, 2006, p. 11), acarretando que, durante toda sua trajetória de vida, assim como acontece com sua memória, o indivíduo tem sua identidade em um processo contínuo de construção.

O conceito de identidade “é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea” (Hall, 2006, p. 9). Tal como o “mundo está passando por constantes transformações, estas mesmas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (Hall, 2006, p.10). Apesar de hoje existir maior clareza sobre a compreensão do que é identidade, Stuart Hall em seu livro “A identidade Cultural na Pós Modernidade”, identifica que ela

passou por um caminho de concepções muito diferentes, resultando em três tipos: a concepção de identidade do sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O primeiro deles, o sujeito do iluminismo, caracterizava-se por uma identidade que emergia no nascimento do sujeito e com ele se desenvolvia, acompanhando-o ao longo de sua existência, onde o “centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa”, um ser totalmente centrado, unificado e dotado das capacidades de razão, consciência e de ação (Hall, 2006, p.10). Na prática, podemos exemplificar como sendo, por exemplo, aquele indivíduo que entendia-se como responsável por executar uma profissão e esta o acompanharia sempre ou, também, o fato de aceitar sua posição social no mundo em que estava inserido, fazendo-o questionar-se pouco, ou quase nada, mantendo assim, sua identidade estável durante toda sua vida.

O segundo, o sujeito sociológico, passa então a compreender que não era autônomo e autossuficiente, mas formado a partir das relações importantes para ele, relações estas que mediavam “os valores, sentidos e símbolos- a cultura- dos mundos que ele/ela habitava” (Hall, 2006, p.11). Mantinha sua essência, no entanto aceitava que fosse sendo moldado pelo contato contínuo com os “mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (Hall, 2006, p.11).

Este sujeito refletia a crescente complexidade do mundo moderno. Sua identidade passa então, a alinhar os sentimentos subjetivos de acordo com o diálogo destes “mundos culturais”, mesmo que mantendo ainda, sua essência interior, que é de acordo com Hall (2006) o “eu real”.

E por último, com o sujeito pós-moderno, a identidade torna-se uma “celebração móvel” formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (Hall, 2006, p. 11-2). Este sujeito vai assumindo diferentes identidades em diferentes momentos, já que ela não é um produto resultante de um “eu coerente”, mas passa a se tornar fragmentada e até mesmo contraditória e não resolvida, como o “próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (Hall, 2006, p.11).

É sendo exposto ao outro, ao grupo, que a identidade se (re)constrói. Este grupo não possui somente características da comunidade em que está inserido, recebe influência constantemente e das mais variadas maneiras. Hoje, com a globalização, este indivíduo/ grupo, estende-se além das fronteiras nacionais. Os filmes, propagandas, produtos, marcas, as tecnologias, o influenciam continuamente, tornando sua “identidade, [...] poliglota, multiétnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas” (Canclini, 2006, p. 131).

Outro fator importante, é que a identidade envolve um trabalho discursivo. Hall utiliza

o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. (Hall, 2011, p. 111).

Por isto, “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Por isso, “em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (Hall, 2006, p. 38-9). E isto cria a possibilidade do processo que permite o sujeito assimilar e assumir algo não vivido por ele, como algo que passa a fazer parte de sua história. O que antes não lhe era familiar, passa a se tornar parte de sua vida, de sua história vivida, despertando o desejo de velar pela história ou pelo patrimônio, como se fosse então, uma parte intrínseca do seu eu, criando desta forma o sentido de pertencimento, o desejo de proteção e a réplica dos fatos aos demais sujeitos que convivem com ele. É este compartilhamento de memórias que permite entender que a identidade está inscrita

em um processo memorial que envolve reconstituição de um passado, reatualizações e esquecimentos de algumas imagens pretéritas. É preciso trazer a identidade para o discurso e é a memória que o faz na medida em que permite que o sujeito narre a si mesmo. (Souza, 2014, p. 98).

A compreensão e percepção sobre a memória como um fenômeno social, são relativamente novas e perpassam por diferentes áreas do conhecimento, como a Psicologia, Sociologia, Antropologia, História, Filosofia e outras mais. Para Peralta,

os estudos sobre memória social são uma rubrica geral de investigação que tem por objeto a análise das diferentes formas pelas quais somos moldados pelo passado, conscientemente ou inconscientemente, na esfera pública ou na esfera privada, de forma material ou comunicativa, e de modo consensual ou conflitual” (Peralta, 2007, p.1).

Pode-se destacar alguns importantes autores que estudam e apresentam uma análise sobre o tema. No entanto, salienta-se que não é objetivo aqui, traçar uma reconstrução conceitual e sistemática da teoria da memória, mas trazer as principais compreensões, com o fim de amparar aos objetivos da presente pesquisa.

Para Le Goff a memória “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 2003, p. 419). Mesmo sendo uma menção do passado que nossa psiqué traz, para Candau, esta memória está em constante interação, recebendo influências sociais e coletivas diariamente, pois ela

é acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um “estar aqui” que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele (Candau, 2011, p. 9).

Ou seja, a memória nos auxilia a compreender nosso passado e nos possibilita pensar sobre o que faremos dele e com ele. Para Nora, “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente [...] Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, cenas, censura ou projeções” (Nora, 1993, p. 9).

Michel Pollak, em seu livro “Memória, esquecimento, silêncio”, ressalta que as duas principais funções da memória comum é “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados)” (Pollak, 1989, p.10).

Halbwachs também nos explica que,

para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. (Halbwachs, 2006, p. 72).

O autor chama esta evocação às memórias de outrem, de memória coletiva, já que

[...] todos os grupos sociais desenvolvem uma memória do seu próprio passado coletivo e que essa memória é indissociável da manutenção de um sentimento de identidade que permite identificar o grupo e distingui-lo dos demais é ainda o ponto de partida de todos os estudos sobre esta matéria. [...] É na sociedade que as pessoas adquirem normalmente as suas memórias. É também na sociedade que recordam, reconhecem e localizam suas memórias. (Halbwachs, 1992, p. 38).

Ao se enriquecer destas contribuições, as memórias tomam raízes, encontram lugar e não se distinguem mais de outras lembranças (Halbwachs, 2006, p.98), existindo assim, uma constante interação entre a memória coletiva e a individual. Sem esta interação, a memória fica inerte.

As memórias possuem elementos constitutivos, sendo eles os vividos pessoalmente pelo indivíduo e aqueles acontecimentos vividos “por tabela”, ou seja, transferidos de uma coletividade, a um indivíduo. Para Pollak “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (Pollak, 1992, p. 201). E como em toda herança, a memória também passa por um processo de disputa, principalmente a memória política, a chamada memória organizadíssima ou nacional, onde se “constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (Pollak, 1992, p. 204).

Além do processo de disputa, as memórias estão suscetíveis a sofrer um processo de esquecimento ou silenciamento. Este silêncio pode não significar o esquecimento, mas o sentimento de que estas memórias não podem ser ditas naquele

momento, isto pelo fato de que o silêncio faz parte de um processo terapêutico, tornando-se uma das formas de lidar com a situação por parte destes indivíduos, ou pelo fato de se estar aguardando o momento adequado para sua exposição, mesmo que isto signifique uma tarefa para as próximas gerações.

Ao silêncio da memória soma-se, também, o fato da exclusão das minorias, dos marginalizados, onde os dominantes não ofertam o espaço para que participem do processo ou que tornem públicas suas versões. E apesar de parecerem estar esquecidos, silenciados e mesmo que

[...] quase sempre acreditem que "o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo", os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contra violência. (Pollak, 1989, p10).

Percebe-se, no entanto, que este indivíduo silenciado, seja por decisão própria ou por imposição, aguarda o momento adequado para trazer à tona, seja de forma voluntária ou ao ser questionado, solicitando que colabore, apresentando aquilo que está silenciado. É possível que, suas vozes outrora caladas ou excluídas, tragam à luz memórias que exprimem fatos necessários de serem escutados ou rememorados, pois

ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (Pollak, 1989, p. 5).

Neste sentido, traz-se a importância da história oral no processo, já que ela é construída a partir da narrativa dos indivíduos, dando voz às suas memórias, permitindo seu registro. Dá àqueles que não tiveram voz no passado, a possibilidade de apresentar outra versão aos fatos conhecidos ou até mesmo a descoberta de novos.

Para este trabalho de registro das memórias, Pierre Nora o chama de enquadramento que é realizado por todo aquele pesquisador, historiador ou qualquer interessado em realizar a análise e o registro de determinadas memórias. E para isto, este

Trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. (Pollak, 1989, p.11).

A este enquadramento da memória, deve-se ter em consideração os seus limites, já que não deve ser construído aleatoriamente, tendo sim, a necessidade de satisfazer a certas exigências de justificação (Pollak, 1989, p.10).

Tendo refletido sobre os conceitos de território, identidade e memória e suas implicações quando atrelados ao fenômeno da atividade turística, cabe abordar qual papel esses elementos têm no desenvolvimento. O que seria o desenvolvimento? Quando tratamos de uma cidade, as perspectivas de desenvolvimento que se podem observar nela, parte de uma lógica de crescimento do tipo horizontal, ou seja, “expansão do tecido urbano, incorporação de novas áreas” e vertical, quando ocorre a “substituição de casas e prédios baixos por prédios altos e modernos em certas partes da cidade”. (Santos, 2005, p. 93). E assim, o desenvolvimento urbano se dá quando

Uma cidade que se sofisticava, ao ofertar bens e serviços cada vez mais variados, ao ver se multiplicarem subcentros de comércio e serviços e ao apresentar uma centralidade cada vez maior; uma cidade, aliás, onde a oferta cultural é crescente, com cada vez mais cinemas, teatros, casas de espetáculos, galerias de arte, etc. a isso se poderia acrescentar toda a lista de triunfos econômicos, como presença crescente de indústrias, aumento constante do PIB municipal, e por aí vai. Só que... essa cidade é a mesma cidade onde o número de favelas aumenta vertiginosamente, onde as tensões recrudesçam, onde a incorporação de novas áreas se deu, em grande parte, deixando um saldo ambiental negativo (destruição de manguezais, desmatamentos, aterros de lagunas...), onde a poluição (do ar, sonora, visual e hídrica) vai se tornando, a cada dia, menos

suportável, onde a renda está cada vez mais concentrada. (Souza, 2005, p.94).

Seja qual for a atividade econômica que predomina no território, percebe-se também que há uma lógica da exclusão, de concentração de riqueza, degradação ambiental, entre outros males, já que estes acompanham o desenvolvimento urbano em prol ao viés econômico. Por isso cabe o questionamento: como amenizar estes resultados? Como oferecer às populações instrumentos de conscientização e empoderamento que as auxiliem na reivindicação contra a exclusão, alienação, exploração e domínio de seu território?

Pressupõe-se que uma comunidade consciente e com identidade defenderá aquilo que é seu por direito e assumirá sua responsabilidade no processo. Que ela compreenderá que

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. (Harvey, 2008, p. 74).

Diante de uma sociedade onde o capital e o lucro são os que ditam as regras, dificilmente teremos, espontaneamente, uma atitude de proteção e valorização do indivíduo e de sua coletividade. O privado, o direito ao lucro e a concentração de renda, ainda são forças dominantes neste tipo de desenvolvimento, perpetuando a impossibilidade de construir e reconstruir a nós mesmos e nosso território. Enquanto não forem instituídas leis que garantam que a identidade, a memória e o direito do indivíduo, em comunidade, assume seu papel de agente transformador, a concentração do excedente e o rumo de seu território seguirão nas mãos de poucos.

2.3 O turismo e sua relação com a memória e identidade

O turismo, a memória e a identidade estão profundamente interligados, pois são elementos que influenciam tanto a forma como os destinos turísticos são concebidos e promovidos, quanto a experiência dos visitantes, já que frequentemente se baseiam na busca por lugares que carregam significados históricos e culturais e seu possível convívio com as comunidades locais.

O ato de viajar não é apenas um deslocamento físico, mas também uma imersão em narrativas construídas ao longo do tempo, nas quais a memória coletiva e a identidade são excepcionalmente valorizadas. A memória, conforme discutida por Maurice Halbwachs (1990), é um fenômeno coletivo, moldado pelas interações sociais e pela forma como determinados eventos e símbolos são preservados, reinterpretados e transmitidos. No turismo, essa memória se manifesta nos monumentos, museus, centros históricos e festividades que evocam o passado e reforçam a identidade dos lugares. Pierre Nora (1984) destaca que os chamados *lugares de memória* funcionam como âncoras simbólicas para a identidade cultural, tornando-se pontos de interesse para turistas que desejam vivenciar a história e a tradição de um povo.

A identidade territorial, por sua vez, é construída a partir do pertencimento e do reconhecimento de elementos culturais compartilhados. Stuart Hall (1996) argumenta que a identidade é um processo dinâmico, influenciado por trocas culturais e pela forma como um grupo se percebe e é percebido pelos outros. O turismo intensifica esse processo ao promover o contato entre diferentes culturas, ao mesmo tempo em que pode reforçar ou transformar as identidades locais.

No entanto, a relação entre turismo, memória e identidade também levanta desafios. A mercantilização do patrimônio cultural pode resultar na padronização das narrativas históricas, apagando memórias que não se encaixam na versão oficial ou naquelas que são mais atrativas comercialmente. Além disso, a intensa exploração turística pode alterar a dinâmica dos territórios, impactando as comunidades locais e sua relação com o patrimônio. Assim, compreender o turismo a partir da memória e da identidade implica reconhecer que ele não apenas consome símbolos do passado, mas também contribui para a ressignificação e continuidade das narrativas históricas. Dessa forma, o turismo pode ser tanto um instrumento de preservação da memória coletiva quanto um agente de transformação da identidade territorial.

Esses territórios, sejam urbanos ou rurais, naturais ou culturais, são apropriados e reinterpretados através da experiência turística, refletindo as dinâmicas locais e as representações sobre o lugar. Para entender a relação entre turismo e território, é necessário considerar alguns conceitos-chave, como o espaço, a identidade e o patrimônio.

Milton Santos (1996) enfatiza que o território é também um espaço de práticas, onde a produção e a apropriação do espaço são fundamentais para a construção de identidades. O turismo, portanto, não se dá apenas pela visita de um lugar, mas também pela experiência de interagir com as memórias, as histórias e os símbolos daquele território.

O turismo também envolve práticas culturais que transcendem a simples visita a monumentos ou paisagens. Ao viajar, o turista se insere em um contexto sociocultural distinto, que influencia sua percepção sobre o território. O conceito de "lugar de memória" de Pierre Nora (1984) pode ser aplicado ao turismo, já que muitos destinos turísticos são escolhidos com base na carga simbólica que carregam em relação à identidade coletiva de uma comunidade. O turismo é, portanto, uma forma de experimentar e consumir as memórias de um território, ao mesmo tempo que reforça ou reconfigura as identidades locais.

O turismo cultural e patrimonial são os principais modelos em que o território se manifesta como espaço de memórias, práticas e saberes, seja ele material ou imaterial, sendo uma das bases para o desenvolvimento do turismo que explora e valoriza os elementos distintivos de um território, como suas tradições, artefatos e monumentos históricos. O patrimônio, conforme destaca Roberto Da Matta (1991), também contribui para a construção da identidade social e cultural de um grupo, sendo um vetor importante para a formulação de um produto turístico.

O território não é apenas um recurso a ser explorado, mas também um espaço de cuidado e preservação. O turismo sustentável busca respeitar e preservar os recursos naturais e culturais de um território, garantindo que o desenvolvimento do setor não prejudique os ecossistemas locais nem dilua as identidades culturais. A relação entre turismo e território, portanto, deve ser pensada de forma a promover a conservação do patrimônio e a inclusão das comunidades locais no processo de desenvolvimento turístico.

O turismo representa uma significativa fonte de receita para muitas regiões, especialmente aquelas com grandes atrativos naturais, culturais ou históricos. No entanto, a exploração econômica do turismo pode levar à superexploração dos recursos naturais e à deterioração dos bens culturais. O excesso de turistas pode resultar em uma pressão insustentável sobre o meio ambiente, como o aumento do consumo de água, a poluição e o desgaste de sítios arqueológicos ou naturais. Além disso, o *overtourism*, ou seja, o turismo de massa, pode transformar a identidade local em um produto comercial, o que pode levar à banalização de tradições, à perda da autenticidade dos territórios e tantos outros problemas que dificultam o dia a dia do morador.

Em muitos destinos turísticos, as comunidades locais podem ser marginalizadas ou exploradas economicamente, com a promessa de benefícios econômicos que nem sempre se concretizam. A relação desigual entre turistas e população é uma das principais críticas ao modelo de turismo de massa, no qual as riquezas geradas pela atividade são muitas vezes concentradas em grandes empresas, enquanto os trabalhadores locais recebem salários baixos e enfrentam condições de trabalho precárias. A exploração social no turismo pode ocorrer também quando as culturas locais são apropriadas de forma superficial ou estereotipada, sem um real reconhecimento do valor e das vivências dessas comunidades.

Quando a memória, a identidade, os elementos arquitetônicos e as expressões culturais são utilizadas na construção de um turismo que valoriza a história e a participação da comunidade, surge um turismo sustentável, que promove o equilíbrio econômico, social e ambiental. Ao serem mantidas desde o início do turismo, contribuem para a definição da singularidade do local, promovendo e cultivando eventos, tradições e patrimônios que se transformam em pontos de referência identitários e diferenciais competitivos para o setor. Isso atrai a atenção dos turistas e intensifica a apreciação cultural do local.

O sentido de pertencimento também é fortalecido quando os moradores reconhecem e se orgulham de sua herança cultural e identitária, desenvolvendo um maior engajamento quanto à fiscalização e à preservação do patrimônio local, tornando-os protagonistas e não meros expectadores da atividade e de seus benefícios. A experiência turística também é enriquecida, já que a contemplação de atrativos visuais através das narrativas históricas, dos relatos de moradores e a

imersão em práticas culturais tradicionais permitem um maior contato com as memórias e identidade local, proporcionando uma vivência mais autêntica e significativa.

Trazer a identidade e a memória para a essência do turismo é “fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (Santos, 2012, p. 137). É devido a esta falta de compreensão a que Milton Santos se refere, que muitos destinos turísticos foram empurrados à alienação por meio da massificação e da saturação ocasionada pela quantidade exacerbada de turistas atraídos pelos atrativos e serviços turísticos. Assim, gerou-se uma grande exploração imobiliária, de serviços, do meio ambiente, entre outras, para poder atender e atrair à demanda, acarretando aos destinos, sua perda de identidade, do sentido da existência individual e coletiva, uma verdadeira renúncia ao futuro.

Com o crescente interesse dos territórios em estruturar o turismo de maneira profissional e estratégica, observa-se uma transformação significativa nas dinâmicas dessa atividade. A massificação dos destinos turísticos nas últimas décadas impulsionou novas tendências, redefinindo tanto o perfil do visitante quanto a relação entre o turismo e o território. O turismo, antes centrado na contemplação passiva de fachadas arquitetônicas e paisagens, tem dado lugar a experiências imersivas, nas quais o visitante busca compreender os processos históricos e culturais que moldaram o lugar, vivenciando sua identidade e interagindo com seus habitantes.

Esse deslocamento do turismo de massa para o turismo exclusivo evidencia uma maior valorização dos espaços menos explorados e mais autênticos, priorizando pequenos grupos e evitando a saturação de áreas emblemáticas. Além disso, o planejamento do roteiro, antes conduzido por agências, passa a ser cada vez mais personalizado pelo próprio turista, refletindo um interesse crescente por vivências singulares e territorialmente enraizadas.

Diante dessas mudanças, o turismo se torna um agente transformador dos territórios, podendo fortalecer a identidade local, impulsionar a economia e promover o desenvolvimento social. No entanto, para que essa atividade contribua de forma sustentável, é essencial equilibrar a valorização cultural com a preservação da autenticidade, evitando processos de mercantilização que possam descaracterizar a

memória e excluir as populações locais. Um turismo ancorado na identidade territorial e no respeito à história do lugar pode ser um instrumento poderoso para o fortalecimento do desenvolvimento regional e da coesão social.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CHARQUEADAS EM PELOTAS

Este capítulo tem como objetivo contextualizar o papel das charqueadas no desenvolvimento histórico, econômico e cultural da cidade de Pelotas. Inicialmente, será abordado como a indústria do charque foi fundamental para o crescimento da cidade, configurando-se como um dos principais vetores econômicos durante os séculos XIX e XX. A produção de charque não apenas impulsionou a economia regional, mas também influenciou a formação da sociedade local, contribuindo para a constituição de uma estrutura social marcada por relações de trabalho, migrações e processos de urbanização.

Na subseção seguinte apresenta-se Pelotas como polo turístico dentro da região da Costa Doce gaúcha. Valorizada por seu patrimônio cultural e tradição doceira, o que a levou, recentemente, a se tornar a "Capital Nacional do Doce", atraindo inúmeros visitantes anualmente, conforme demonstram os dados que apontam a relevância econômica do setor, com destaque para o turismo cultural.

Na conclusão do capítulo, é explorado o Roteiro das Charqueadas, um dos principais produtos turísticos de Pelotas, instituído por lei. O roteiro reúne diferentes charqueadas que oferecem diversos serviços aos visitantes. Além de apresentar o legado econômico da região, ele possibilita uma imersão na memória social, nas práticas culturais, na arquitetura e nas dinâmicas sociais que marcaram a história local.

3.1 O desenvolvimento da cidade de Pelotas a partir das charqueadas

No ano de 1758, o rincão de Pelotas foi doado pelo governador Gomes Freire de Andrade à Tomás Luís Osório e teve sua formação no período em que a "Coroa Portuguesa buscava consolidar a ocupação da fronteira sul de seus domínios no continente americano, objeto de constantes disputas com a Coroa Espanhola" (Carrasco, 2017, p. 3). Diversos fatores contribuíram para a ocupação dessas terras onde posteriormente seriam implantadas diversas charqueadas, como os rebanhos livres provenientes das Vacarias do Mar, possibilidade de transporte pelo porto de Rio Grande e o mercado propício (Gutierrez, 2001). Entretanto, "a organização econômica definitiva e estável do Rio Grande do Sul foi protelada pelas guerras incessantes que

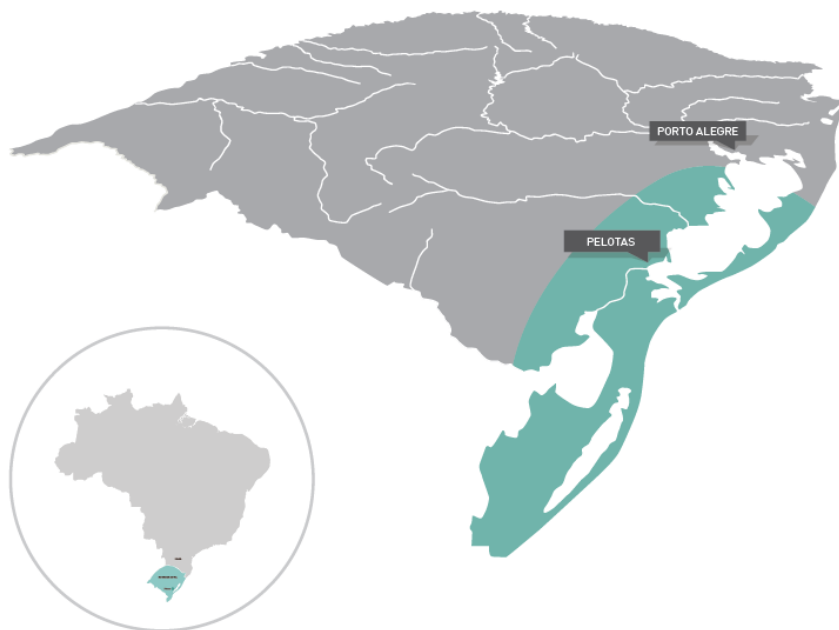
vão até 1777. Mas apesar delas, e graças às excelentes condições naturais, o gado vacuum foi se multiplicando rapidamente” (Prado, 1994, p.68). A existência deste gado auxiliou até para manter as prolongadas guerras, já que serviam para alimentar os exércitos durante o período.

Tanto a literatura uruguaia, quanto riograndense, indicam por volta do ano de 1780 para o estabelecimento da atividade charqueadora no município de Pelotas através do José Pinto Martins, um português estabelecido no Ceará na cidade de Aracati, e que dedicava-se na produção de carne seca. Conforme o historiador Mário Osório Magalhães, “a verdade é que se desconhece inteiramente o exato instante em que José Pinto Martins aportou por estas plagas; tampouco se sabe o momento preciso em que adquiriu o imóvel, o estabelecimento em que iria plantar sua indústria” (Magalhães, 2012, p. 120).

Assim como destaca Furtado (2005), no “Rio Grande do Sul coube o impulso dinâmico ao setor pecuário através de suas exportações para o mercado interno do país”, entre elas, particularmente o charque que chegou a constituir a metade das vendas totais do estado para os mercados interno e externo, o que reintegrou a pecuária riograndense na economia brasileira no fim do século XIX. (Furtado, 2005, p.113).

Estes empreendimentos se estabeleceram, em sua maioria, às margens do Arroio Pelotas. Em função da proximidade com o Porto de Rio Grande e da abundância dos cursos d’água, o escoamento da produção era facilitado e permitiu a incorporação da mão de obra escravizada na região o que impulsionou o desenvolvimento de um pequeno povoado, que chegou a ser o mais populoso e importante da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, atual estado do Rio Grande do Sul. Ao final do século XIX Pelotas se tornou “responsável pela produção de 75% a 90% do charque negociado” (Vargas, 2013, p.2).

Figura 11- Localização de Pelotas



Fonte: Plano Municipal de Turismo, 2017-2024.

Em função da proximidade com o Porto de Rio Grande e da abundância dos cursos d'água existentes na região, uma vez que os principais caminhos utilizados para a locomoção no país na época eram por vias fluviais, às margens do Arroio Pelotas

[...] assentou-se o maior núcleo salgador sulino da colônia portuguesa na América. Ao longo do século XIX, pelo menos, 30 charqueadas estabeleceram-se nessa área. As divisões dos terrenos foram feitas no sentido longitudinal, de forma que os poteiros davam fundos ao que seria consagrado como Logradouro Público, e o espaço da matança dava frente ao curso de água, por onde os dejetos eram atirados e o charque, embarcado para exportação. Pelo mesmo caminho chegavam o sal e os trabalhadores escravizados. (Gutierrez, 2004, p. 107)

A maioria dos charqueadores eram escravistas, detentores de poder político e do prestígio social em Pelotas, portanto, para que a gestão da produção do charque fosse desvinculada da então capital da Província, a cidade do Rio Grande de São Pedro (atual município de Rio Grande), localizada cerca de 50 quilômetros de distância dali, se fazia necessário a construção de um centro urbano, o que

possibilitaria a centralização e maior liberdade em seus fatores de produção: terra, gado e escravos (Carrasco, 2017). No entanto, a construção do povoado não se deu próximo ao local de produção do charque, já que as condições insalubres das charqueadas, pelo

[...] o mau cheiro reinante, ocasionado pelos dejetos da produção saladeiril, a falta de segurança, decorrente da proximidade com grande número de escravos, e a força política, resultado da união do padre Felício com o charqueador Antônio Francisco dos Anjos, não permitiram a implantação da cidade, no encontro do arroio com o canal. (Gutierrez, 1993, p.156)

Assim, no ano de 1810, foram iniciadas as tratativas para implantação do núcleo urbano e, em 1812, foi criada a Freguesia de São Francisco de Paula que, posteriormente, seria chamada cidade de Pelotas. Através do início da construção da capela da freguesia pelo capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, se legitimou o ato de fundação.

Em 1815, foi contratado o piloto de sesmarias Maurício Inácio da Silveira “para realizar a medição, o projeto de parcelamento do solo e a demarcação dos lotes das áreas públicas e do sistema viário” (Carrasco, 2017), levando em conta a demarcação dos terrenos das charqueadas. O início da ocupação urbana da então Freguesia de São Francisco de Paula, se pode observar na figura a seguir:

Figura 12- Demarcação da ocupação urbana de Pelotas em 1815



Fonte: GeoPelotas, 2025.

No ano de 1827, foi doado por Mariana Eufrásia o terreno para instalação do segundo loteamento. A partir desse momento, o núcleo urbano crescia em direção ao Canal São Gonçalo. Em 1850 ocorre a promulgação das Leis Eusébio de Queirós (nº 581) e de Terras (nº 601), onde a primeira versava sobre as formas de acesso à terra e a outra, quanto à repressão do tráfico de escravos, influenciando diretamente na construção das relações socioespaciais da Pelotas do século XX.

Entre os anos de 1858 e 1870, ocorre outra ampliação do núcleo urbano por meio dos chamados 3º e 4º loteamentos (Figuras 8 e 9), gerando, a partir disto, muitos investimentos na infraestrutura através da construção de novos edifícios residenciais, comerciais e institucionais, viabilizados pelo capital privado, o que refletia a riqueza existente na época além de tornar a construção civil e o mercado financeiro, a forma com que a elite pelotense garantiria o acúmulo e a concentração de riquezas (Carrasco, 2017, p. 599). Nesse momento a produção do espaço urbano foi se estabelecendo da mesma forma que as relações sociais: baseando-se na concentração de riquezas. O que, ao mesmo tempo, favoreceu o desenvolvimento urbano de Pelotas em escalas e condições invejáveis em comparação à outras localidades, gerou também, muitos problemas estruturais, principalmente no que diz respeito ao atendimento às populações de baixa renda.

Figura 13- Expansão do núcleo urbano de Pelotas entre 1835 a 1882.



Fonte: GeoPelotas, 2025.

Figura 14- Mapa cadastral de 1835.



Fonte: GeoPelotas, 2025.

Estes investimentos em melhorias urbanas, eram promovidos pensando exclusivamente para atender as demandas dos grandes detentores de capital. No entanto, a elite pelotense não estava sozinha, ela apenas tentava afastar os problemas urbanos que surgiam, tendo em vista que os cortiços e seus moradores, por um longo tempo, foram considerados um incômodo para o poder público e para a classe mais abastada da região, por isso, “diversas foram as tentativas de afastá-los do centro urbano, numa falsa perspectiva de que o afastamento dessas habitações populares resolveria de fato os problemas de infraestrutura enfrentados pelos seus moradores” (MACIEL, 2014, p. 43). A presença dos cortiços era a forma de moradia mais viável para a classe mais pobre de Pelotas. Estes locais possuíam péssimas condições de higiene e de saúde e eram propriedade da elite pelotense e, por meio deles, adquiriam alta rentabilidade já que era necessário pouco investimento para atrair os locatários.

O modo de produção desenvolvido nas charqueadas sofria instabilidade e tinha como concorrentes diretos os saladeiros do Rio da Prata que possuíam mão de obra livre e assalariada. Para Cardoso “[...] a concorrência entre “saladeiros” e “charqueadas” significava a luta entre duas formas diversas de produção econômica: uma mais presa à situação colonial e escravocrata, outra mais ligada à produção capitalista [...]” (Cardoso, 1997, p. 160). Assim, a cidade de Pelotas impediu o surgimento de uma economia moderna, com bases industriais, restando à elite escravocrata, detentora do capital, investir na produção do espaço urbano que ficou profundamente marcado pela manutenção do domínio político, econômico e social.

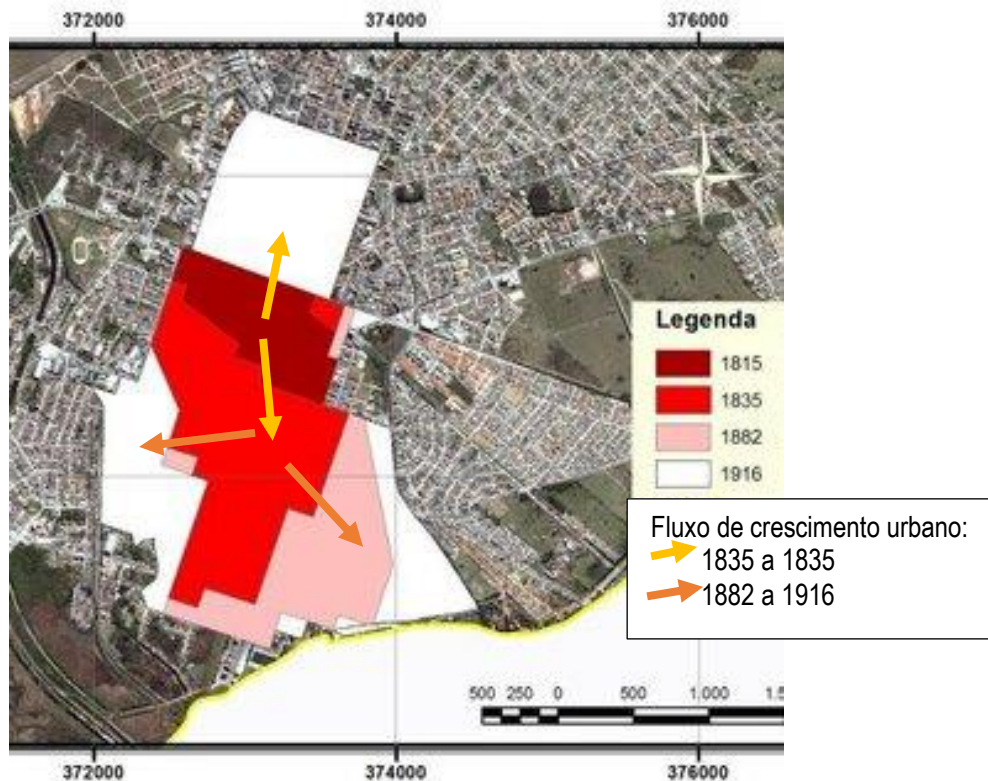
A “cidade dos casarões, de arquitetura sofisticada, dos teatros e dos chafarizes, era também a cidade das senzalas e dos cortiços” (Carrasco, 2017, p. 802). Urbanamente, o teor de sociabilidade é representado pela construção das ideias que compõem o arcabouço ideológico, conforme justificava e legitimava as diferenças latentes observadas entre os modos de pensar e agir, entre a moral pública e privada e entre a reivindicação da civilização como um horizonte a ser alcançado a partir da generalização da barbárie (Carrasco, 2017). Realidade esta não muito distante das demais cidades brasileiras, uma vez que “foram percebidas e descritas mediante olhares comprometidos com a gramática comportamental burguesa que se constituiria na Europa ao longo do século XIX [...] com olhares avessos aos costumes locais” (Marins, 2001, p. 29-30).

Após um período de grande riqueza, a quebra da economia na produção do charque e o surgimento dos frigoríficos em 1910, inicia-se um novo ciclo econômico, ou melhor, na tentativa de recuperação econômica através do processo de diversificação industrial do município. Entre as indústrias instaladas estavam fábricas têxteis, sabão, vela, cola, graxas (produtos estes derivados da agropecuária e agricultura), móveis, vidros e no setor de bebidas indústrias de cerveja, água mineral, gasosas e vinhos.

Juntamente com o intento de modernização e diversificação da economia, ocorrido entre os anos de 1890 e 1920, houve uma elevação de 114% da população urbana (MACIEL, 2014, p.44), se tornando assim, o 11º município mais populoso do Brasil. Com este considerável incremento populacional, intensificaram-se os já existentes e graves problemas de saúde e de habitação. Esta situação se manteve sem que houvessem políticas públicas para apurar soluções diretas e eficazes. Foram

tomadas medidas ditas sanitárias que “apenas acabavam com os cortiços na região central da cidade, e não forneciam de forma adequada o abastecimento de água e tratamento de esgoto, eficazes no combate das doenças”. (Medvedovski, 2021, p. 10).

Figura 15- Fluxo de crescimento urbano de Pelotas entre 1815- 1916



Fonte: GeoPelotas, 2025.

Foi no início do século XX que a área urbana passou por um processo de “higienização”, que se resumia na substituição dos cortiços, por conjuntos de unidades habitacionais para aluguel, já que estes seriam mais rentáveis a longo prazo e aceitáveis “aos olhos” da elite. Para as chamadas classes laborais, como alternativas adotadas, construíam três tipos de vivendas populares: os cortiços, as vilas (Figura 7) e as casas em fita (Figura 8), além da abertura de loteamentos distantes do núcleo central. No primeiro tipo de construção, havia uma rua interna e as casas estavam em sentido perpendicular em relação a calçada, já na segunda, as construções eram feitas uma ao lado da outra e com acesso à rua pública, chegando a ser construídas entre três a dezesseis residências iguais (Rubira, 2014).

Os mais pobres alugavam quartos em porões, em edículas nos fundos dos terrenos ou em casas velhas subdivididas, chamadas de “cortiços” (Rubira, 2014). As construções destinadas a este público eram precárias, com espaço mínimo e compartilhado entre as famílias, os banheiros e tanques permaneciam coletivos. Outros, por falta de possibilidades financeiras adequadas, construíam suas casas de pau a pique e cobertas com palha (Figura 6).

Figura 18- Vila



Figura 17- Casas em fita



Figura 16- Pau a pique e cobertura de palha



Fonte: RUBIRA, 2014.

A cidade cresceu através de loteamentos populares primeiro em direção oeste, depois, leste. A ampliação deixou vários vazios urbanos. Os primeiros parcelamentos de terras configuravam grupos pequenos de habitações distribuídas ao longo das ruas internas. As vilas Simões Lopes, do Prado e Gotuzzo constituíram os primeiros exemplos. A arquitetura dos loteamentos em alguns casos recorria ao uso do pau- a- pique e de coberturas de palha [...] diferentemente da implantação do centro, estas ficavam soltas nos lotes (Rubira, 2014, p 519).

Entre 1912 e 1915 o centro recebeu melhorias, tais como iluminação elétrica, o transporte público, que antes era puxado por burros, passaram a ser elétricos, além da canalização de água potável e esgoto cloacal, entre outras melhorias, diferentemente dos loteamentos, que muito pouco ou nada, receberam de investimentos (Rubira, 2014). Com o processo de qualificação e higienização da área urbana, o município continuou crescendo através de parcelamentos de terras, os chamados loteamentos populares, ocasionando vários vazios urbanos. Esses conjuntos e loteamentos, apresentavam-se como uma opção de investimento aos proprietários e, ao mesmo tempo, forçava o “despejo” da população de baixa renda em direção à periferia, já que os mais pobres não poderiam pagar pelo novo preço cobrado na área central.

Mesmo com o desenvolvimento urbanístico acelerado, não houve planejamento que atendesse as necessidades, ou ao menos, realizassem melhorias nas condições de vida das populações mais pobres. Ao contrário, muitos cortiços, vilas e loteamentos foram sendo implementados sem nenhum planejamento ou investimento público, sem qualquer tipo de sistema de esgoto, vias de acesso, serviço de educação ou saúde, em alguns casos, somente uma “bica” de água era fornecida. Foi esta a forma que definiu o modelo de desenvolvimento urbano de Pelotas durante todo o século XX.

Em 1910 inicia-se uma nova fase com a chegada dos frigoríficos, causando grande impacto na economia local, uma vez que a produção do charque se faz obsoleta. Para muitos, 1930 reforça ainda mais a decadência do município.

A quebra da bolsa de valores de Nova York a depressão Mundial que se seguiu e Getúlio Vargas na presidência do Estado atingiram duramente o município com a crise o preço do boi e do charque entrou em queda livre o assoreamento do canal São Gonçalo e a modernização do porto de Rio Grande para onde migrar os embarques do comércio exterior pioraram ainda mais as coisas. (Centeno, 2016, p.25-26)

Os espaços antes utilizados para a produção do charque, acabaram desvalorizados e sem utilidade, tornando-se grandes reservas de terras propícias para a construção de empreendimentos para vários fins coletivos públicos e privados, como o hipódromo, clubes sociais, aeroporto e loteamentos como as COHAB-RS, destinados à faixa de 3 a 5 salários-mínimos (Medvedovski, 1998). Outros espaços permaneceram desocupados ou foram ocupados pelas populações ainda mais pobres, como escravos libertos e seus descendentes ou trabalhadores de menor capacidade econômica. Em um destes espaços, é onde encontra-se a Vila da Palha.

A vila desenvolveu-se à beira de uma das mais antigas vias do município e está localizada à beira do Arroio Pelotas, importante via pela qual era realizado o escoamento da produção do charque no início do século XIX e entre duas charqueadas, a São João e a Santa Rita, o que a insere em um dos seus principais atrativos turísticos do município: o Roteiro das Charqueadas.

3.2 Pelotas e o Turismo

Pelotas integra a Região Turística da Costa Doce e se destaca como um importante polo turístico do sul do Rio Grande do Sul. A cidade atrai milhares de visitantes de diversas regiões do Brasil e de países do MERCOSUL, graças ao seu diversificado e moderno comércio, ao seu rico patrimônio cultural, à realização de grandes eventos e aos seus atrativos naturais e culturais.

Destaca-se como um importante polo turístico, especialmente reconhecida por sua rica tradição doceira e patrimônio cultural. Em 2018 o município recebeu, pela primeira vez na história do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o duplo reconhecimento através do certificado de tombamento do Conjunto Histórico de Pelotas (patrimônio material) e do registro da Tradição Doceira da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (patrimônio imaterial). Recentemente, a cidade alcançou marcos significativos que reforçam sua posição no cenário turístico nacional. Em maio de 2024, Pelotas foi oficialmente reconhecida como a "Capital Nacional do Doce", um título que valoriza sua histórica produção de doces tradicionais e impulsiona o turismo gastronômico local. Esse reconhecimento fortalece a identidade cultural da cidade e atrai visitantes interessados em sua culinária única (Portal Pelotas, 2024).

Figura 20- Turistas chegando à Pelotas



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Figura 19- Interior da Biblioteca Pública Pelotense

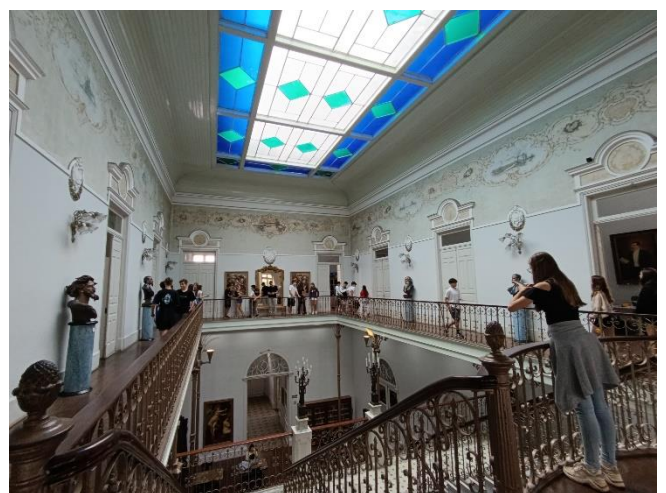


Figura 21- Visitação guiada na Charqueada São João



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Além disso, a cidade foi classificada na categoria A no mapa do Turismo no Brasil. A categorização é feita pelo Ministério do Turismo, e avalia o desempenho dos municípios turísticos em todo o país. Para isso foram considerados fatores como estruturação turística, geração de empregos no setor, número de visitantes e movimentação econômica. A arrecadação de impostos do setor chega a quase R\$ 2 milhões por ano (Portal Pelotas, 2024).

Em 2019, o número de visitantes internacionais foi de 30,6 mil, evidenciando a relevância da cidade no cenário turístico nacional e internacional (Jornal do Comércio, 2019). No ano de 2020, a região da Costa Doce Gaúcha, que inclui Pelotas, registrou 6.160 empregos relacionados ao turismo. De acordo com dados do Mapa Interativo do Turismo, em 2021, Pelotas recebeu 28,2 mil visitantes domésticos. Já o Relatório de Análise de Fluxo Turístico, realizado pela LUCA Tourism, através de ferramenta estatística suportada por uma infraestrutura de Big Data, que utiliza as informações de operação das redes de telefonia móvel da Telefônica, identificou um incremento de 35,20% no número de visitantes na cidade entre os anos de 2019 e 2022.

A Revista Tendências do Turismo 2025, desenvolvida pelas equipes técnicas da Embratur e do Ministério do Turismo, apresenta estudo a partir da ferramenta de

monitoramento de tendências de pesquisa do Google, em especial o volume de busca por voos e acomodações por meio de seu buscador, sendo esta uma das páginas mais acessadas do mundo, identificou que em 2024, Pelotas foi o 6ª destino nacional que mais cresceu nas buscas pelo mercado internacional.

Segundo os Informes Estatísticos do Turismo de Pelotas realizado pela Prefeitura Municipal de Pelotas entre os anos de 2016 a 2024, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação - SDETI, demonstra-se que, por meio da análise do perfil do público atendido no Centro de Atenção ao Turista-CAT, entre o principal público visitante do município, estão turistas provenientes do Rio Grande do Sul das cidades de Porto Alegre, Santa Maria, Canguçu, Bagé, Passo Fundo, já dos demais estados brasileiros, se destacam São Paulo (30%), Paraná (25%) e Santa Catarina (22%). Entre o público internacional, encontram-se Uruguaios e Argentinos.

Estes diferentes números demonstram a importância do setor para a economia local e regional. Evidencia-se, também, que o potencial de crescimento turístico é enorme, uma vez que recentemente foi inaugurada mais uma nova linha aérea, contemplando Pelotas e Guarulhos, além dos voos regulares para São Paulo e Porto Alegre, que partem desde o seu Aeroporto Internacional João Simões Lopes Neto-PET.

Os atrativos turísticos trabalhados pelo município se estruturam em diferentes eixos temáticos: Pelotas Cultural (Figura 22), Negócios e Eventos (Figura 23), Doces Águas de Pelotas (Figura 24) e Pelotas Rural e Natureza (Figura 25). Dentre eles, o mais desenvolvido e mais procurado pelos turistas, é o eixo cultural, que inclui o Roteiro das Charqueadas, os casarões antigos do centro histórico e o Museu da Baronesa. Um dos destaques do Eixo Cultural é o Centro Histórico de Pelotas, um dos mais significativos do Estado, que concentra um conjunto arquitetônico eclético, representativo da urbanização e modernização vivenciadas entre os séculos XIX e XX. Entre os pontos de interesse que compõem o Roteiro do Centro Histórico, destacam-se a Praça Coronel Pedro Osório, o Museu do Doce (Casarão nº 8), o Casarão nº 6, futuro Museu da Cidade de Pelotas, o Secretaria de Cultura (Casarão nº2), o Mercado Central, a Prefeitura Municipal Pelotas com o Memorial dos Prefeitos e a Bibliotheca Pública Pelotense. Além desses, merecem menção o Sete de Abril, o primeiro teatro do Estado, além do Theatro Guarany, o Paço Municipal, o Clube

Caixerai, o Quartel Legalista, a antiga Escola Eliseu Maciel e o Grande Hotel, entre outros, evidenciando a relevância histórica e arquitetônica da zona central.

Figura 22- Eixo Pelotas Cultural (Museu da Baronesa e Doces tradicionais de Pelotas)



Fonte: Prefeitura de Pelotas, 2025.

A cidade também se destaca pelo seu patrimônio cultural edificado e simbólico, que extrapola os limites do centro urbano. Nessa perspectiva, destacam-se o Parque e Museu da Baronesa, a Catedral São Francisco de Paula, a Catedral Anglicana do Redentor, a Santa Casa, a Praça Piratinino de Almeida, a histórica Caixa d'Água, o Castelo Simões Lopes Neto, a Estação Férrea, o Conservatório de Música, o Clube Comercial, o Palacete Payssandu, o Obelisco Republicano, o Instituto João Simões Lopes Neto, a antiga Escola de Belas Artes, o antigo Jockey Clube de Pelotas, além das fontes ornamentais das Nereidas, das Três Meninas e dos Cupidos. Também são de grande relevância os acervos museológicos do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, do Museu de História Natural Carlos Ritter e o Museu da Biblioteca Pelotense.

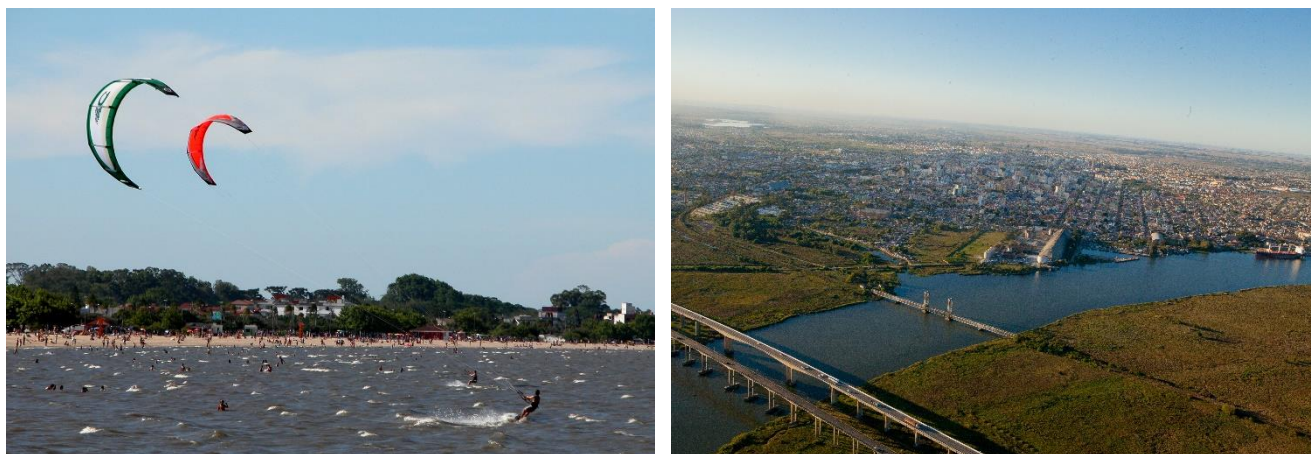
No campo da tradição doceira e da gastronomia, Pelotas se distingue por um patrimônio imaterial que ganhou projeção nacional. A visita à fabricação de doces típicos, como os conhecidos doces de pelotas, alia-se ao Roteiro dos Restaurantes, cafés e lanchonetes, consolidando uma experiência turística baseada na herança culinária local, cujas origens remetem às influências portuguesas e às práticas de produção familiar e artesanal.

No eixo Natureza e Águas de Pelotas, destaca-se a ponte férrea sobre o Canal São Gonçalo, o Arroio Pelotas, patrimônio cultural do município, a praia do Laranjal e

seus balneários, a Colônia de Pescadores Z3, além de diversos clubes, como o de Natação e Regatas Pelotense, Iate Club Pelotas, Club Náutico Gaúcho, Caça e Pesca, a Sociedade Náutica.

O município também conta com uma série de parques naturais e unidades de conservação que reforçam o potencial do turismo ecológico. Áreas verdes como o Parque da Baronesa e os arredores da Colônia Z3 oferecem opções de contato com ecossistemas típicos da região sul, como banhados, matas ciliares e campos nativos. A Colônia de Pescadores Z3, em particular, representa um espaço de grande valor sociocultural e ambiental, reunindo práticas de pesca artesanal, festas tradicionais, culinária baseada em peixes e frutos do mar, além de um modo de vida fortemente vinculado às águas da Lagoa dos Patos. A Z3, por sua relevância econômica e cultural, figura como um território estratégico potencial para o desenvolvimento de experiências de turismo de base comunitária, com protagonismo das populações locais.

Figura 23- Eixo Natureza e Doces Águas de Pelotas



Fonte: Prefeitura de Pelotas, 2025.

As manifestações artístico-culturais complementam esse panorama, oferecendo um calendário diversificado que abrange expressões religiosas, artes cênicas, visuais, literatura, artesanato e uma série de eventos periódicos. O Festival Internacional SESC de Música, a Feira Nacional do Doce- FENADOCE, EXPOFEIRA, Feira do Livro, Dia do Patrimônio, Carnaval, Festa do Pêssego, Festa do Morango, entre tantos outros eventos que acontecem nas mais variadas épocas do ano, atraem milhares de visitantes e participantes. O eixo dos negócios também é um dos

principais destaques, uma vez que são congressos, feiras, simpósios de diferentes áreas, organizados por entes privados e públicos, além das suas duas universidades, a Federal e a Católica, e por seus institutos e instituições de ensino.

Figura 24- Eixo Negócios e eventos (Festival Internacional SESC de Música e FENADOCE)



Fonte: Prefeitura de Pelotas, 2025.

O município de Pelota não se destaca apenas por seu patrimônio histórico-urbano e arquitetônico, mas também por um vasto conjunto de paisagens naturais, tradições rurais e experiências ligadas ao meio ambiente e ao modo de vida das populações do campo. O turismo rural e de natureza, nesse contexto, constitui-se como uma vertente complementar e estratégica da atividade turística local, promovendo o contato direto com práticas culturais, produtivas e ambientais que expressam a identidade rural da região.

A região rural de Pelotas está estruturada em forma de associação, organizando seus serviços, produtos e atrativos turístico sob o nome de Doces caminhos Rurais. Com o histórico de uma diversificada colonização, onde se encontram as tradições alemã, francesa, pomerana, italiana, além dos seus quilombos, tornam a região um espaço propício para as manifestações destas diferentes culturas em um cenário de lindas paisagens naturais e patrimônio histórico.

Nesse território, o visitante encontra roteiros que combinam paisagens naturais preservadas com produção agroalimentar artesanal, religiosidade popular, arquitetura típica e hospitalidade familiar. Pequenas propriedades rurais e agroindústrias recebem visitantes interessados em vivenciar o cotidiano da agricultura familiar, degustar

produtos coloniais e compreender os modos de vida tradicionais, fortalecendo, assim, o turismo de base comunitária.

A gastronomia local, enraizada nas tradições rurais e coloniais, é parte essencial dessa experiência. Alimentos produzidos de forma artesanal, como pães, queijos, geleias, embutidos e vinhos coloniais, são oferecidos em pousadas, campings e restaurantes típicos da zona rural, muitas vezes integrados a circuitos de visita que incluem trilhas ecológicas, atividades educativas e oficinas temáticas. Essa relação entre produção, cultura alimentar e paisagem gera valor simbólico e econômico, fortalecendo o território rural como espaço de fruição turística.

Outro elemento relevante é a presença de pousadas e campings rurais, que proporcionam ao visitante momentos de descanso e contemplação da natureza. Muitas dessas estruturas estão inseridas em áreas de mata nativa, campos e arroios, favorecendo a observação de fauna e flora, bem como práticas de lazer associadas ao ecoturismo, como caminhadas, passeios de bicicleta, banhos de rio e atividades ao ar livre.

Figura 25- Pelotas Rural e Natureza



Fonte: Doces caminhos Rurais, 2025.

Diante de tantos atrativos, é notório o esforço por parte da Secretaria de Turismo na estruturação turística e na divulgação de Pelotas como destino turístico. Ademais das parcerias comerciais, campanhas publicitárias, divulgação de materiais impressos e no ambiente virtual, participação em eventos de promoção turística, esforço este, norteado através do Plano Municipal de Turismo de Pelotas 2017- 2024

(PMT), que contempla diferentes ações voltadas a qualificação e estruturação turística de Pelotas, entre elas, ações de Sustentabilidade e Sensibilização junto à comunidade local, através de eixo de trabalho específico proposto no PMT. Junto à secretaria, também são atuantes através do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), profissionais e entidades locais.

3.3 O Roteiro das Charqueadas

O turismo patrimonial tem se consolidado como uma importante estratégia de valorização da cultura e do desenvolvimento regional. No Rio Grande do Sul, as charqueadas representam um elemento significativo da história econômica e social do estado, especialmente em Pelotas. Este processo produtivo, baseado na mão de obra escravizada, e sua importância para a economia gaúcha, fizeram dessas propriedades, espaços relevantes para a compreensão da história local. Hoje, algumas delas, foram transformadas em atrativos turísticos, incorporando-se à circuitos que combinam memória, cultura e lazer.

Conforme visto anteriormente no texto, as charqueadas surgiram no Brasil Colonial como resposta à necessidade de conservar carne para abastecer o mercado interno e externo. A produção de charque gaúcho destinava-se principalmente ao consumo nos centros urbanos e às plantações de cana-de-açúcar do Nordeste. O auge da economia do charque ocorreu no século XIX, e Pelotas se consolidou como o principal polo desse setor, muito favorecida por sua localização estratégica, oferta de gado e às condições climáticas favoráveis para a salga e secagem da carne.

A produção do charque estava intimamente ligada ao trabalho escravizado. Os escravizados eram responsáveis por todas as etapas do processo, desde o abate dos animais, a salga e o abastecimento das embarcações para o transporte do produto. Esse passado configura um aspecto sensível na memória das charqueadas e, por isso, sua abordagem no turismo patrimonial exige um olhar crítico e reflexivo.

Em um período de homogeneização das culturas, devido a globalização, o patrimônio arquitetônico, por estar fortemente presente no cotidiano da população, tem um papel fundamental para a manutenção da memória coletiva, pois é “do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação de identidades” e esse vínculo,

se dá através da memória auxiliada pelo entorno material, já que “[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto” (Bosi, 2003, p.16). Deste modo, os vínculos com o lugar podem contribuir para fortalecer o sentimento de pertencimento e da autoestima e servir como ferramenta para o desenvolvimento.

A compreensão do patrimônio como um ativo para o desenvolvimento urbano, no âmbito brasileiro, tem se fortalecido principalmente a partir da constituição federal de 1988, que dedica o artigo 216 ao tema e define patrimônio cultural como

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988.)

E, a partir da elaboração do Estatuto da Cidade, onde seu artigo 2º afirma que

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” e estabelece como uma destas funções, a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico. (Brasil, 2001).

Ao considerar o patrimônio como portador de significados e base para a formação das identidades territoriais, os grupos se identificam e se diferenciam a partir de sua relação com esses elementos da paisagem. Porém, no caso das Charqueadas pelotenses, percebe-se uma forte identificação a partir do olhar dos grupos hegemônicos, o que fica ainda mais evidente quando se analisa os remanescentes construídos nesses locais, onde poucos apresentam vestígios das senzalas ou dos negros que ali trabalhavam e viviam. Enquanto os casarões testemunham um período de grande desenvolvimento econômico e acumulação de riquezas, diminuem ou apagam da memória os escravizados.

A permanência das sedes, em detrimento dos espaços de trabalhos construídos de forma mais precárias e com materiais menos duradouros, resultam no apagamento da contribuição dos negros para a formação socioespacial de Pelotas e região. Do mesmo modo que as referências afrodescendentes ainda são pouco reconhecidas, a participação das comunidades nas imediações das sedes é praticamente inexistente, perpetuando a forma excludente com que se usufrui desses bens.

Para compreender e promover o desenvolvimento sob uma perspectiva inclusiva e sustentável, deve-se necessariamente passar por uma ampla participação da sociedade, a partir das diversas contribuições e dos vários grupos que a compõem e, neste contexto, o turismo cultural se mostra como uma alternativa seguindo um modelo

de políticas públicas de desenvolvimento, visando associar o fenômeno do turismo à preservação do patrimônio cultural por meio de seus instrumentos de promoção, propiciando o consequente crescimento econômico e social com base no direito à cultura. (Tomio & Heredia, 2018, p. 194).

Com o intuito de proteger e promover os elementos histórico-culturais resultantes do ciclo econômico da produção do charque no município, em outubro de 2003, instituiu-se o Roteiro das Charqueadas através da Lei Nº 4977. O roteiro se destaca por sua importância histórica, arquitetônica e cultural, transformando-se em uma atração turística, cultural e símbolo do município. O objetivo do Roteiro das Charqueadas é fornecer uma orientação geográfica para as atividades educacionais, culturais, turísticas, sociais e econômicas com o objetivo de estudar, aprender, valorizar, preservar e usar a memória do ciclo econômico do charque no Município de Pelotas. É composto por duas rotas: uma terrestre e outra fluvial que passam pelo centro do núcleo charqueador de Pelotas.

A rota terrestre é composto pelas seguintes ruas: Avenida Salgado Filho; Avenida São Francisco de Paula, desde a Tablada até a Avenida Ferreira Viana; Antigo Corredor das Tropas, no prolongamento da Avenida São Francisco de Paula, desde a Avenida Ferreira Viana até a Estrada do Engenho, passando pela Ponte dos Dois Arcos; Avenida Cidade de Rio Grande, a partir da Estrada do Engenho até a Rua Dr. Mário Meneghetti; Estrada do Engenho; Estrada do Passo dos Negros até a Boca do Arroio Pelotas; Corredor da Prainha; Corredor no prolongamento da Rua Capitão Nelson Pereira, desde a Avenida Ferreira Viana até o Corredor da Prainha; Avenida Adolfo Fetter até o Recanto de Portugal; Rua Capitão Nelson Pereira; Avenida Barão de Corrientes; Avenida Auguste de Sant Hilaire; Estrada da Costa; Estrada da Boa Vista, desde o Logradouro Público até a Estrada da Costa; Estrada do Cascalho até o Cotovelo; Estrada da Galatéia. E a rota fluvial inclui o Canal São Gonçalo, desde o Veleiros Saldanha da Gama até a Boca do Arroio Pelotas e o Arroio Pelotas desde a

sua foz até a Charqueada da Graça. A lei também define locais de referência, entre eles o Obelisco Republicano, o Engenho do Coronel Pedro Osório, Cacimba das nações, charqueadas e outros 11 locais.

Atualmente, algumas charqueadas de Pelotas foram restauradas e abertas ao público, oferecendo visitas guiadas, encenações históricas e experiências gastronômicas. Apesar do potencial destas propriedades para o turismo cultural, há desafios a serem enfrentados. A preservação das edificações históricas requer investimentos contínuos, e a inserção das charqueadas nos roteiros turísticos ainda é limitada pela falta de infraestrutura e políticas públicas adequadas. Além disso, a abordagem do tema da escravidão nas visitas guiadas precisa ser feita de forma cuidadosa, para evitar narrativas que romantizem ou minimizem a violência desse período.

Como oferta turística, atualmente, são 4 charqueadas que estão operantes: Charqueada Boa Vista, São João, Santa Rita e Costa do Abolengo, tendo suas atividades descritas no Quadro 1.

Quadro 1- Roteiro das Charqueadas e seus atrativos

NOME	ATIVIDADE
Charqueada Santa Rita	Pousada de Charme, gastronomia, passeio com cavalos e pôneis, caiaques e canoas canadenses, memorial do charque, bicicleta e eventos.
Charqueada São João	Visitação monitorada, gastronomia, eventos e passeio de barco.
Charqueada Costa do Abolengo	Hospedagem e eventos.
Charqueada da Boa Vista	Visitação, gastronomia, eventos e passeio de barco.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A Charqueada São João é a única das charqueadas que trabalha exclusivamente com visitas turísticas. O casarão construído em 1810, é reconhecido como Patrimônio Nacional pelo IPHAN, e mantém as características arquitetônicas originais e o seu próprio acervo da época do Ciclo do Charque. O tombamento é um instrumento definido por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e que institui a proteção do patrimônio artístico nacional com o objetivo de preservar bens que tenham valor cultural, histórico, ambiental ou arquitetônico para uma comunidade. O ato do tombamento desta charqueada, reforça a importância do contexto histórico e cultural no qual a Vila da Palha está inserida.

Esta charqueada, também ficou conhecida pelas gravações cinematográficas nacionais, como a minissérie “A Casa das Sete Mulheres” e o filme “O Tempo e o Vento”. No local, é possível conhecer a história através de um passeio guiado pela propriedade. O tour começa na sala onde foi filmado uma das cenas mais marcantes do filme e os visitantes assistem um vídeo que faz um percurso na história do local, destacando seu valor, e o passeio prossegue com a visita no interior do casarão, onde é possível ver mobiliários de época e o pátio interno. Também existe a opção de fazer um passeio de barco pelo arroio Pelotas, possibilitando avistar outras charqueadas próximas.

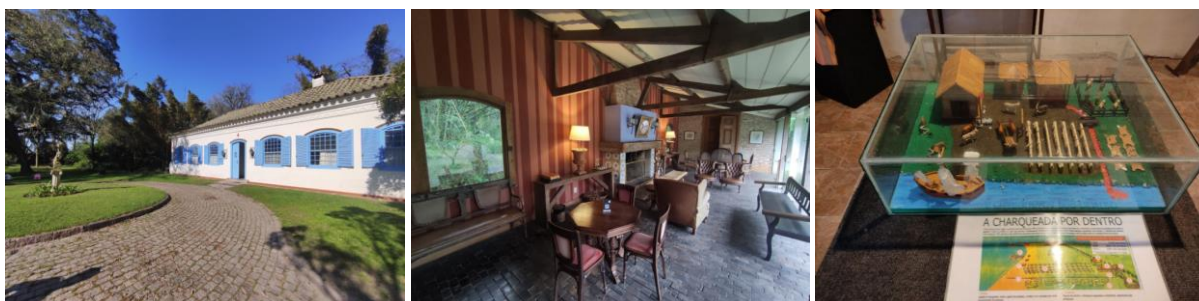
Figura 26- Charqueada São João



Fonte: Site do empreendimento, 2023

Já a Charqueada Santa Rita abriga uma pousada de charme, sendo uma opção diferenciada de hospedagem em Pelotas, principalmente para aqueles que têm interesse em conhecer mais sobre o Ciclo do Charque. O local possui um casarão histórico preservado, datado de 1826, e mantém o antigo saladeiro, sendo hoje o salão de festas, às margens do arroio Pelotas. Também é possível agendar visitas para conhecer o Museu do Charque, onde o acervo possibilita entender melhor como funcionava uma charqueada. Há maquete demonstrando a estrutura de uma charqueada, vários painéis e também utensílios de época. No local também há uma "pelota", espécie de embarcação que dá nome ao município. Outras atividades como cavalgada e locação de caiaque, são oferecidas pelo estabelecimento.

Figura 27- Charqueada Santa Rita



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

A Charqueada Boa Vista funciona como um espaço de eventos e está em fase de implementação um projeto ecológico, chamado Boa Vista Eco Experiência, onde os visitantes poderão conhecer um pomar de árvores nativas, o galpão crioulo com animais de campo, mini trilha, criação de minhocas, fabricação de composto orgânico, entre outras vivências. O principal público da Boa Vista Eco Experiência são escolas e famílias com crianças e jovens. Além do espaço para eventos no casarão datado de 1811, os jardins da Charqueada Boa Vista são utilizados pelos visitantes para desfrutar piqueniques e comemorações.

Figura 28- Charqueada Boa Vista



Fonte: Site do empreendimento, 2024.

A Charqueada Costa do Abolengo dedica-se, assim como às demais, como espaço para a realização de eventos, visitação, opção de gastronomia, como cestas de piquenique e, conta também, com o serviço de passeio de barco.

Figura 29- Charqueada Costa do Abolengo



Fonte: Site do empreendimento, 2024.

Apesar das atividades descritas acima, não há uma rede diversificada de serviços associados, assim como não há um envolvimento da população do entorno imediato nas atividades turísticas, o que poderia contribuir para o desenvolvimento local de uma forma mais ampla. Além das Charqueadas, é possível identificar outros bens culturais que poderiam integrar e participar ativamente na estruturação do turismo no Roteiro das Charqueadas, dentre eles: Clube Arealense, Associação de Bairro, CTG Negrinho do Pastoreio, Orquestra Estudantil do Areal, além de serviços como restaurantes e produtos artesanais, que também não são incluídos.

Deste modo, o turismo ali desenvolvido, acontece de forma fragmentada, já que cada sede promove e comercializa seu produto e serviço, com pouca, ou nenhuma,

interação com os demais, assim como não incluem os produtos e serviços do entorno. Ficam excluídas, também, a população local, tendo como único papel ser mera observadora do protagonismo cultural e comercial dos estabelecimentos turísticos vizinhos, já que estão completamente deslocadas das decisões e dos resultados econômicos e sociais provenientes da atividade turística.

Esse processo de exclusão é uma característica histórica de formação do Brasil, e conforme explica Bacelar de Araújo,

Ao longo de quatro séculos, desde seu descobrimento pelo capital mercantil em busca de internacionalização, até o século atual, o Brasil se constituiu como um país rural, escravocrata e primário – exportador. Só no século XX é que emerge o Brasil urbano - industrial e de relações de trabalho tipicamente capitalistas. (Araújo, 1999, p. 2)

O que se vê, portanto, é a marginalização das populações, e quando muito, o que existe é uma relação hierárquica de relações de trabalho, não havendo um planejamento para o desenvolvimento de parcerias entre morador e o atrativo turístico, evitando assim, qualquer forma de participação e/ou empreendedorismo por parte dos residentes.

Diante desta situação, na qual as comunidades receptoras ficam à margem dos benefícios do crescimento do turismo, poucos são os que colhem os frutos e que “efetivamente estão comprometidos com o desenvolvimento local [...] a realidade contemporânea mostra que o modelo de desenvolvimento econômico vigente não pode mais ser mantido” (Mendonça e Irving, 2006, p. 87). Neste sentido, verifica-se a necessidade de mudança nas práticas e nos paradigmas no que tange a metodologia do desenvolvimento turístico.

Pelotas está entre os principais destinos turísticos do Rio Grande do Sul. De acordo com o Relatório de análise de Fluxo Turístico², em 2022 foram 1.138.440 turistas no município, destacando-se assim, entre os 10 mais destinos mais visitados do Estado. O trabalho de divulgação e estruturação turística é constante e pode-se destacar os trabalhos desempenhados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação, sendo que neste ano, 2025, passa a ter uma

² Relatório este encomendado pelo Governo do Estado em parceria com o SEBRAE e realizados nos anos de 2019 e 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.setur.rs.gov.br/upload/arquivos/202307/10170959-relatorio-consolidado.pdf>.

Secretaria exclusivamente dedicada ao turismo, além de instituições como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -SEBRAE, Associação dos Municípios da Zona Sul- AZONASUL e Associação dos municípios da Costa Doce- ACOSTADOCE. Cada entidade, com sua característica e intensidade, desempenha um papel importante para a melhoria do setor.

No âmbito turístico, o município de Pelotas se estrutura em diferentes eixos: Doces águas de Pelotas, Negócios e eventos, Pelotas Rural e Natureza e Pelotas Cultural. Embora “Pelotas oferece outros atrativos turísticos, como o centro histórico, museus, balneários, Quadrado e turismo rural, as charqueadas assumem um papel relevante, pois remetem diretamente à história da fundação da cidade” (Bilhalva, 2018 p, 5). Elas se tornaram um atrativo turístico devido ao legado histórico, pelo trabalho de promoção turística e pela iniciativa de empreendedores, que as estruturam com diversificação de serviços, resultando em faturamento através das visitas, hospedagem, eventos e outras atividades realizadas.

Mesmo que haja todo um esforço de gestão e promoção, as propriedades estão afastadas do centro histórico da cidade, aproximadamente 6,5Km de distância, e precisam receber melhorias na via de acesso, uma vez que a estrada ainda não é pavimentada, e em dias de constantes chuvas, dificulta o trânsito dos ônibus municipais e os de turismo devido aos grandes buracos que se formam. Outro fator, é que no entorno não existem muitos serviços de apoio qualificados para atender aos visitantes, o atrativo se concentra dentro do estabelecimento, criando ilhas isoladas de serviços, evidenciando os diversos desafios, mas também as oportunidades possíveis de serem trabalhadas no entorno.

Sobre o passado das charqueadas, o estudo de Gutierrez (2010) denuncia sobre as péssimas condições ambientais e também de trabalho. Atualmente, a condição do ambiente não é a mesma, já que passou por alterações no curso do tempo. Mesmo que tenha conservado alguns objetos físicos, não opera na modalidade industrial de antigamente, já que “no local onde era possível se observar os varais com carnes exposta ao sol, há hoje um belo jardim, o qual recebe casamentos e outros eventos mediante contratação de pacote ofertado pela equipe das charqueadas” (Bilhava, 2018 p. 09). Hoje as pessoas dançam e celebram festas no local onde, anteriormente, existia sofrimento. Dessa forma, o espaço das charqueadas passou por uma resignificação ao longo do tempo, transformando-se em um ambiente

marcado pelo trabalho árduo e pelas condições degradantes impostas aos escravizados, em um local de lazer e celebração.

Assim, ao se analisar a trajetória das charqueadas até os dias atuais, é fundamental ampliar o olhar para além dos muros restaurados, considerando os impactos históricos e presentes sobre as comunidades que orbitam esses espaços. A Vila da Palha não é apenas um resquício geográfico das charqueadas, é um testemunho vivo da permanência e da resistência de populações que continuam a reivindicar pertencimento, dignidade e visibilidade diante de uma história que, por vezes, prefere celebrar o passado senhorial a encarar os legados da escravidão.

Portanto, a abordagem integrada entre os espaços patrimonializados e os territórios sociais vizinhos, como a Vila da Palha, revela-se essencial para a construção de um turismo mais crítico e comprometido com a justiça social e a memória coletiva.

4. A VILA DA PALHA E O TURISMO NAS CHARQUEADAS

O quarto capítulo aprofunda a análise da Vila da Palha, explorando sua história, identidade e relação com o turismo das charqueadas em Pelotas. Inicialmente, traça-se um panorama sobre a formação da Vila, destacando os processos de ocupação e as dinâmicas sociais que moldaram sua identidade territorial. Em seguida, são apresentadas as memórias e narrativas dos moradores, evidenciando como a história oral coletiva contribui para a construção da identidade local. Os relatos revelam fortes vínculos afetivos com o território, bem como as dificuldades enfrentadas diante das transformações urbanas e da expansão do turismo na região.

Por fim, o capítulo discute as disputas identitárias que emergem na relação entre a Vila da Palha e o Roteiro das Charqueadas. Embora a comunidade esteja inserida nesse espaço turístico, sua história e cultura permanecem invisibilizadas. O turismo, em vez de integrar os moradores, reforça barreiras sociais e econômicas, limitando sua participação nas atividades e benefícios gerados. Essa análise evidencia a necessidade de repensar a inclusão da Vila da Palha no contexto turístico, garantindo que suas memórias e identidade sejam reconhecidas e valorizadas.

4.1 Olhares sobre a Vila da Palha

A Vila da Palha é uma pequena comunidade situada no bairro Areal, às margens do Arroio Pelotas. Surgiu entre antigos locais de produção de charque, cruciais para a economia local, que fizeram de Pelotas um dos principais centros produtores desse alimento no Brasil no final do século XIX, as charqueadas São João e Santa Rita. Sua origem data de aproximadamente 80 anos atrás, em um contexto de declínio econômico da cidade.

No ano de 1820, “visitando a região, o francês Auguste Saint-Hilaire registrou a existência de dezoito charqueadas; um relatório do presidente da Província, em 1856, menciona trinta e oito “fábricas de salgar carne” na região de Pelotas” (Loner *et al*, 2012, p.67). Cabe destacar que em sua homenagem, se dá o nome da rua principal da Vila. Sua vinda ao Brasil foi “a serviço do Estado francês, prestar à ciência e a seu país informações relevantes sobre a fauna e a flora brasileiras e descobrir plantas

próprias à tintura para serem introduzidas na Guiana Francesa” (Galarmino, 2008, p.8). Além da descrição da fauna e flora locais, o naturalista apresentou dados relevantes para a produção do charque, bem como detalhes sobre o tratamento dado aos escravizados nos estabelecimentos de salga.

Figura 30- Imagem de Auguste Saint- Hilaire



Fonte: <https://images.fineartamerica.com>, acesso em abril de 2025.

Com o surgimento dos frigoríficos, por volta de 1910, se decretou o fim do ciclo do charque, uma vez que a técnica passou a ser substituída pela nova tecnologia de refrigeração. Assim, em 1918, restavam apenas 5 charqueadas em Pelotas (Neto, 2015, p. 59).

O município buscava alternativas para manter sua economia, porém

A partir da crise do ciclo do charque, a região metade sul do Rio Grande do Sul entra em um processo de degeneração econômica que toma proporções cada vez maiores, diminuindo respectivamente sua população e sua renda. Verificou-se que, após o ciclo do charque, a metade sul não teve a capacidade para lançar outro ciclo, nem mesmo efetivar-se no processo de industrialização. (Coronel, 2007, p. 40-41)

Sem conseguir manter seu poder econômico, o município decresce gradativamente. Apostando em uma industrialização mista, através da abertura de cervejarias, fábrica de tecidos e de manipulação do couro, conciliando a grande indústria voltada à exportação para mercados internacionais, em conjunto com a produção voltada para o abastecimento regional (Salaberry, 2012), buscou nos Bancos uma forma de financiar a modernização e a mecanização das linhas de produção, entre eles o banco local, o Banco Pelotense.

Fundado em 1906, chegou a ter 69 agências espalhadas por todo Brasil e até fora dele, mas encerrou suas atividades em 5 de janeiro de 1931. Aponta-se assim, que

O fechamento do Banco Pelotense pode ser percebido como um marco de mudanças econômicas e sociais, pois, de certa forma, atingiu a expansão da cidade, a produção arquitetônica e a sociedade de Pelotas. (Dametto, 2009, p.5).

Neste cenário urbano de incertezas econômicas, em 1936 a família dos primeiros moradores chega ao terreno conhecido hoje como Vila da Palha. Sem qualquer tipo de infraestrutura básica de saneamento desde a sua ocupação, poucos foram os investimentos realizados no local desde então. Hoje, para chegar à Vila da Palha e às charqueadas, é possível utilizar a linha de ônibus Areal Circular, além de serviços de táxi ou aplicativos de transporte, o que facilita o acesso tanto para moradores quanto para turistas interessados em explorar o patrimônio histórico de Pelotas.

Os serviços de saúde e educação que a comunidade pode contar, dentro um perímetro de até 5 quilômetros da rua Augusto Sant Hilaire, encontram-se descritos no quadro abaixo.

Quadro 2- Quadro de serviços de saúde e educação próximos à Vila da Palha

INSTITUIÇÃO	MANTENEDOR	SERVIÇO	DISTÂNCIA
Unidade de Pronto Atendimento- UPA Areal	Gov. Federal, Estadual e PMP	Saúde	4,9 Km
Posto de Saúde Areal Leste-	Universidade Federal de Pelotas	Saúde	2,3 Km
Hospital Espírita de Pelotas	Instituição e PMP	Saúde	2,2 Km
Escola Estadual Piratinino de Almeida	Gov. do Estado	Educação	1,1 Km
Escola Estadual de Ensino Fundamental Profª Lelia Romanelli Olmos	Governo do Estado	Educação	1,7 Km
Escola Estadual de Ensino Fundamental Parque Do Obelisco	Governo do Estado	Educação	2,4 Km

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Identifica-se assim, que a comunidade possui alguns serviços básicos de saúde e educação em seu entorno.

Em notícia publicada em 2018³, a Prefeitura Municipal de Pelotas -PMP, informa que ampliou a coleta seletiva até a Vila da Palha e no ano de 2021⁴ previa a instalação

³ Notícia disponível em: [https://portal.sanep.com.br/noticia/prefeitura-leva-servico-e-informacao-ao-shopping-pelotas#:~:text=Desde%20esta%20quarta%2Dfeira%20\(7,no%20programa%20Nota%20Legal%20Peiotense](https://portal.sanep.com.br/noticia/prefeitura-leva-servico-e-informacao-ao-shopping-pelotas#:~:text=Desde%20esta%20quarta%2Dfeira%20(7,no%20programa%20Nota%20Legal%20Peiotense)

⁴ Notícia disponível em: <https://www.pelotas.com.br/noticia/iluminacao-de-led-sera-ampliada-em-2022#:~:text=Al%C3%A9m%20desses%20investimentos%2C%20o%20Munic%C3%ADpio,em%20v%C3%A1rios%20bairros%20da%20cidade.>

de iluminação em LED para a rua Augusto Sant Hilaire, o que efetivamente se concretizou no mês de março⁵ deste mesmo ano. Foi anunciado em 2024 que será contemplado através de emenda parlamentar a pavimentação da Estrada da Costa (Figura 31), rua que dá acesso à Vila da Palha, além das ruas Augusto Assumpção 1 e 2. Tais melhorias são fundamentais para a qualificação do acesso do transporte público e de turismo, trazendo uma maior qualidade de vida aos moradores⁶.

Figura 31- Estrada da Costa



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

Outro dado importante a destacar, é que em 2018, Pelotas recebeu o reconhecimento e o registro de seu patrimônio material e imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o que deu evidência ao município, consolidando-o como um dos principais destinos turísticos do Rio Grande do Sul. E, dentre os principais atrativos turísticos de Pelotas, está o “Roteiro das Charqueadas”.

É possível identificar outros bens culturais nas proximidades que poderiam ser melhores utilizados pelo roteiro, sendo eles: Clube Arealense, Orquestra Estudantil do Areal (Figura 32), CTG Negrinho do Pastoreio (Figura 33), a Cacimba das Nações (Figura 34) e o Obelisco Republicano (Figura 35), estes dois últimos possuem significativo valor histórico para a formação do bairro e para o município. Destaca-se ainda que no entorno das charqueadas, existem algumas opções de oferta

⁵ Notícia disponível em: <https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/vila-da-palha-e-beneficiada-com-iluminacao-de-led>.

⁶ Disponível em: <https://pelotas13horas.com.br/anunciada-revitalizacao-da-estrada-da-costa/>

gastronômica, diferentes serviços e artesanato, que poderiam ser qualificados e oferecidos pelos pequenos empreendedores locais aos visitantes do roteiro. Por outro lado, as charqueadas são estabelecimentos consolidados que atuam de forma desarticulada entre si, e excluem a comunidade do entorno, o que demonstra o grande potencial de melhoria, tanto na qualificação, quanto na gestão turística deste segmento.

Figura 33- Orquestra Infantil do Areal



Fonte: Site da Orquestra, acesso em abril de 2025.

Figura 32- CTG Negrinho do Pastoreio



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

Figura 35- Cacimba das nações



Fonte: Site Viva o Charque, acesso em abril de 2025.

Figura 34- Obelisco Republicano



Fonte: Site Olhares sobre Pelotas, acesso em abril de 2025.

A Vila tem sido objeto de poucos estudos acadêmicos voltados a entender sua história, cultura e dinâmica social. Um dos trabalhos realizados, é a dissertação de mestrado intitulada "Diálogo de saberes e ancestralidade: narrativas afrocentradas da

Vila da Palha, Pelotas RS", de autoria de Lino José Zabala Ruiz, defendida em 2022 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Este trabalho investiga a reimaginação do passado escravista por meio da ancestralidade afrodiaspórica, construindo uma perspectiva em conjunto com membros do terreiro Ylê Iansã Nire, situado na vila.

O autor apresenta a percepção dos moradores sobre o passado e a relação passado-presente em uma área historicamente subalternizada, considerada um cenário de dinâmicas transculturais. A pesquisa enfatiza a importância da descolonização do conhecimento acadêmico através de um diálogo de saberes, discutindo narrativas negras e afro-religiosas sobre a Vila da Palha e seus habitantes. Além disso, destaca a relevância da devolução de pesquisas como resultado dessa abordagem epistemológica, promovendo a troca recíproca de conhecimentos entre a academia e a comunidade (Ruiz, 2022).

Já o trabalho de graduação realizado pela aluna Eugênia Cavalheiro Lopes em 2015, intitulado "A percepção da comunidade local em relação ao turismo: um estudo na Vila da Palha – Pelotas/RS", objetiva entender como se dá a construção social do fenômeno "turismo" ademais de analisar e compreender a percepção em relação ao turismo por parte desta comunidade que é afetada por este discurso dominante (LOpes, 2015, p.11).

Além das pesquisas acadêmicas, algumas iniciativas práticas foram realizadas na Vila da Palha, como o projeto "Direito na Rua", promovido pelo curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas (UCPeL). Em 2018, acadêmicos estiveram à disposição da comunidade local, oferecendo esclarecimentos sobre direitos, assessoria jurídica e encaminhamentos para judicialização de demandas. Essa ação demonstra a importância de projetos de extensão universitária que buscam aproximar o conhecimento acadêmico das necessidades reais das comunidades, promovendo cidadania e acesso à justiça.

Analisar o processo de formação histórico e político de um país, cidade, ou neste caso, de uma pequena comunidade, é de extrema importância "uma vez que a adoção de uma dada alternativa de política é vista como dependente da ocorrência simultânea de determinados eventos e da atuação de certos atores" (Faria, 2003, p 24). É importante que se entenda, historicamente, como foram tomadas as decisões sobre

certos problemas e suas soluções, como e quando se determinou a busca pelas soluções ou até mesmo como estas questões foram determinadas e modeladas.

Para a construção da história da origem da Vila da Palha, as memórias de seus moradores foram a matéria prima para modelar o que se havia levantado de forma documental e bibliograficamente. A compreensão da situação econômica e social de Pelotas no período, nos permite compreender e analisar o contexto em que a cidade se encontrava e circuncidar questões como desigualdade social, moradia, desemprego, saúde, educação e exclusão social, e assim, identificar a conjuntura no qual se encontravam quando espaço foi ocupado.

4.2 Memórias, identidade e narrativas dos moradores da Vila da Palha

Para a realização deste estudo de tese, optou-se pela utilização da técnica de grupo focal, uma abordagem qualitativa que favorece a coleta de dados através de discussões em grupo, permitindo a exploração profunda de percepções, experiências e significados compartilhados pelos participantes. O grupo focal foi conduzido em 19 de janeiro de 2025, após diversas tentativas frustradas devido às adversidades climáticas que afetaram a região do Rio Grande do Sul nos meses de maio e setembro de 2024, onde, a Vila da Palha e seus arredores, foram severamente afetados, principalmente em setembro, quando o Arroio Pelotas teve uma elevação significativa, provocando alagamentos e danos à comunidade. Apesar dessas dificuldades, a realização do encontro foi marcada por um ambiente de alegria e engajamento entre os participantes.

A dinâmica do grupo focal foi estruturada com base em perguntas abertas e estímulos visuais, criando um ambiente propício para a expressão espontânea dos participantes. A escolha da metodologia foi com o intuito de, além de resgatar as narrativas orais, analisar as relações sociais e culturais presentes na comunidade a partir da vivência e dos relatos dos próprios moradores, compreendendo como as memórias dão significado à história e ao território que ocupam.

A sessão ocorreu em uma tarde de domingo quente e ensolarada, porém, com duração limitada, uma vez que novas precipitações ameaçaram a continuidade das atividades. Inicialmente planejadas para ocorrer ao ar livre, sob a histórica figueira da

charqueada São João, as gravações precisaram ser transferidas para o interior do salão de festas, cujo espaço foi prontamente disponibilizado para acolher os participantes e garantir a realização do encontro.

Entre os presentes, destacaram-se duas das moradoras mais antigas da Vila da Palha, acompanhadas por familiares e outros membros da comunidade. Dona Eloísa Silveira Costa, de 90 anos e aposentada, foi uma das primeiras habitantes da vila, tendo chegado ao local aos seis anos de idade, acompanhada de seus pais e mais oito irmãos. No grupo focal, estava acompanhada por sua filha, Vera Costa (66 anos, dona de casa) e por dois netos, Viviane Costa (46 anos, doceira) e Diego Costa Vaz (34 anos, pedreiro).

Outra figura de grande relevância foi Dona Maria Olinda Pinto Barbosa, de 97 anos, nascida em 20 de dezembro de 1927. Ela estabeleceu residência na vila em 1967, quando seu filho tinha 14 anos e ela, 40 anos. Durante o encontro, estava acompanhada de suas netas, Ana Carolina B. de Oliveira (30 anos, professora) e Milena B. de Oliveira (46 anos, analista). Além dessas famílias, contribuíram com seus relatos e memórias Cristiane Rodrigues (52 anos, artista), Antony Plamer (18 anos, estudante) e Karina S. Pereira (39 anos, diarista). A dinâmica do grupo focal foi estruturada em formato circular, promovendo um ambiente participativo, no qual os convidados foram estimulados a interagir a partir de imagens e perguntas impressas.

Durante a conversa, o resgate das memórias foi permeado por risos, recordações afetivas e um café da tarde compartilhado. O primeiro questionamento proposto, "Por que o nome Vila da Palha?", despertou respostas espontâneas e seguras dos participantes. Uma das moradoras relatou sua lembrança de infância, associando a denominação do local ao material utilizado para cobrir as residências:

Eu ainda lembro de quando era criança, todas as casas eram cobertas com palha, com santa fé. Tenho uma vaga lembrança de estar tomando um chimarrão e, enquanto chovia, ver algumas goteiras na casa. A cobertura era de santa fé porque quase todas as casas da vila foram construídas primeiro de madeira e depois cobertas com essa palha. Então, acredito que o nome Vila da Palha tenha vindo disso. (Cristiane, Apêndice I, p.140).

Dona Maria complementou essa memória, destacando a origem da matéria-prima utilizada na construção das coberturas: "Aqui, do outro lado do arroio, nessa parte, era tudo santa fé. A maioria das casas tinha palha retirada do próprio arroio. A

casa em que morei era assim. Nós mesmos retirávamos a palha e fazíamos a cobertura” (Dona Maria, 2025). O encontro permitiu não apenas a sistematização das memórias locais, mas também a valorização das narrativas orais como instrumento fundamental para a preservação da história e identidade da Vila da Palha.

Em seguida, ao serem questionados sobre o porquê de virem os primeiros habitantes para o local que é situado entre a Charqueada São João e Santa Rita, Dona Eloisa (2025) conta que:

Primeiro que entrou aqui foi os meus velhos. Eu tinha seis anos. Então o doutor foi lá na colônia trazer, ele queria uma pessoa para cuidar. Aí era mato, eucalipto, era mateiro. E era fechado. Tudo, tudo com arame. E tinha uma porteira lá na ponta. Aí ele foi lá fora e falou com meus velhos, se eles queriam vir pra morar aqui e cuidar, podia cortar eucalipto pra fazer os rancho, mas não deixasse ninguém entrar pra cortar. Aí os véio aceitaram. E ele foi nos buscar pra cá. (Dona Eloisa, Apêndice I, p140).

A partir desta declaração, percebe-se que o ano que se estabeleceu para residir foi entre 1939 e 1940, já que Dona Eloisa informou ter 6 anos naquele momento. Conforme o relato, identifica-se que o local foi ocupado a pedido do proprietário do terreno, o senhor Dr. José Ottoni Ferreira Xavier, conhecido como Ferreirinha. O Dr. Ferreirinha, casou-se com a filha mais velha, Maria de Lourdes Assumpção, do casal Maria Francisca Mendonça de Assumpção e Joaquim Augusto Assumpção. Juntos tiveram dois filhos, Maria Tereza Xavier Cruz e Virgílio Assumpção Xavier (Lazzarotto et al, 2009, p.2).

A família Assumpção era proprietária de toda a extensão de terras da outra margem do Arroio Pelotas, hoje o atual bairro Laranjal. Para acessar as terras, a família tinha uma balsa. Ao mostrar a foto desta balsa aos moradores, eles não sabiam identificar do que se tratava, mas ao informar que era a balsa que fazia a travessia, Dona Eloisa comenta: “a balsa não era aqui. Era bem aqui, ó (à esquerda da Charqueada São João). Era naquela parte. Ali para lá.” (Dona Eloisa, 2025).

Não se sabe ao certo o ano que teve início este serviço de balsa. Os registros fotográficos mais antigos identificados são do ano de 1945, conforme publicou o Jornal do Laranjal no dia 06 de julho de 2019.

Figura 36- Travessia de Balsa para as terras dos Assumpção, ano de 1945.



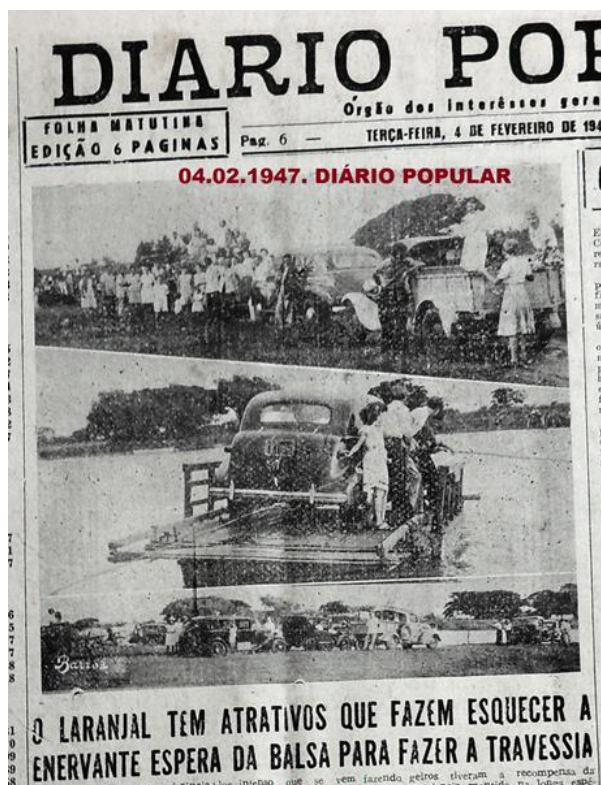
Fonte: Jornal do Laranjal, 06/07/2019.

Figura 11: Travessia de Balsa no Arroio Pelotas, sem identificação do ano



Fonte: LAZZAROTTO et al, 2009, p.3.

Figura 12: Notícia Diário Popular, 04/02/1947.



Fonte: LAZZAROTTO et al, 2009, p.3.

As tratativas para a instalação de uma ponte para acessar o Laranjal, já haviam sido aprovadas em 1835, ano que se instalou a Revolução Farroupilha. De acordo com Ayrton Centeno,

A decisão oficial da construção da ponte sobre o arroio Pelotas, pela Câmara de Vereadores, é de 1835. Isto mesmo, no início da Revolução Farroupilha. No entanto, só foi concretizada mais de um século depois, oferecendo pouco suporte para o peso dos veículos. Passavam de um a um, lentamente. (Centeno, 2019, p.)

É provável que a balsa tenha funcionado até o ano de instalação do pontilhão de madeira inaugurado no dia 31 de dezembro de 1948. Este, estava situado na margem do Arroio Pelotas que ficava no terreno da Vila da Palha. Esta inauguração aconteceu nove anos após a chegada da primeira família a se instalar no local.

Figura 37- Primeiro pontilhão de Madeira para o Laranjal, 1949.



Fonte: Site do Pelotas Antiga, 2024.

Para a abertura do Balneário dos Prazeres, o primeiro loteamento realizado no bairro Laranjal no dia 31 de janeiro de 1952, o acesso já se dava por meio da ponte, facilitando e intensificando o acesso às praias do Laranjal. Os relatos fornecidos pelos moradores mais antigos da Vila da Palha apresentam um retrato vívido da transformação da área ao longo das décadas, evidenciando aspectos que envolvem a ocupação do território, as condições de vida e a relação da comunidade com o espaço urbano e suas infraestruturas. A análise desses relatos permite compreender as dinâmicas sociais, as dificuldades enfrentadas pelas famílias iniciais e as intervenções externas que moldaram o desenvolvimento do local.

Inicialmente, destaca-se a condição precária das moradias, como descrito por Dona Eloísa, que relembra as dificuldades de adaptação ao terreno e à falta de infraestrutura básica: "não tinha onde morar", sendo necessária a construção de um rancho simples, com barro e madeira, para garantir que as famílias não ficassem expostas. Ao contar sobre a estrutura do lugar para que pessoas pudessem residir no terreno cedido, Dona Eloisa se lembra que, "quando eu cheguei aqui, não tinha onde morar. Eles fizeram um rancho de beira de chão, tudo tramado de árvore. Passaram barro pra nós ficar dentro da casa, não ficar na rua. Ali fiquei..." (Eloisa, 2025).

O relato de Dona Eloísa evidencia as condições precárias de moradia enfrentadas pelos primeiros moradores da área, revelando um processo de ocupação marcado pela falta de infraestrutura básica e pela necessidade de adaptação a um espaço desprovido de condições dignas de habitação. Do ponto de vista teórico, essa experiência pode ser analisada à luz dos conceitos de habitação social e direito à moradia, conforme discutido por autores como Henri Lefebvre (2001) e David Harvey (2012), que abordam a produção do espaço urbano e as desigualdades socioeconômicas que estruturam as cidades.

Lefebvre argumenta que o espaço urbano é socialmente produzido e reflete relações de poder, onde a apropriação do território por populações marginalizadas se dá muitas vezes de maneira informal, devido à ausência de políticas públicas que garantam o acesso à moradia digna. Harvey (2012), por sua vez, introduz o conceito de "direito à cidade", enfatizando que a moradia não deve ser vista apenas como um espaço físico, mas como um direito fundamental, que deve incluir acesso a saneamento, eletricidade, transporte e demais serviços essenciais. A fala de Dona Eloísa referente a construção improvisada de um rancho de barro e madeira, exemplifica e ilustra, essa lógica de autoconstrução e ausência desse direito, evidenciando uma realidade na qual a população precisou construir sua própria estrutura de abrigo, sem apoio governamental imediato, desenvolvendo estratégias de sobrevivência diante da omissão do Estado na provisão de infraestrutura mínima.

Além disso, autores como Raquel Rolnik (2019) discutem o impacto das políticas habitacionais no Brasil, destacando que historicamente o déficit habitacional levou muitas famílias a ocuparem áreas periféricas, sujeitas a condições de vulnerabilidade. A experiência de Dona Eloísa ressoa com esse contexto, demonstrando como a habitação precária não é apenas um reflexo da falta de recursos, mas também do modelo de desenvolvimento urbano que exclui determinadas camadas sociais do acesso à cidade formal. A narrativa da moradora não apenas humaniza os desafios enfrentados na ocupação da área, mas também permite compreender, sob um viés teórico, como a ausência de políticas públicas efetivas gera espaços urbanos marcados por desigualdades, forçando grupos vulneráveis a construir suas próprias soluções de moradia. Essa precariedade reflete a realidade das primeiras ocupações em áreas periféricas, onde a falta de

recursos e a ausência de apoio estatal exigiam grande esforço e improviso por parte dos moradores para estabelecer um local de moradia.

A falta de água potável, mencionada por Dona Maria, também ilustra as condições de vida difíceis. A solução encontrada foi a construção das cacimbas, evidenciando a dependência dos recursos naturais locais e a criatividade da comunidade para superar as adversidades. Dona Maria relata que

Não tinha água, não tinha luz, então tinha a cacimba. Pra não beber água do arroio, eles aí cavucavam, cavucavam aí tinha uma vertente e vertia água. aí eles pegavam tijolo, fazia na volta, faziam uma cacimba é dali que nos bebia água para não beber água do arroio. (Dona Maria, Apêndice I, p. 141).

O relato de Dona Maria sobre a falta de água potável e a construção das cacimbas evidencia as estratégias de sobrevivência adotadas pela comunidade diante da ausência de infraestrutura básica. A necessidade de cavar cacimbas para obter água reflete a exclusão desse grupo das redes formais de abastecimento e pode ser analisada sob a perspectiva do direito à cidade, conforme discutido por Henri Lefebvre (2001) e David Harvey (2012). Para Lefebvre, o espaço urbano é socialmente produzido e reflete relações de poder que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. A ausência de serviços essenciais, como água potável, reforça a marginalização de populações vulneráveis e limita seu acesso a direitos fundamentais. Harvey, por sua vez, argumenta que o direito à cidade não se restringe ao acesso físico ao espaço urbano, mas inclui também a garantia de infraestrutura e qualidade de vida. O relato desta moradora, ilustra como essa comunidade foi forçada a desenvolver soluções autônomas, como a escavação de cacimbas, para suprir necessidades básicas, evidenciando um padrão estrutural de exclusão socioespacial.

Além disso, a dependência dos recursos naturais locais, como as vertentes de água, demonstra a resiliência e a criatividade da comunidade, aspectos abordados por Raquel Rolnik (2019) em suas análises sobre urbanismo informal. Segundo a autora, em contextos de precariedade, moradores desenvolvem estratégias próprias para lidar com a falta de serviços públicos, criando infraestruturas alternativas com os recursos disponíveis. No caso da comunidade relatada por Dona Maria, a necessidade de estruturar as cacimbas com tijolos evidencia essa adaptação e o esforço coletivo para garantir condições mínimas de sobrevivência. Esse cenário também pode ser interpretado à luz da justiça ambiental, conceito trabalhado por Acseirad (2008), que

destaca como grupos socialmente vulneráveis são desproporcionalmente afetados pela escassez de recursos e pela degradação ambiental. A desigualdade no acesso à água não é apenas uma questão técnica, mas um reflexo das relações de poder que determinam quem tem direito aos serviços urbanos e quem precisa improvisar para suprir suas necessidades mais básicas. Dessa forma, o relato de Dona Maria não apenas ilustra um episódio de superação, mas também revela como a falta de acesso a um recurso essencial reforça desigualdades históricas, exigindo das populações marginalizadas um esforço contínuo para garantir direitos que deveriam ser universais.

A história da ocupação do local está diretamente ligada à intervenção de Dr. Ferreirinha, figura central na narrativa dos moradores. A relação entre o proprietário e a Vila, reflete um processo de ocupação que inicialmente se deu por meio de convites para evitar o desmatamento e proteger a área, sob a justificativa de que “não deixasse ninguém entrar pra cortar” (Dona Eloisa, Apêndice I, p. 141). Por outro lado, percebe-se uma controvérsia familiar, pois sabe-se que seu filho

Não queria. Queria vender para fazer uma fábrica de sabonete. E ele não aceitou isso, não. Eu vou dar para os pobres (disse o Dr. Ferreirinha). Aí o filho dele ficou bravo, foi embora o Rio de Janeiro porque o pai não deixou vender, né? E aí a prefeitura veio e queria comprar, fazer uma casa de sabonete, né? Não, ele não vendeu, disse que aquilo era para os pobres. E desde que nós entramos e nunca mais saí, eu entrei com seis anos, estou com 90 anos (Dona Eloísa, Apêndice I, p. 142).

Para residir no local, seus pais precisavam autorizar a entrada e ocupação, já que “era fechado. Tudo, tudo com arame. E tinha uma porteira lá na ponta” (Dona Eloisa, Apêndice I, p.140). “Então, meus velhos, porque quem mandava era o velho. Aí dizia, dizia o nome, entrava e fazia o rancho”. (Dona Eloisa, Apêndice I, p.141). Inicialmente não eram parentes os que iam viver na vila, “Ele ia convidando a pessoa. Autorizava a pessoa a entrar e cada um ia fazendo o seu pedaço pra si, ia fazendo, ia fazendo”, Viviane, a neta de dona Eloisa complementa. “Depois eles foram entrando. Assim o descobriram e foram entrando e cada um foi pegando um pedaço” (Dona Vera, Apêndice I, p.142).

Com o tempo, o processo de ocupação passou a ser mais informal, como evidenciado pelo relato de Viviane, neta de Dona Eloísa, que descreve a dinâmica de crescimento da vila: “cada um foi pegando um pedaço”. Essa expansão orgânica reflete a constituição de um espaço de pertencimento, onde as famílias se

estabeleciam conforme a necessidade e as relações de parentesco ou amizade, sem uma estrutura formal de planejamento ou intervenção do poder público. Percebe-se que inicialmente parte do convite do Dr. Ferreirinha a ocupação do local e depois uns foram convidando os outros, porém houve um período que já não havia mais o convite, famílias começaram a morar no local. Depois, “cada um começou a dar um pedaço pro seu filho, seu neto, a doar, né? E a doar. Aí que a gente construiu a rua 2” complementa Cristiane (2025).

A intervenção da prefeitura, mencionada por Dona Eloísa, marca uma transição importante na história da Vila da Palha, onde a instalação da ponte e a abertura de estradas, como a mencionada "estrada da ponte", passaram a ser priorizadas. Esse momento de mudança também envolveu disputas sobre o uso do espaço, como as discussões sobre a largura da estrada e o conflito sobre a retirada das árvores, especialmente os eucaliptos. A retirada da porteira, símbolo do controle e da delimitação do território, e a limpeza da área para a construção do pontilhão, evidenciam a crescente urbanização e a transformação do espaço rural em um território mais integrado à infraestrutura municipal. A ação da prefeitura, ao realizar essas obras, reflete um movimento em direção à formalização e à melhoria da acessibilidade, mas também aponta para um processo de expropriação simbólica do controle da área pelas famílias, que se reflete na memória: “[...] eles vieram falar com meus velhos para abrir, que eles iam fazer uma ponte. Aí a prefeitura veio, falou com eles, abriram lá na frente que era fechado para fazer caminho da ponte. Aí começaram fazer a ponte” (Dona Eloisa, Apêndice I, p.144).

Dona Eloisa segue explicando que

Começaram a discutir por causa da estrada, como é que ia ser larga a parte da vila e eles mediram aqui. Aí eles aqui não queriam dar espaço, mas o espaço eu sei que depois foram na prefeitura e se entenderam lá para dar mais espaço para não apertar tanto a vila (Dona Eloisa, Apêndice I, p.144),

foi então que “aí começaram a arrancar os eucaliptos do estaleiro de espinha de gato, que a gente já tinha limpado um pouco, tinha tirado um pouco das árvores, né? Mas os eucaliptos eram grande. Aí a prefeitura veio e arrancou tudo” (Dona Eloisa, 2025).

Conclui-se assim que, o que era propriedade de uma família, a Assumpção, passa a haver uma autorização para terceiros viverem no local com o intuito de proteção contra a retirada de árvores e, após a decisão de instalação da ponte, a prefeitura inicia a intervenção com obras no local, retirando a porteira (Figura 28), bem como limpando o local e construindo o pontilhão.

Figura 38- Entrada da Viça da Palha, onde se localizava a porteira.



Fonte: Google Maps, acesso em abril de 2025.

Por meio de pesquisa documental, baseada principalmente em notícias da Prefeitura Municipal de Pelotas, contatos via e-mail com diferentes secretarias municipais, identificou-se que a regularização dos terrenos ocorreu apenas em 2018, ou seja, 80 anos após a chegada dos primeiros moradores, resultando na legalização de 126 lotes e garantindo o direito à moradia das famílias.

Além das entrevistas com os moradores, também fazia parte dos objetivos, contar com a participação dos proprietários das charqueadas. Foram realizados contatos telefônicos e encaminhadas as perguntas, no entanto somente um deles retornou com respostas. Com o fim de manter o anonimato do participante, optou-se por não divulgar o nome do empreendimento como tampouco de seu proprietário. Em resposta, nos informou que "alguns anos atrás, a Charqueada [...], em parceria com um projeto da Prefeitura de Pelotas, cedeu os respectivos terrenos da V.P. aos posseiros, viabilizando a legalização da área" (Representante de Charqueada, 2025).

Com a regulamentação, a vila passou a ser composta e delimitada pelas ruas Augusto Sant Hilaire e Rua 2, conforme consta na figura abaixo.

Figura 39- Delimitação da Vila da Palha, entre as Charqueada Santa Rita e São João



Fonte: Google Maps, 2024.

Depois de tantos anos habitando em um local sem garantia de direitos à moradia, a regulamentação vem favorecer que as famílias recebam dignidade e proteção, atendimento das necessidades básicas por parte do poder público, além de regulamentar e garantir os direitos legais de compra e venda, já que alguns moradores relataram situações em que foram enganados na hora de negociação de compra de um terreno no local.

Quanto à qualidade e possibilidade de acesso à Vila da Palha, é possível utilizar uma das seis vias existentes atualmente e que a conectam até parte do antigo “corredor das tropas”, hoje a rua Estrada da Costa, sendo este o principal acesso à Vila da Palha. Esta não possui pavimentação e, em dias de chuva intensa, fica alagada e com muitos buracos, causando dificuldades na mobilidade dos moradores. O serviço de transporte público conta com uma linha frequente, mas conforme relato de uma moradora, esse serviço não é realizado de acordo com o estabelecido, conforme se identifica em sua fala:

Eu lembro de estar fazendo faculdade na parada do ônibus, 07h00 esperando o ônibus. E aí, de repente passa alguém e diz: Não vai vir ônibus aqui porque tem buraco. Aí tu tem que caminhar várias, duas ou três quadras de distância de espaço, contando até lá o areal para poder ir pegar um ônibus para ir para aula. Pessoas idosas para ir para o hospital, para ir para trabalho. Agora há pouco tempo, uma vizinha caiu. Se machucou porque o ônibus simplesmente com esse consórcio, não quer vir porque tem buracos. E aí é uma luta

constante que a gente tem com o Ministério Público, com esse consórcio, com tudo mais” (Cristiane, Apêndice I, p. 149).

Quando questionados sobre o tipo de atividade econômica dos moradores, eles recordam que um dos primeiros moradores tinha uma pequena fábrica de carvão. Esta fábrica “era de um senhor que veio morar na beira do arroio, que era o senhor João Carvoeiro. Ele veio morar ali, na beira do arroio. O carvão era artesanal” (Cristiane, Apêndice I, p.143). Ele próprio fazia e vendia, mostrando assim uma das atividades que desempenhavam. Havia também quem trabalhava no “matador de cavalo, tinha matador de coelho, que eram próximos. E tinha a química, que na época era chamada de química, que era a SUPRA ARROZ. Hoje Josapar. Então o pessoal daqui trabalhava nesses arredores” (Viviane, Apêndice I, p.145). É neste momento em que surge a primeira referência de interação com as charqueadas, suas vizinhas: “Na charqueada, eram poucas pessoas da vila que trabalhavam aqui na Charqueada” (Cristiane, Apêndice I, p. 145).

Ao ser questionado sobre a relação que julga ter com os moradores da Vila, o representante do empreendimento charqueador acredita ter “de forma geral, muito boa relação” e indica haver tido entre seus funcionários, vários moradores da vila, mas que “no momento não, mas já tivemos 10 ou mais funcionários da V.P., todos com carteira assinada, desde o início do empreendimento. [...] Também tivemos prestadores de serviço na parte de mecânica” (Representante da charqueada, 2025).

Os relatos sobre as atividades econômicas dos moradores com relação às charqueadas e demais atividades realizadas, evidencia a relação entre trabalho, território e formas de subsistência em um contexto de marginalização socioespacial. A referência ao senhor João Carvoeiro e à produção artesanal de carvão aponta para a prática de economia informal, um fenômeno amplamente discutido por Milton Santos (2008) que destaca como trabalhadores em situação de vulnerabilidade frequentemente recorrem a atividades informais para garantir sua sobrevivência diante da falta de oportunidades no mercado formal. O trabalho informal é caracterizado pela ausência de direitos trabalhistas e pela precarização das condições de trabalho, demonstrando a exclusão dessas populações das dinâmicas produtivas mais estruturadas.

A menção ao “matador de cavalo” e ao “matador de coelho” também reforça a ideia de um mercado de trabalho periférico, associado a atividades de abate e

processamento de carne, frequentemente relegadas a trabalhadores de baixa renda e com poucas alternativas profissionais. A presença da SUPRA ARROZ (atualmente Josapar) como empregadora demonstra a inserção da comunidade em um setor produtivo de maior escala, mas que, ainda assim, se caracteriza por formas de trabalho intensivas e de baixo valor agregado. Estudos sobre a divisão socioespacial do trabalho, como os de Harvey (2012) e Wacquant (2001), demonstram que as populações marginalizadas frequentemente ocupam postos de trabalho em atividades pouco qualificadas, com baixos salários e limitadas possibilidades de ascensão econômica.

A referência à interação com as charqueadas reforça a complexidade das relações de trabalho e território. Historicamente, as charqueadas no sul do Brasil foram espaços de exploração da mão de obra escravizada e, posteriormente, de trabalhadores pobres em condições precárias, como discutido por Bilhalva (2018) ao analisar a transformação dos espaços das charqueadas e suas representações na memória coletiva. A fala de que “eram poucas pessoas da vila que trabalhavam aqui na Charqueada” pode indicar tanto a seletividade das contratações quanto a possível continuidade de relações de exclusão e desigualdade no acesso ao trabalho formal.

A análise dessas atividades econômicas sob a ótica das teorias sobre periferização do trabalho (Sassen, 1991), evidencia que populações em situação de vulnerabilidade frequentemente desenvolvem múltiplas estratégias de sobrevivência, combinando trabalho formal e informal em um cenário de precariedade. Dessa forma, o relato dos moradores da vila não apenas descreve a organização econômica local, mas também revela processos estruturais de desigualdade no acesso ao mercado de trabalho e nas oportunidades de inserção social.

Assim como nas falas “acho que a senhora trabalhou, né, dona Maria? O meu avô. Minha avó trabalhava aqui (Charqueada São João). Eu trabalhei, A mãe trabalhou. Avó trabalhou” (Viviane, Apêndice I, p. 145), “é nostálgico porque a minha avó trabalhou de empregada doméstica. Talvez a minha mãe trabalhou de empregada doméstica” (Cristiane, Apêndice I, p. 145), também fazem referência ao trabalho desempenhado nas dependências desta charqueada, sendo relativo ao trabalho doméstico.

Dona Maria relata que “também eu era arrumadeira. Eu também limpava chão, lavava o chão, era branco esse piso assim era branquinho, né? E eu me ajoelhava e lavava de esfregão de aço aquele esfregão de esfregar” (Dona Maria, Apêndice I, p. 146). “Eu também fiz muito isso aqui, escovar o Chão”, complementa dona Vera (Dona Vera, Apêndice I, p. 146). “O Marcelo (atual proprietário da Charqueada São João) era pequeno, acho que não se lembra de mim. Sim, ele era menino. Acho que ele tinha uns 16 anos por aí. 17 anos. Eu fazia bolinho frito e ele adorava. Então traziam coca cola pra tomar com bolinho frito”, lembra dona Maria (Apêndice I, p.146).

Os relatos de Dona Maria e Dona Vera sobre o trabalho nas Charqueadas evidenciam a permanência de estruturas históricas de exploração do trabalho, especialmente no que se refere ao trabalho doméstico e ao serviço de manutenção. As Charqueadas, historicamente associadas à economia escravista no sul do Brasil, foram espaços de trabalho compulsório e, posteriormente, de exploração da mão de obra livre, mas precarizada, como demonstrado por Bilhalva (2018). O fato de que sucessivas gerações das mesmas famílias desempenharam funções subalternas nesses espaços, aponta para a reprodução de desigualdades sociais e raciais ao longo do tempo, uma característica central das análises sobre estratificação social e mobilidade intergeracional (Bourdieu, 1989).

O trabalho doméstico, especificamente, tem sido amplamente estudado sob a ótica da divisão de gênero e raça, com autoras como Hooks (2019) e Ribeiro (2017), destacando como mulheres negras historicamente ocuparam posições de servidão no Brasil, muitas vezes em relações de dependência com as elites locais. A memória de Dona Maria sobre sua função como arrumadeira e sobre os métodos tradicionais de limpeza—como esfregar o chão de joelhos—é um reflexo das condições de trabalho marcadas pela submissão e pela falta de direitos, uma realidade que se manteve mesmo após a abolição formal da escravidão. O fato de que sua avó, mãe e ela própria tenham trabalhado na mesma função, sugere a perpetuação de um ciclo de exclusão do mercado formal e da mobilidade social.

Além disso, o relato sobre a relação entre empregadas domésticas e as famílias proprietárias das Charqueadas, evidenciado pela lembrança de Dona Maria sobre o menino Marcelo e os bolinhos fritos, remete ao conceito de “familiarização do trabalho doméstico” (Gomes, 2020), no qual empregadas são tratadas como “membros da família” sem, no entanto, usufruir dos mesmos direitos e privilégios. Essa proximidade

aparente encobre relações de poder desiguais e a precarização do trabalho, uma realidade amplamente discutida por Oliveira (2004) ao abordar o trabalho doméstico no Brasil.

Em síntese, os relatos das trabalhadoras nas Charqueadas reafirmam a permanência de dinâmicas de exploração e segregação ocupacional, estruturadas pelo passado escravista e pelas desigualdades socioeconômicas que ainda marcam o mercado de trabalho no Brasil. A continuidade dessas condições de trabalho, demonstra a importância de políticas públicas e mudanças institucionais, para garantir direitos trabalhistas e promover maior equidade social.

A partir deste momento, começam a relatar muitas lembranças da relação de convivência de uma forma mais amistosa e, ao mesmo tempo, situações de preconceito vividas com este contato:

Todos nós aqui da vila a gente criou praticamente dentro da Charqueada porque era aberto, não tinha muro, então era aberto. Nós tínhamos uma comunicação enorme. Quase todas as pessoas da vila trabalhavam aqui, então a gente tinha acesso livre a tudo mais e convivia com os caseiros, o pessoal. Nós mesmos nos criamos com o pessoal daqui. A gente brincava (Cristiane, Apêndice I p.147).

Diego, neto de dona Eloisa, lembra que

Com a nossa geração também, o Marcelo buscava nós pra gente brincar aqui. Jogar futebol, fazer brinquedos. Fazia tudo com nós. Sempre tinha alguma coisa pra fazer aqui. A gente tava sempre brincando. De geração a geração. Agente estava sempre no campo brincando com ele. Tinha campo de futebol ali, jogava” (Diego, Apêndice I, p.147).

Os relatos sobre a convivência entre os moradores da vila e os moradores das Charqueadas revelam uma dualidade característica das relações sociais em contextos de desigualdade estrutural. Por um lado, há uma narrativa de proximidade e compartilhamento de espaços com uma das charqueadas, marcada por um convívio aparentemente harmonioso, especialmente entre as crianças. Por outro, emergem as marcas do preconceito e da estratificação social que delineavam os limites dessa interação com a outra.

No contexto das Charqueadas, a familiaridade entre os moradores da vila e os donos ou caseiros das propriedades, não significava igualdade, mas sim uma forma de sociabilidade que mantinha hierarquias implícitas. A liberdade de circulação e o acesso ao espaço da Charqueada, narrados como algo positivo, ocorriam dentro de

um contexto de dominação simbólica, no qual os moradores da vila desempenhavam funções subalternas e tinham seu espaço delimitado por sua posição social e econômica.

Freyre (2006) ao tratar das relações entre senhores e trabalhadores no Brasil colonial, enfatiza a ambiguidade do patriarcalismo brasileiro, que combinava intimidade e hierarquia. A convivência das crianças no espaço da Charqueada remete a essa estrutura relacional, em que o contato diário não significava necessariamente igualdade de oportunidades, mas sim uma relação mediada por papéis historicamente atribuídos. Essa dinâmica também pode ser observada nas pesquisas de Lilia Schwarcz (2019), que analisa como as relações de trabalho e convívio entre diferentes grupos sociais no Brasil foram moldadas por uma lógica racializada e de manutenção da desigualdade.

Além disso, as experiências de preconceito mencionadas indicam a persistência de um racismo estrutural e de um sistema de exclusão social que, segundo Almeida (2019), se manifesta não apenas na discriminação explícita, mas na limitação de acessos e oportunidades. O fato de que "quase todas as pessoas da vila trabalhavam aqui" reforça essa ideia, mostrando que, apesar da aparente integração, as possibilidades de ascensão social e ocupação de diferentes espaços de poder foram reduzidas.

Portanto, os relatos demonstram que a convivência entre os moradores da vila e as Charqueadas era atravessada por uma lógica de segregação social que, embora permitisse a construção de memórias afetivas, mantinha as estruturas de poder e desigualdade historicamente estabelecidas. Esses depoimentos reforçam a necessidade de compreender como essas relações se perpetuam e como podem ser rompidas a partir de políticas públicas e ações afirmativas que promovam maior equidade social.

A identidade dos moradores em contato com as Charqueadas é construída em um processo dinâmico, marcado tanto pela apropriação do espaço e das experiências compartilhadas quanto pelas relações de subalternidade impostas historicamente. Esse contato contínuo, que mistura elementos de pertencimento e exclusão, pode ser analisado a partir de teorias sobre identidade social, território e relações de poder.

Stuart Hall (2006) destaca que a identidade não é fixa, mas sim construída no entrecruzamento de experiências históricas, culturais e sociais. No caso dos moradores da vila, a convivência com as Charqueadas moldou um sentimento de pertencimento ao espaço, ao mesmo tempo em que reforçou diferenças de classe e raça. A lembrança das brincadeiras na infância e a sensação de livre circulação, sugerem um enraizamento nesse território, mas essa vivência era atravessada por hierarquias sociais que limitavam o acesso a oportunidades e direitos plenos.

Doreen Massey (1994) argumenta que o espaço é um elemento central na construção das identidades, sendo definido não apenas por sua materialidade, mas também pelas relações sociais que nele ocorrem. No caso das Charqueadas, o espaço físico era compartilhado, mas sua apropriação simbólica era distinta para moradores e proprietários. Os moradores da vila trabalhavam e transitavam pelo local, mas seu pertencimento era condicionado a uma posição subalternizada, como empregados, arrumadeiras, operários ou filhos da força de trabalho que sustentava as atividades da Charqueada.

Por outro lado, a identidade dos moradores também se fortalece na ressignificação do território. A luta pela regularização da vila e a transformação do espaço em um local de moradia consolidada, mostram um processo de resistência e apropriação. Como enfatiza Henri Lefebvre (2001), o direito à cidade inclui a possibilidade de reconfigurar o espaço urbano e rural de acordo com as necessidades e aspirações da população. Nesse sentido, os moradores, ao conquistarem a posse da terra e ao perpetuarem suas memórias e histórias ligadas às Charqueadas, reafirmam sua identidade não apenas como trabalhadores, mas como sujeitos que reivindicam e transformam o território.

Dessa forma, a identidade dos moradores em contato com as Charqueadas é marcada por uma tensão entre pertencimento e exclusão, memórias afetivas e desigualdade estrutural. Esse processo evidencia como as relações sociais moldam as percepções sobre o território e como os indivíduos, ao longo do tempo, ressignificam esses espaços na busca por reconhecimento e direitos.

Dona Vera lembra que “o Geraldo Mazza (proprietário da Charqueada Santa Rita) já não era 100%. Ele não gostava. Chamava todo mundo que entrava ali. Os escravos, negrinho, escravo. Sai tudo aqui da minha charqueada. Negrinhos.

Escravos, sai todo mundo daqui” (Dona Vera, Apêndice I, p.136). Neste momento entra em cena os sentimentos divergentes que os moradores possuem com relação as duas charqueadas vizinhas. Percebe-se que a família proprietária da São João, ao longo da história, sempre foi mais respeitosa com os moradores da Vila da Palha, que sua vizinha Santa Rita.

A Dona Noris Mazza (proprietária da São João e vó do Marcelo Mazza), ela era mais aberta. Assim, as pessoas tinha mais convivência com os moradores da Palha ali. Ela dizia que eram os amigos dela, né? E tinha um barzinho ali na vila. Às vezes ela ia lá buscar Coca-Cola, conversava conosco ali. Era muito chegada, né?” (Dona Maria, Apêndice I, p. 148),

evidenciando assim que com “a Charqueada Santa Rita a gente tem bem menos ligação, quase toda a vila tem uma ligação mínima do que com a Charqueada São João. Claro que se tem algumas ligações, mas mínimas. Mas nós tínhamos um acesso bem mais restrito do que a São João” (Cristiane, Apêndice I, p.147). Isto provavelmente se dá pelo fato de que a Santa Rita teve diferentes proprietários ao longo dos anos, e estes não criaram vínculo com os moradores, como demonstra a fala:

teve um tempo desocupado e aí sempre foram pessoas diferentes. No início era o Ferreirinha, né, que morava ali, que foi quem doou a vila toda. Depois foi, passou uma venda para ele, para aquele, para aquele outro, mas nunca teve um acesso com o pessoal da vila e até hoje não tem uma, uma tranquilidade assim com eles que o pessoal da vila (Cristiane, Apêndice I, p.147).

A análise da identidade territorial dos moradores em relação às charqueadas vizinhas, São João e Santa Rita, destaca a complexidade das relações sociais e afetivas entre eles e os espaços que habitam. A relação desigual entre as duas charqueadas, especialmente no que se refere ao tratamento diferenciado entre os moradores da Vila da Palha e os proprietários, evidencia como a identidade territorial é formada não apenas pela conexão com o espaço físico, mas também pelas interações sociais e pela história compartilhada. A partir das falas dos moradores, pode-se observar um processo de construção de identidade que é profundamente influenciado pelas relações de poder, convivência e pertencimento.

A teoria de Henri Lefebvre sobre o *Direito à cidade* (2001) oferece uma lente importante para entender essas dinâmicas. Lefebvre sugere que a cidade (ou o território) deve ser um espaço de igualdade e liberdade para todos os seus habitantes,

mas, como nos relatos, nem sempre isso acontece ao se relacionarem com as duas charqueadas, formam grupos distintos de identificação. Com a Charqueada São João, eles se sentem mais integrados, o que reflete uma identidade coletiva mais coesa e positiva em relação ao espaço. O acesso à propriedade e a convivência mais amigável com a família Mazza (proprietária da São João) permite que a identidade dos moradores se fortaleça, não apenas em termos de espaço físico, mas também no reconhecimento mútuo, criando um senso de pertencimento mais robusto.

Por outro lado, com a Charqueada Santa Rita, o distanciamento, a discriminação sofrida anos atrás e a falta de vínculo histórico e emocional com os moradores, resultam em uma identidade territorial mais fragmentada e negativa. A alternância de proprietários e a ausência de uma relação sólida e respeitosa criam um espaço menos acolhedor, onde os moradores da Vila da Palha se veem mais como forasteiros ou trabalhadores temporários, em contraste com a sensação de "casa" experimentada com a Charqueada São João.

Finalmente, a *Teoria do Espaço Vivido* de Doreen Massey (1994), também é relevante ao considerar que o território não é apenas um espaço geográfico, mas um espaço vivido e experimentado, formado pelas relações sociais que nele acontecem. No caso da Vila da Palha, a diferença na convivência com as charqueadas São João e Santa Rita reflete como o espaço pode ser vivido de formas distintas, influenciadas pelas relações de poder e pela história social. A Charqueada São João é vista como um espaço de convivência e até mesmo de afeto, enquanto a Charqueada Santa Rita é percebida como um espaço de exclusão e marginalização.

A diferença nas relações de pertencimento com as duas charqueadas reflete as desigualdades de acesso e participação nos espaços. A *Charqueada São João* parece ser mais aberta e acolhedora, promovendo uma convivência mais próxima e uma identidade compartilhada, enquanto a *Charqueada Santa Rita* foi marcada por distanciamento e desinteresse por parte dos proprietários. Esses contrastes nas interações, demonstram como o território, além de ser um espaço físico, é também um espaço social e simbólico de disputa e reafirmação de identidades.

No contexto da relação entre os moradores da Vila da Palha e as charqueadas São João e Santa Rita, a teoria de Hall (1999) pode ser usada para explicar como as identidades territoriais dos moradores são construídas a partir das relações sociais e

culturais que eles mantêm com os espaços em questão. A convivência mais próxima e amigável com a Charqueada São João cria uma identidade de pertencimento mais forte entre os moradores e o território, enquanto o distanciamento e a indiferença por parte dos proprietários da Charqueada Santa Rita, reforçam uma identidade de exclusão e marginalização. Portanto, a identidade territorial dos moradores é moldada não apenas pelo espaço físico, mas pelas interações sociais e culturais que se estabelecem dentro desse espaço.

Pollack (2021), em suas contribuições teóricas, aborda como a memória coletiva e a história desempenham um papel central na formação da identidade, especialmente no contexto de grupos marginalizados ou em situações de desigualdade. Ele argumenta que as identidades não são apenas construídas no presente, mas também são fortemente influenciadas por narrativas históricas e pela memória coletiva de eventos passados.

No caso das charqueadas, as narrativas históricas compartilhadas pelos moradores, como o tratamento diferenciado dado pelas famílias proprietárias das charqueadas, ajudam a moldar as percepções de identidade e pertencimento. A memória de como a Charqueada São João foi mais aberta e acolhedora, enquanto a Santa Rita foi mais distante e excludente, torna-se parte da identidade coletiva da Vila da Palha. A construção dessa memória, ao ser transmitida entre gerações, fortalece o vínculo com um território que é percebido de maneira diferente de acordo com as experiências vividas. A memória do trabalho nas charqueadas, as interações cotidianas e as relações de poder são elementos fundamentais na configuração da identidade territorial.

Neste momento, outro assunto entra na roda de conversa, o tema da escravidão. Viviane comenta que

Com a vó (dona Eloisa), essa semana a gente estava conversando sobre isso lá em casa. A vó participou e trazia a mãe pequena (dona Vera). Quando a mãe começava a chorar, eles diziam Vó, leva essa negrinha lá pro fundo que ela está incomodando, né? Então a avó trouxe a mãe pra trabalhar junto. Depois, a mãe, que já era fora do tempo dos escravos, disse me trouxe pra trabalhar aqui. E na época da mãe já era melhor, porque a dona da casa me cuidava. (Viviane, Apêndice I, p.146)

“A Dona Branca cuidava ela” (Dona Vera, 2025), evidenciando uma mudança de atitude de uma geração para a outra.

No caso da Vila da Palha, as identidades dos moradores são forjadas a partir da história da escravidão, marcada por relações de dominação nas charqueadas. Os relatos de Viviane, sobre como sua avó e mãe foram tratadas no contexto do trabalho nas charqueadas, ilustram a transição de uma condição de subordinação para uma dinâmica de relações mais respeitadas. No entanto, essa transformação não apaga as experiências passadas de humilhação e exploração, as quais ainda marcam a identidade dos moradores.

A relação entre os moradores da Vila da Palha e as charqueadas, portanto, não se dá de forma linear. A opressão, representada pela experiência da avó de Viviane ("leva essa negrinha lá pro fundo"), convive com a mudança nas relações de poder ao longo das gerações, como exemplificado no tratamento mais digno dado à mãe de Viviane. A identidade dos moradores da Vila da Palha, neste contexto, é uma construção dinâmica, que carrega as memórias de um passado de exploração, mas também as transformações sociais que desafiam essa narrativa de subordinação.

A memória da escravidão e das experiências de trabalho nas charqueadas funciona como uma lente que influencia a percepção dos moradores sobre o território e as charqueadas. A fala de Viviane, refletindo sobre as experiências de sua avó e mãe, evidencia como a memória de gerações passadas molda a identidade atual.

A transformação nas relações de trabalho nas charqueadas, de uma condição opressiva para um trato mais respeitoso, marca uma mudança na memória coletiva da vila. Embora a memória da escravidão não desapareça, ela permanece presente na forma como os moradores se relacionam com o território. Assim, a identidade territorial dos moradores da Vila da Palha é uma construção complexa, em que o passado de opressão continua a ser lembrado e incorporado nas experiências contemporâneas, formando uma base para a construção de uma identidade de resistência e autonomia.

A escravidão, como um ponto fundamental da identidade territorial da Vila da Palha, permanece um elemento crucial na construção das identidades dos moradores, tanto como trabalhadores quanto como membros de um território historicamente marcado pela exploração. A forma como os moradores foram tratados nas charqueadas, especialmente no período pós-abolição, ainda exerce influência nas

suas identidades atuais. Apesar da transformação nas relações de trabalho, que foi positiva, ela ainda está imersa na memória de um passado de subordinação.

Segundo autores como Hall (1999), Pollack (2001) e Halbwachs (1990), a memória da escravidão não é apenas uma lembrança do passado, mas um fator importante na formação da identidade atual. Ela molda a maneira como os moradores da Vila da Palha se veem e se relacionam com as charqueadas e com o território.

Relatos de racismo e tratamento desigual, como o de Viviane sobre como foi com a avó e depois com a mãe, demonstram como a memória da escravidão fundou a identidade territorial da Vila da Palha. Esses relatos de discriminação nas charqueadas, passados de geração em geração, são elementos da memória coletiva da comunidade. A forma como esses eventos são lembrados e narrados molda a identidade do grupo, reforçando a ideia de resistência e luta contra a opressão, ao mesmo tempo em que preserva a memória de um passado marcado pela desigualdade.

A memória coletiva da Vila da Palha, de acordo com Halbwachs, não é estática. Ela é constantemente reconstruída e reinterpretada pelas novas gerações. Por exemplo, a mudança nas relações de trabalho e no tratamento das gerações mais recentes nas charqueadas, onde os moradores começaram a ser tratados com mais respeito, reflete uma transformação na memória coletiva do grupo. Embora as memórias de opressão permaneçam, as formas como elas são compreendidas e transmitidas pode mudar ao longo do tempo, conforme novas experiências e relações sociais emergem.

A teoria da memória coletiva de Halbwachs é fundamental para compreender como os moradores da Vila da Palha constroem e compartilham suas memórias relacionadas às charqueadas e à escravidão. Essas memórias coletivas não apenas preservam o passado de opressão, mas também desempenham um papel central na construção da identidade territorial da comunidade. À medida que as gerações mais jovens reconfiguram suas relações com o território, há uma transformação na memória coletiva, o que, por sua vez, influencia a forma como os moradores se percebem e se relacionam com o espaço. Assim, as memórias de escravidão e de discriminação continuam a ser uma parte fundamental da identidade territorial da Vila da Palha, mas elas também se moldam e se reinterpretam ao longo do tempo, refletindo as mudanças sociais e culturais dentro da comunidade.

4.3 Turismo, memórias e disputas identitárias na Vila da Palha

A Vila da Palha está situada em um contexto turístico que representa um espaço de intensa interação entre a memória e identidade territorial. Contudo, essa identidade se vê constantemente desafiada pelo avanço das lógicas turísticas que moldam o Roteiro das Charqueadas. Enquanto as charqueadas preservadas são promovidas como patrimônio histórico e atração turística, a Vila da Palha permanece à margem desse processo, sem que seus moradores sejam reconhecidos como parte do circuito ou beneficiados diretamente pelos fluxos destes visitantes, transformando o turismo, em um fator de disputa territorial e simbólica, onde a memória dos moradores e suas famílias não é incorporada à narrativa oficial do roteiro, prevalecendo uma visão que valoriza apenas a história da elite charqueadora.

Os relatos obtidos por meio das entrevistas com os moradores evidenciam uma forte relação de pertencimento ao território. Muitas famílias residem no local há várias gerações, reforçando laços de vizinhança e uma cultura comunitária onde o apoio mútuo e a transmissão da memória oral são essenciais para a preservação da identidade local. Mesmo que existam conflitos entre eles, a vila é vista por seus habitantes como um espaço seguro e acolhedor, mas ao mesmo tempo, como um lugar esquecido pelo poder público, que negligencia infraestrutura e serviços básicos, mesmo diante do potencial turístico da região.

A marginalização da Vila da Palha dentro do contexto turístico das charqueadas, reflete dinâmicas mais amplas de exclusão social e patrimonialização seletiva. Enquanto as charqueadas se tornam atrativos culturais, a história dos moradores que viveram e ainda vivem no entorno, é apagada ou reduzida a um papel secundário. Essa desconexão, entre turismo e comunidade local, reforça desigualdades e impede que os moradores usufruam dos benefícios econômicos do setor.

Essa contradição nas falas — “na charqueada, eram poucas pessoas da vila que trabalhavam aqui” e “quase todas as pessoas da vila trabalhavam aqui” — reflete a complexidade e a multiplicidade das memórias coletivas, conforme discutido por

Halbwachs. Essa diversidade de relatos pode ser entendida como uma expressão das diferentes perspectivas e experiências vividas pelas pessoas ao longo do tempo, construindo uma memória coletiva multifacetada.

Outra fala que apresenta um contraponto é quando o representante da charqueada ao ser questionado sobre a história e a formação da vila, apresentou a seguinte resposta:

Sabemos que surgiu na primeira metade do século XX. Casas (de posseiros) foram sendo construídas na beira da estrada que dava acesso à antiga ponte que ligava a cidade à praia do Laranjal, bem na divisa dos terrenos das Charqueadas Santa Rita e São João. Alguns anos atrás a Charqueada [...], em conjunto com projeto da Prefeitura de Pelotas cedeu os respectivos terrenos da V.P. aos posseiros, para legalização da V.P. (Representante da Charqueada, 2025).

A contradição revela, por um lado a perspectiva dos moradores de serem “bem-vindos” ao local, uma vez que parte de convite direto do proprietário para a permanência no local e por outro, a perspectiva de chegada de forma improvisada, ocupando o lugar devido a atividade de travessia realizada por meio do pontilhão de madeira que havia no local. Esta perspectiva diferenciada reflete diferentes interpretações sobre a ocupação e pertencimento ao território. Para alguns, a ideia de “convite” sugere uma relação mais formal e aceita com o proprietário, conferindo legitimidade à presença na vila. Já para outros, a chegada “improvisada”, muitas vezes ligada a uma necessidade de encontrar um local de moradia, poderia não legitimar o direito de permanência na comunidade.

Dependendo do ponto de vista, o processo de inserção dos moradores na vila pode ser visto como um movimento espontâneo, de aceitação de um espaço já determinado ou orgânico, de conquista do território por meio da resistência e permanência no local. Assim, a memória coletiva da vila se constrói a partir dessas visões contrastantes, que podem influenciar a percepção de pertencimento e a relação com o passado de ocupação e exploração.

Isso é especialmente relevante quando se pensa no processo de disputa e construção de uma identidade territorial, pois as relações vão além do convívio no lugar e das relações de trabalho, elas se expandem para o campo do afeto, através das lembranças de infância e das experiências de socialização. A experiência de ter “brincado na charqueada”, como mencionado pelos moradores, sugere que, mesmo

para aqueles que não estavam diretamente envolvidos nas atividades econômicas da charqueada, o espaço era central na vida da comunidade.

A relação com a Santa Rita não é percebida da mesma maneira:

Ali com a charqueada Santa Rita é bem mais difícil. Embora eles tendo até o acesso porque tem um portão de acesso que agora nem abre... lá a gente não tem total acesso, porque eles colocaram um portão e tem que identificar. Então é só praticamente o que vem de fora e quem trabalha ali dentro é que tem o acesso" (Viviane, Apêndice I, p.148).

A temática turismo vem à tona ao tratar dos visitantes que acessam a Santa Rita: "Na verdade, o foco da Santa Rita não é o turismo né, ali é uma pousada. Então é que nem aqui tem a questão da visita" (Carolina, Apêndice I, p.148). Para dar continuidade ao assunto, foi apresentada uma imagem de um ônibus de excursão, com um turista e uma câmera fotográfica em mãos, e se fez o seguinte questionamento: O que esta imagem lembra vocês? E logo vem a resposta:

É o que se resume hoje em dia. A nossa charqueada é o turismo, né? Talvez seja uma perspectiva de futuro para nós da Vila, seja a função turística que as charqueadas podem promover, né? Que as melhorias que a gente espera ter na Vila da Palha são através do turismo, porque a gente sabe que a Vila foi tombada como patrimônio imaterial, né? Então, acho que o turismo talvez seja a nossa esperança futura" (Cristiane, Apêndice I, p.148).

A relação dos moradores com a Charqueada Santa Rita e o modo como percebem o turismo, tanto neste local quanto em comparação com a Charqueada São João, pode ser analisada à luz de teorias que envolvem identidade territorial, memória coletiva e turismo como vetor de transformação social. A fala dos moradores e a distinção que fazem entre as duas charqueadas destacam diferentes formas de envolvimento com o território e o papel do turismo na reinvenção das narrativas locais.

A Charqueada Santa Rita, ao adotar medidas de restrição de acesso, como o portão e a exigência de identificação, estabelece uma fronteira simbólica e física que separa os moradores da Vila da Palha da propriedade, criando uma sensação de distanciamento e exclusão. Essa divisão é significativa do ponto de vista da memória coletiva, pois enquanto a Charqueada São João ainda mantém uma conexão mais fluida com os moradores, permitindo que suas histórias e memórias se entrelacem com as narrativas sobre o local, a Santa Rita se apresenta como um espaço fechado, controlado e privatizado. Essa separação pode ser vista como uma forma de negação da memória compartilhada, onde as experiências de trabalho e convivência de

gerações anteriores são marginalizadas, deslocando a charqueada de um bem coletivo para um bem privado, limitado aos turistas e aos funcionários.

A teoria de Halbwachs sobre memória coletiva é útil aqui, pois ele argumenta que as memórias não são apenas individuais, mas construídas socialmente e dependendo do contexto, podem ser recolocadas e até apagadas. O acesso restrito à Santa Rita altera a dinâmica de como essa memória é reconstruída e compartilhada entre os habitantes locais, criando uma memória fragmentada entre aqueles que vivenciaram o local de perto (nos tempos em que a charqueada tinha uma relação mais direta com a comunidade) e aqueles que têm um vínculo mais superficial e restrito, como é o caso dos turistas.

A perspectiva de futuro proposta pelos moradores sugere uma visão de que, embora o turismo esteja sendo visto como uma esperança, ele também é uma oportunidade de reintegração das memórias da charqueada na vida cotidiana, talvez através da utilização dos recursos derivados do turismo para melhorar a infraestrutura e as condições de vida da comunidade. No entanto, isso depende de como o turismo será gerido e de se ele conseguirá incluir ativamente os moradores da Vila da Palha, não apenas como espectadores, mas como protagonistas na criação e no fortalecimento da identidade local.

A questão da infraestrutura deficiente, agravada pela falta de execução de políticas públicas, também é abordada por Robert Chambers (1999), que alerta para o risco de exclusão das comunidades nas decisões que impactam suas vidas. Os moradores da Vila da Palha, ao verem a crescente visitação turística sem que isso se traduza em melhorias reais para a comunidade, percebem que, embora o turismo tenha potencial para trazer benefícios econômicos, esse potencial é limitado pela ausência de apoio e investimentos adequados.

Ao fazer menção de que a vila é expectadora diária dos turistas que passam à sua porta, se questiona sobre a participação deles na atividade, e a resposta é clara:

Nenhuma. Eles passam reto. Nem sabe o que a vila existe. porque passo ali, só vê aquilo ali. Deve ser uma vila qualquer” e “Ideias e desejos? A gente tem! A gente precisa que o poder público coloque em execução, porque a gente está só vivendo de promessas há muito tempo. E para nós seria excelente, porque a partir do momento que asfaltarem e a gente poder desenvolver o local, melhora a vida de todo mundo, né? A gente pode empreender, a gente pode ofertar serviços, comércio, mas a gente depende do poder público, Infelizmente” (Cristiane, Apêndice I, p.149).

A fala dos moradores da Vila da Palha sobre o turismo e a falta de participação ativa deles nesse processo traz à tona questões relacionadas à exclusão social, ao papel do poder público e à relação entre identidade territorial e desenvolvimento local. O turismo que transita pela vila, sem interagir com ela, pode ser interpretado à luz da teoria de David Harvey sobre o direito à cidade, que postula que os habitantes urbanos (no caso, os moradores da vila) devem ser protagonistas na produção do espaço e do desenvolvimento local.

O direito dos moradores à cidade e ao desenvolvimento é limitado, uma vez que, apesar de estarem diretamente ao lado de um local turístico, sua participação nos benefícios e no reconhecimento da sua identidade local é mínima.

O desejo dos moradores de ver o desenvolvimento local ser impulsionado por investimentos públicos, como o asfaltamento e a criação de oportunidades de comércio, é um exemplo claro de como as promessas políticas não cumpridas e a falta de investimento público impactam as possibilidades de desenvolvimento territorial. Nesse contexto, a teoria do desenvolvimento desigual de Harvey pode ser aplicada para entender como o poder público, muitas vezes, negligencia ou retarda o desenvolvimento de áreas periféricas, como a Vila da Palha, em favor de outros espaços mais centrais ou visíveis. A pavimentação da via é vista como uma chave para abrir o potencial de empreendedorismo local e integração com o turismo, mas a falta de ação pública torna esse desejo uma mera promessa não cumprida.

A fala de que o poder público “coloque em execução” o que está em jogo sugere que o poder local não tem sido efetivo em promover o desenvolvimento de forma inclusiva. Isso ressoa com a teoria de governança urbana de Manuel Castells (2000), que discute como a falta de uma política pública eficaz e inclusiva pode criar disparidades regionais e sociais, onde o desenvolvimento urbano e social se concentra em certos pontos da cidade ou do território, enquanto outros, como a Vila da Palha, ficam à margem.

A questão de os moradores terem ideias e desejos sobre o que seria bom para o desenvolvimento da vila, mas não verem essas ideias serem implementadas, traz à tona a necessidade de um modelo de turismo participativo. A teoria do turismo sustentável, especialmente os modelos de turismo comunitário e turismo de base local, destacam a importância de envolver as comunidades locais no planejamento e

na gestão do turismo. O turismo não deve ser visto como um fenômeno externo que invade o espaço, mas sim como uma oportunidade para os próprios moradores se engajarem ativamente e influenciarem o desenvolvimento da sua comunidade.

De acordo com o decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019¹, entende-se o Turismo de Base Comunitária (TBC) como

Um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, que gera benefícios coletivos, promove a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações e a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (Brasília, 2019).

O TBC não é um segmento turístico, e sim, uma forma de organização e de desenvolvimento do turismo em uma determinada localidade, independente do segmento que faça parte, sendo que a comunidade do entorno é altamente ativa desde o planejamento à execução da atividade, sendo participe, também, dos resultados econômicos e sociais do turismo.

Nesta etapa da conversa se percebe que eles reconhecem seu valor histórico-cultural e que têm interesse em se envolverem com a atividade turística, já que consideram ela uma ótima oportunidade de desenvolvimento pessoal e econômico:

Porque a vila é uma vila, na verdade, onde começou Pelotas aqui, né? E a vila é um espaço antigo na cidade. Então é e parece que é o espaço mais esquecido de Pelotas. E não é só a Vila, é o Ariel Fundos. Passou da Zezé para cá. Acabou Pelotas, que foi onde começou. Então a gente bota muita esperança na função turística para que possa desenvolver esse final do areal, porque a gente mora aqui há anos. A gente luta por tudo que possa vir de melhorias para o final do areal, mas é bem difícil (Cristiane, Apêndice I, p.149).

Esse relato dos moradores reflete o reconhecimento de um patrimônio histórico e cultural significativo, que é, ao mesmo tempo, valorizado e negligenciado ao longo do tempo. As palavras "a vila é uma vila, na verdade, onde começou Pelotas aqui, né?" e "é o espaço mais esquecido de Pelotas" destacam o contraste entre a importância histórica do local e o abandono a que foi relegado. O reconhecimento da própria história, como origem da cidade, remonta à ideia de lugar de memória, conceito trabalhado por Pierre Nora (1993), que afirma que certos espaços e práticas são fundamentais para a construção da identidade coletiva. No caso, a vila é uma

referência simbólica para a memória de Pelotas, mas essa memória é muitas vezes invisibilizada ou marginalizada no espaço urbano contemporâneo.

A relação com o turismo aparece como uma esperança de resgatar e revitalizar o local, o que é coerente com a visão de Harvey (2001), que vê no turismo uma ferramenta de desenvolvimento econômico local, mas também uma possível forma de resistência contra o esquecimento e a marginalização. Harvey (2001) sugere que a construção de uma identidade territorial envolve tanto o reconhecimento do valor histórico do lugar quanto a implementação de estratégias que conectem esse valor ao desenvolvimento econômico, social e cultural.

Por outro lado, o conceito de turismo comunitário proposto por autores como Scheyvens (1999) e Sharpley (2009) também emerge aqui. O turismo é visto como uma ferramenta não só para o resgate da identidade local, mas também como uma oportunidade para a comunidade se apropriar de seus recursos e desenvolver um modelo turístico sustentável. Contudo, as expectativas de "melhorias para o final do areal" também revelam um certo ceticismo em relação às promessas de transformação que muitas vezes são feitas, mas nem sempre cumpridas, pelo poder público. Essa crítica reflete a preocupação de que o turismo, se mal gerido, pode também ser uma forma de exploração econômica que beneficia poucos, em vez de ser um meio de empoderamento da comunidade, como discutido por Robert Chambers (1997), em relação à participação comunitária no desenvolvimento.

Essa realidade também se relaciona com o conceito de David Harvey (2001), que aponta como a falta de infraestrutura básica e o descaso das políticas públicas para as periferias urbanas perpetuam a marginalização e a desigualdade. A ausência de um transporte público eficiente e a dificuldade de acesso à comunidade evidenciam como as barreiras institucionais e as desigualdades sociais continuam a dificultar o desenvolvimento local.

Além disso, o relato dos moradores sobre a Vila da Palha ser um espaço historicamente significativo, mas frequentemente esquecido, dialoga com a teoria de Pierre Nora (1993) sobre os "Lugares de Memória". Nora afirma que certos espaços carregam significados históricos e culturais profundos para as comunidades, funcionando como símbolos de identidade coletiva. A frustração dos moradores, por sua vez, reflete uma luta por reconhecimento e valorização da memória local, que

poderia ser promovida através de um turismo inclusivo e respeitoso, capaz de difundir a história da vila e integrar seus moradores no processo.

Os moradores sabem da importância da vila e reconhecem que as dificuldades que enfrentam são resultantes de políticas públicas não executadas, já que existem “alguns projetos, mas nada posto em prática ainda. Nada. Tudo no papel” (CRISTIANE, 2025). Identificam também os sérios problemas de infraestrutura que afetam a comunidade diariamente: “É bem complicado. Pelo nosso ônibus a gente tinha um ônibus exclusivo só para a nossa rua, tinha até o nome da Rua Saint-Hilaire. E aí, no entanto, tiraram o ônibus e agora é areal circular”. “E cada vez que chove, que a estrada fica esburacada, eles simplesmente decidem que não vão vir” (CRISTIANE, 2025). No entanto, avaliam que,

Ainda assim, com toda essa falta de estrutura, toda hora passa o ônibus de turismo ali na porta da minha casa, porque eu moro bem na entrada. Então, assim, toda hora eu vejo passar o ônibus, né? O quanto mais ia se desenvolver, quanto mais visitação não ia ser só os moradores locais que vão ganhar, né? A cidade ia ganhar com isso, né? Quanto mais gente visitando, consumindo, gastando, mais a cidade arrecada, né?” (Milena, Apêndice I, p.150).

O relato dos moradores da Vila da Palha revela uma complexa interação entre as questões sociais, econômicas e políticas que afetam a comunidade, com foco na relação com o turismo e os problemas de infraestrutura. De acordo com Janelle Scheyvens (2002), o turismo pode ser uma ferramenta poderosa para o empoderamento das comunidades locais, especialmente quando aliado ao desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a percepção dos moradores de que o turismo poderia ser uma fonte de crescimento econômico reflete a esperança de que essa atividade seja uma oportunidade de melhoria para a vila. No entanto, a frustração com a falta de infraestrutura e de políticas públicas executadas, como a constatação de que “tudo está no papel”, revela um problema central: a falta de investimento em áreas periféricas, o que limita a capacidade de essas comunidades aproveitarem o potencial do turismo.

Os relatos dos moradores da Vila da Palha evidenciam uma tensão entre o reconhecimento de sua importância histórica e cultural e a percepção de que suas necessidades não estão sendo atendidas. A expressão de frustração quanto à falta de reconhecimento e ao descaso das políticas públicas, como a ausência de

infraestrutura básica e de oportunidades para o desenvolvimento econômico, oferece uma rica base para análise sob as teorias da identidade.

A desconexão com os turistas e a frustração com o poder público indicam uma crise de identidade, em que os moradores não veem sua história sendo valorizada ou sua participação sendo reconhecida. O desejo de melhorar a infraestrutura e a possibilidade de empreender são, portanto, tentativas de reconfigurar essa identidade, possibilitando que a vila se torne um local mais integrado ao fluxo turístico e, assim, mais valorizado, não apenas pelos visitantes, mas também pelos próprios habitantes.

Os moradores reconhecem que o turismo pode ser uma ferramenta com potencial de alcançar não só suas vizinhas charqueadas, mas

Teria um espaço pra todo mundo, porque ali na rua cada um faz alguma coisa, entendeu? Tem gente que trabalha com comidas, mas então se agregasse, né? A Charqueada com o pessoal da rua, traria o pessoal dos visitantes pra nossa rua" [...] "então todo mundo teria um ganho também. Né? Porque aí uma oferece o doce, o outro faria um almoço, entendeu? Tudo referente a fazer uma coisa relacionada ao charque. Ia chamar o pessoal pra vir... O pessoal vem aqui, visita a Charqueada e rumou ao centro, né? Então teria mais espaço, eu acho, pra todo mundo" (Viviane, Apêndice I, p.150).

No caso da Vila da Palha, o desejo de os moradores integrarem o turismo local com as atividades comerciais da rua e com a charqueada reflete um movimento de construção e afirmação de sua identidade coletiva. Ao visualizar o turismo como uma forma de unir as diversas atividades da vila e agregar valor ao que é produzido localmente (alimentos, doces, pratos típicos, entre outros), os moradores estão, na prática, tentando criar um novo significado para o espaço. Eles reconhecem a história da vila e suas charqueadas como elementos importantes, mas o desejo de incluí-los no circuito turístico mais amplo da cidade reflete a busca por um novo papel dentro da cidade, como protagonistas de sua própria história e cultura.

A charqueada entrevistada informou que anteriormente "já vendemos artesanato de uma das moradoras, que nos solicitou. Era inclusive uma de nossas funcionárias. Mas não no momento" (Representante de Charqueada, 2025). Percebe-se a disponibilidade em ofertar este serviço em parceria com a comunidade local, mas a falta da estruturação do serviço, como um projeto comunitário, influencia em sua descontinuidade, já que é iniciativa de um único morador.

A ideia de integrar as charqueadas com os pequenos comércios da rua e de envolver a comunidade no processo de desenvolvimento turístico remete ao conceito

de Maurice Halbwachs (1990), que discute a memória coletiva e como ela é construída por meio de interações sociais. A memória coletiva da vila, enquanto um espaço histórico e cultural importante, não deve ser fragmentada, mas sim integrada de maneira que a comunidade, como um todo, possa vivenciar e se beneficiar do turismo. A possibilidade de que "todo mundo" se beneficie dessa atividade reflete um desejo de fortalecer a memória coletiva da vila e permitir que todos os moradores se sintam parte do processo de desenvolvimento, garantindo que o turismo não seja apenas uma forma de atrair visitantes, mas também de gerar um ciclo econômico sustentável e inclusivo.

O relato dos moradores da Vila da Palha, ao sugerir uma maior integração entre as charqueadas e as atividades locais no turismo, reflete a ideia de que o turismo pode ser um vetor de fortalecimento da identidade coletiva e de desenvolvimento econômico sustentável. Esse processo também promove a inclusão social e a valorização das práticas locais, permitindo que os moradores se vejam como participantes ativos no processo de transformação e desenvolvimento de seu território.

A Vila da Palha, assim, se configura como um território de disputas identitárias, onde diferentes narrativas sobre o passado e o presente coexistem e se confrontam. A luta dos moradores por reconhecimento e valorização dentro do Roteiro das Charqueadas não se limita à preservação da memória, mas também aponta para a necessidade de repensar o turismo de maneira mais democrática e sustentável. Isso garantiria que a identidade territorial da vila não fosse apagada em nome de um modelo excludente de desenvolvimento turístico.

Entre os moradores, existe um desejo latente de integrar a vila ao circuito turístico, promovendo atividades que valorizem suas histórias, ofícios e tradições. A produção de doces, o artesanato e a gastronomia local são algumas das potencialidades que poderiam ser exploradas para fortalecer a economia e criar um turismo mais inclusivo. Para isso, é fundamental que o planejamento do turismo seja participativo, envolvendo a comunidade na gestão e no desenvolvimento da região.

O processo histórico e político da Vila da Palha, como parte da cidade de Pelotas, pode ser compreendido por meio da análise das decisões tomadas ao longo do tempo, que moldaram a identidade e as condições de vida dos moradores. Faria (2003) aponta que essas escolhas políticas foram influenciadas por eventos históricos e pela

ação de diferentes atores, envolvendo tanto a relação com a cidade quanto com as charqueadas vizinhas.

A Vila da Palha carrega consigo um legado histórico de ser um dos primeiros espaços de urbanização comunitário de Pelotas, e essa memória coletiva reflete as dinâmicas socioeconômicas, culturais e políticas que a constituíram. No entanto, ao longo dos anos, essa identidade foi negligenciada pelas políticas públicas, com os moradores enfrentando dificuldades em áreas como infraestrutura e transporte. A falta de acesso adequado, os projetos no papel e a promessa não cumprida de melhorias refletem um processo de exclusão histórica e política, cuja voz tem sido sistematicamente ignorada.

Apesar disso, as falas dos moradores revelam um forte desejo de transformação e protagonismo. Eles reconhecem a importância histórica e cultural da vila, mas também destacam a necessidade de um olhar mais atento e ações concretas por parte do poder público. A ideia de integrar a vila ao circuito turístico, associando-a às charqueadas e ao comércio local, reflete a busca por um novo espaço de pertencimento e desenvolvimento econômico. O turismo é visto como uma oportunidade para reverter o abandono histórico e melhorar as condições de vida e trabalho, alinhando expectativas com o potencial histórico da região.

Assim, ao compreender a trajetória histórica da Vila da Palha e as decisões políticas que afetaram seu desenvolvimento, fica claro que a busca por soluções concretas depende do reconhecimento da importância da vila, da valorização de sua história e da implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da comunidade. A construção de um futuro mais próspero para a Vila da Palha está intimamente ligada à integração de sua história no contexto urbano e turístico, ao fortalecimento da identidade local por meio de ações que envolvam tanto os moradores quanto as autoridades municipais, criando uma relação de parceria e valorização mútua.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa realizada sobre a Vila da Palha, no contexto do Roteiro das Charqueadas em Pelotas/RS, permitiu compreender a constituição da memória coletiva e a identidade territorial desta comunidade. Embora inserida geograficamente no roteiro, a vila permanece à margem das narrativas oficiais e dos benefícios da atividade turística. A partir da história oral, registrou-se o modo como os moradores percebem e narram sua própria história, revelando dinâmicas de pertencimento e exclusão que caracterizam sua relação com o turismo na região e que refletem as contradições entre a lógica excludente do turismo que ali ocorre, e a identidade territorial construída coletivamente.

Através das memórias das famílias mais antigas que ainda residem no local, que funcionam como dispositivos de preservação identitária, foi possível reconstruir parte da história da ocupação da Vila da Palha. Os primeiros moradores chegaram por volta dos anos 1939-1940, quando o Dr. José Ottoni Ferreira Xavier, conhecido como Ferreirinha, convidou a primeira família para ocupar o local com o intuito de proteger a área de invasões e extração de madeira, em um contexto urbano pelotense de retração econômica, resultante do fim da atividade charqueadora. Essa ocupação, inicialmente vinculada à subsistência, trabalho nas charqueadas e em algumas empresas vizinhas, consolidou-se como um espaço de resistência e adaptação, marcado por infraestrutura precária (casas de palha, cacimbas para água) e relações de dependência com as elites locais.

Relatos sobre a origem do nome "Vila da Palha", as técnicas construtivas com palha do Arroio Pelotas, uma prática comum entre os mais pobres na região, entre eles, descendentes de escravos, e as relações de trabalho nas charqueadas (como o ofício de "arrumadeiras" ou babá), compõem uma narrativa que contrasta com a imagem romantizada das charqueadas no turismo. A construção do pontilhão em 1948 e a posterior expansão urbana reconfiguraram o território, mas não alteraram a marginalização da comunidade, que permanece "esquecida" no planejamento público. Essas memórias, conforme Halbwachs, não são apenas registros individuais, mas fruto de uma construção coletiva que reforça o pertencimento ao lugar.

Existe uma disputa de narrativas: enquanto o Roteiro das Charqueadas enfatiza a opulência do ciclo do charque e a arquitetura eclética, as memórias da Vila

destacam a precariedade, o preconceito racial (como relatos de tratamento discriminatório por parte de proprietários da Santa Rita) e a luta por regularização fundiária. Essa tensão revela como a memória oficial, associada ao patrimônio material, silencia as vozes subalternas, reforçando a exclusão simbólica da comunidade. Assim, a pesquisa confirma que o turismo no Roteiro das Charqueadas opera sob uma lógica excludente e mercadológica, conforme críticas de Coriolano (2005). Os empreendimentos turísticos apropriam-se do passado histórico sem dialogar com a comunidade. Enquanto isso, a Vila da Palha, com seu potencial para oferecer produtos culturais e gastronômicos, permanece à margem, sem acesso a recursos ou capacitação.

Autores como Maurice Halbwachs (1990) e Ecléa Bosi (2003) foram fundamentais para a compreensão da memória coletiva e da identidade territorial. A memória da Vila da Palha é um processo dinâmico, influenciado por fatores históricos e sociais. A identidade é híbrida e fragmentada, conforme Stuart Hall. Por um lado, há um orgulho arraigado na história de resistência e na ancestralidade. Por outro, a proximidade física com as charqueadas turísticas cria uma identidade paradoxal: são "vizinhos invisíveis", cujas histórias não são integradas ao roteiro, apesar de compartilharem o mesmo espaço geográfico.

Tal identidade, mesmo que fragmentada, está fortemente ligada à sua história de ocupação e ao convívio com as charqueadas vizinhas, especialmente a Charqueada São João, com a qual os moradores mantiveram uma relação mais próxima e amistosa ao longo dos anos. Por outro lado, não são mencionadas as demais charqueadas pertencentes ao roteiro, a não ser com a Charqueada Santa Rita, onde a relação foi marcada por episódios de preconceito e exclusão por parte de seus antigos proprietários, resultando em divergência de sentimentos e de identificação dos moradores da vila.

Esta identidade territorial também é marcada pela falta de reconhecimento institucional. A comunidade, embora tombada como patrimônio imaterial, não é incluída nas estratégias turísticas, o que gera frustração e descrença nas promessas de desenvolvimento. A fala de um morador — "eles passam reto, nem sabem que a vila existe" — sintetiza essa invisibilidade, evidenciando como o turismo excludente reforça hierarquias espaciais e sociais. Apesar disso, a Palha desenvolveu um sentimento de pertencimento ao território, embora esteja atualmente excluída das

atividades turísticas que ocorrem no entorno, o que reforça essa dualidade de disputa de narrativas: a memória oficial, vinculada ao patrimônio material e imaterial.

A pesquisa também demonstrou que, na Vila da Palha, a memória coletiva desempenha um papel fundamental na manutenção da identidade local, resistindo às tentativas de apagamento promovidas pelo turismo patrimonial seletivo. Stuart Hall (1999) também foi essencial para compreender como a identidade se constrói de forma fluida e relacional, sendo constantemente negociada entre o passado e as mudanças contemporâneas.

A noção de território, conforme o conceito de Milton Santos, como um espaço socialmente produzido, evidencia-se aqui, uma vez que se entrelaça dominação (como o controle inicial das charqueadas), resistência (a permanência das famílias e a transmissão intergeracional de memórias), e a ausência de políticas públicas para integração da vila ao turismo, reforça sua condição periférica, reproduzindo desigualdades históricas. A comunidade, ao longo dos anos, tem desenvolvido estratégias de resistência e ressignificação do seu território, reafirmando sua identidade frente às transformações urbanas e econômicas. Essa identidade territorial é moldada por memórias de trabalho, relações comunitárias e também pela exclusão histórica da participação na atividade turística.

A falta de protagonismo comunitário no turismo local reflete a ausência de políticas de base inclusiva, como o Turismo de Base Comunitária (TBC). A comunidade demonstra interesse em participar — expresso no desejo de " Porque aí uma oferece o doce, o outro faria um almoço..." —, mas esbarra na falta de infraestrutura e no desinteresse do poder público e dos empreendimentos privados.

A Palha exemplifica como territórios periféricos carregam em suas memórias e identidades, as marcas de processos históricos de exclusão. Para romper com essa dinâmica, é urgente reconhecer a comunidade como sujeito ativo no desenvolvimento turístico, valorizando sua história oral, integrando-a aos roteiros e criando mecanismos de redistribuição de renda. Isso exigiria uma implementação de políticas públicas que vinculem o turismo à memória da Vila, o fomento ao empreendedorismo local, com apoio técnico e financeiro para a criação de produtos turísticos autênticos (artesanato, gastronomia, narrativas históricas) e uma articulação entre universidades, poder

público e comunidade para documentar e difundir as memórias da Vila, fortalecendo sua identidade como patrimônio vivo.

O estudo deixa evidente a importância do papel da participação comunitária no planejamento turístico. A marginalização da Vila da Palha reflete um modelo de desenvolvimento que favorece apenas determinados setores econômicos, excluindo histórias e memórias que poderiam enriquecer a experiência turística na região. Faria (2003) e Lefebvre (2000) foram referenciais teóricos essenciais para a análise das dinâmicas territoriais e das influências das políticas públicas na estruturação do espaço urbano. É notório o potencial da Vila da Palha para desenvolver produtos culturais e gastronômicos, e a comunidade manifesta interesse em participar da atividade turística, mas enfrenta obstáculos estruturais e institucionais.

Ao resgatar os objetivos específicos desta tese, apresentamos os resultados obtidos a partir da pesquisa.

i) Compreender os fatos presentes na memória coletiva da comunidade que possibilitem a compreensão dos processos de ocupação e formação da Vila da Palha. Para este objetivo percebe-se que a memória coletiva dos moradores da Vila da Palha revela uma história marcada pela ancestralidade, pela resistência e pela marginalização social. A formação da comunidade está associada à presença de antigos trabalhadores e de populações afrodescendentes que, ao longo do século XX, ocuparam a área buscando moradia próxima aos locais de trabalho. A oralidade desempenha um papel central na transmissão dessa memória, muitas vezes silenciada nos registros oficiais. Os moradores identificaram marcos importantes, como o início das construções em madeira, o esforço comunitário para garantir acesso à água e energia elétrica, bem como a luta por reconhecimento e infraestrutura básica, que moldaram o processo de ocupação da Vila da Palha.

ii) Investigar se a identidade territorial da comunidade da Vila da Palha possui relação com o turismo presente no Roteiro das Charqueadas. Para este segundo objetivo específico, notou-se que a identidade territorial da Vila está fortemente vinculada à vivência cotidiana e às relações de pertencimento estabelecidas entre os moradores e o espaço. Embora o Roteiro das Charqueadas explore elementos históricos e culturais da região, sobretudo ligados ao passado escravocrata e às casas de charque, os moradores da Vila da Palha não se reconhecem como parte integrante desse discurso turístico. A narrativa oficial promovida pelo roteiro pouco dialoga com

as histórias de vida da comunidade, o que contribui para uma desconexão simbólica e afetiva entre o território vivido e o território apresentado ao visitante.

iii) Identificar a relação dos moradores da Vila da Palha com os empreendimentos e dos empreendimentos com os moradores envolvidos no Roteiro das Charqueadas. Para esse objetivo em particular, a pesquisa identificou que a relação entre os moradores da Vila da Palha e os empreendimentos turísticos é marcada por distanciamento e, em alguns casos, por ressentimento. Os empreendimentos raramente promovem ações de inclusão ou diálogo com a comunidade local, o que evidencia uma lógica de turismo excludente. Do ponto de vista dos moradores, os empreendimentos são percebidos como elitizados e inacessíveis, enquanto os empreendedores, por sua vez, demonstram desconhecimento ou incapacidade em integrar a comunidade à dinâmica turística. Essa falta de reciprocidade aprofunda as desigualdades já existentes e reforça barreiras simbólicas e materiais entre os dois grupos.

iv) Investigar os motivos pelos quais os moradores da Vila da Palha não participam das atividades turísticas no local. Diversos fatores explicam a ausência dos moradores da Vila da Palha nas atividades turísticas locais. Em primeiro lugar, há um sentimento generalizado de exclusão, tanto pela falta de convite e abertura por parte dos empreendimentos, quanto pela percepção de que o espaço turístico não lhes pertence. Em segundo lugar, os moradores enfrentam barreiras significativas, como dificuldades de mobilidade e ausência de políticas públicas de fomento à inclusão produtiva no turismo. Por fim, destaca-se a ausência de uma política de turismo que reconheça e valorize o patrimônio imaterial da comunidade, que poderia ser um ponto de conexão entre o turismo e a história local.

Para que esta comunidade possa se beneficiar do turismo, é essencial que haja um esforço conjunto entre comunidade, empreendimentos turísticos, instituições e poder público com o intuito de promover a participação de forma integral, aproveitando o fluxo turístico como uma oportunidade de desenvolvimento territorial mais inclusivo e sustentável.

Sem essas ações, o turismo seguirá reproduzindo a lógica colonial que marginaliza territórios e silencia vozes, em vez de ser uma ferramenta de

transformação social. A Vila da Palha⁷, com suas memórias e resistências, desafia-nos a repensar o turismo não como mera atividade econômica, mas como prática ética e inclusiva, capaz de ressignificar passados dolorosos e construir futuros compartilhados. O turismo no Roteiro das Charqueadas deve ser repensado a partir de uma perspectiva inclusiva, que valorize as histórias e experiências da Vila. Que desta forma deixe de ser um espaço marginalizado para se tornar protagonista na preservação da história e cultura da cidade.

Reconhecem-se os limites da tese frente a uma complexa problemática histórica de interação entre as questões sociais, econômicas e políticas na relação deste espaço turístico. Pelo fato de as memórias serem um elemento de disputa e de estarem em constante transformação, entende-se que este foi o passo inicial para que futuras pesquisas avaliem e apresentem propostas de como incluir as memórias e a identidade da comunidade da Vila da Palha no contexto turístico do Roteiro das Charqueadas.

Os destinos turísticos têm uma característica única: valorizam a comunidade em suas campanhas publicitárias, explorando seus atributos naturais ou culturais para atrair turistas. No entanto, essa participação se torna restrita à medida que os interesses econômicos, a especulação imobiliária e a ânsia pelo lucro, fazem do turismo, mais um instrumento do capitalismo que explora muitos, em prol do acúmulo e prosperidade de poucos. Nesta situação, emerge uma demanda: a necessidade de regular o setor através de mecanismos legais que assegurem que esta atividade turística seja conduzida de maneira igualitária para todos os participantes. Contudo, está claro que essa será uma outra batalha!

⁷ No processo de finalização da tese, foi promulgada a Lei 7.366, que reconheceu a Vila da Palha, entre outras comunidades situadas ao longo do Canal São Gonçalo e da Lagoa dos Patos, como patrimônio cultural, ambiental e urbano de Pelotas.

6. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. ***Justiça ambiental e cidadania***. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2008.

ACSELRAD, Raquel. ***Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças***. São Paulo: Boitempo, 2019.

BACELAR DE ARAÚJO, Tania. **Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Revista Econômica do Nordeste, Banco do Nordeste Vol.30 n.2 abr-jun de 1999.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória – ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BILHALVA, Carlos. ***Charqueadas e Memória: O passado revisitado na cidade de Pelotas***. Pelotas: UFPel, 2018.

BOURDIEU, Pierre. ***O poder simbólico***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. Edição 2. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas. 2003-2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

_____. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas. 2018-2022**. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7**. Roteirização Turística/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/roteirizacao_turistica.pdf. Acessado em: 22/11/2022

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/sensibilizacao.pdf. Acessado em 02/01/2023.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em agosto de 2017.

_____. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001.

BRASILEIRO, MDS., MEDINA, JCC., and CORIOLANO, LN., orgs. **Turismo, cultura e desenvolvimento [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. 233

BRASÍLIA, Decreto 9.763/2019. **Política Nacional de Turismo**. Brasília, 17 de setembro de 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Da administração pública burocrática à gerencial**. Revista do Serviço Público, Brasília, 47(1) janeiro-abril 1996. Disponível em: <http://blogs.al.ce.gov.br/unipace/files/2011/11/Br>. Acesso em: 12/01/2025.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização**. Trad. Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro. Ed. Uerj, 2006.

CANDAU, Vera Maria(Org.). **Diferenças culturais e educação: construindo caminhos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

CARDOSO, F.H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CARRASCO, André de O. Torres. **O processo de produção do espaço urbano na cidade de Pelotas: Subsídios para uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações de desigualdade entre centro e periferia**. Oculum Ensaios, Vol. 14. Núm. 3. P 596-677, Pontifica Universidade Católica de Campinas 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____, Manuel; PORTES, Alejandro. **World Underneath: The Origins, Dynamics, and Effects of the Informal Economy**. In: *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

CAVACO, Carminda. **Territórios de turismo. Revista Turismo e Desenvolvimento.n.20**. 2013.p.5167.Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/12465/8231>. Acesso em 13 out 2022.

CENTENO, Ayrton [et al]. **50 tons de rosa: Pelotas no tempo da ditadura**. Organização Lourenço Cazarré. 1ª ed. Porto Alegre, RS. Artes e Ofícios, 2016.

_____, Ayrton. **Mais perfeito que o paraíso e outros desatinos de Pelotas**. Libretos. Pelotas, 2019.

CLAVAL P., **Histoire de la géographie, Paris**, PUF, 1995. DOI : 10.3917/puf.clava.2001.01

_____, P. **A geografia cultural no Brasil**. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia [online]*. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 11-25.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local**. Revista Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local, João Pessoa, p. 396. Editora Universitária da UFPB, 2012.

CORONEL, Daniel Arruda; AMARAL, Fabiano Dutra; SILVA, Mariangela Amaral e. **Notas sobre o processo de desenvolvimento da metade Sul e Norte do estado do Rio Grande do Sul: uma abordagem comparativa**. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v.3, n.2, p. 27-43, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/68.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2012.

CHAMBERS, Robert. (1999). **Contando as Realidades: Colocando os Primeiros em Último Lugar**. Editora Vozes.

CRUZ, R. de C. A. da. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço**. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Coriolano, L. N. M. T. (2005). Epistemologia da análise do discurso no turismo. Caderno Virtual de Turismo, 5(2), 50-56.

CUVILLIER, Sandrine. **A CRÍTICA DO DECRESCIMENTO AO DESENVOLVIMENTISMO**. 2018. Tese de doutorado. Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

DA ROSA. Estefânia Jaekel. **“Esse chão tem fundamento de preto velho” as territorialidades invisíveis e invisibilizadas da charqueada São João, Pelotas/RS-Brasil**. Oldeário Patrimonial. N. 15. P. 267 – 303. 2021.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua Rio de Janeiro, Guanabara Koogan**. 1991.

DAMETTO, Ana Paula de Andrea. **Os metais no patrimônio arquitetônico urbano de Pelotas, RS- 1870 a 1931**. Dissertação do Mestrado em memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, Pelotas. 2009.

DEMO, Pedro, **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FARIA, Carlos A. P. **“Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, nº. 51, fevereiro 2003. (pp. 21-29).

FIOCRUZ, 1996. 224 p. ISBN 85-85676-27-2.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32 ed., São Paulo: Editora Nacional, 2005.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento—uma visão do estado da arte**. Territorios com identidad cultural. Rimisp 20o. Aniversário, 2006.

FREITAS, S. M. de. **História Oral: Possibilidades e Procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GANDLER, Stefan. **Fragmentos de Frankfurt. Ensayos sobre La Teoría Crítica.** Siglo Veintiuno Editores. México. 2009.

GOES, graciete T., Brandalise, M. Ângela T., Bonatto, B. M., & Silva, G. C. (2018). **Teoria crítica: fundamentos e possibilidades para pesquisas em avaliação educacional.** Revista eletrônica Esquiseduca, 9(17), 72–90. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/574>. Acessado em: 03/01/2023.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação.** Petrópolis: Vozes, 1986.

GOLÇALVES, José Reginaldo Santos Op. Cit. (Malinowski, 1976; Mauss, 1974). **O Patrimônio Como Categoria do Pensamento.** Editora: DPEA. Caxambu, 23 de outubro de 2002.

GOMES, Nadine. **Trabalho doméstico e a ilusão da relação familiar: Gênero, raça e hierarquia social no Brasil.** São Paulo: Ed. PUC, 2020.
HOOKS, Bell. **Olhares Negros: Raça e representação.** São Paulo: Elefante, 2019.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. **Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vidas.** Rev. Katál, Florianópolis, v.10, n.esp, p.83-92, 2007.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense.** Pelotas: Ed. UFPel, 1993.

_____, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense** 2ª ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2001. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000299.pdf>. Acesso em: 05/12/2024.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. **Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888.** Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004.

_____. Ester Judite Bendjouya (coord.). **Diretrizes para a área de especial interesse cultural “sítio charqueador pelotense” /Relatório Final.** Ministério da Educação Prefeitura /Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Secretaria Municipal de Cultura/Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira/ Municipal de Pelotas /Secretaria Municipal de Urbanismo. Pelotas, 2006.

_____. Ester Judite Bendjouya. Célia Gonsales. **Pelotas: Arquitetura e cidade. Almanaque do Bicentenário de Pelotas.** 2ª edição. Pelotas: Armazém Literário, 1997-1998. 2 vol, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Rio de Janeiro: Vértice, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. JOHN, Peter. (1999), *Analysing public policy*. Londres, Pinter.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1989 (3. ed.).

_____, David. ***O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo***. Editora Boitempo, 2001.

_____, David. ***Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution***. London: Verso, 2012.

HOLANDA, L. A. **Empresarização do turismo de base comunitária**. Caderno Virtual de Turismo, v. 16, n. 2, p. 249-262, 2016.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade. **Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: princípios e diretrizes**. Ministério do Meio Ambiente, 2018.

ISSA, Y. & Dencker, A. (2006). **Processos de turistificação: dinâmicas de inclusão e exclusão de comunidades locais**. In Anais do IV SemintUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2006. Caxias do Sul, RS. Caxias do Sul: UCS.

KUAZAQU I, E. **Marketing turístico e de hospitalidade: fonte de empregabilidade e desenvolvimento para o Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000. 216 p.

KINCHELOE, Joe L; McLAREN, Peter. **Repensando a Teoria crítica e a pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. p. 281-314.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado de decrescimento sereno**. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2009.

LAZZAROTTO, R., BIERHALS, S., POLIDORI, M. C., & GUTIERREZ, E. J. B. **Estância Nossa Senhora dos Prazeres no contexto da origem do bairro Laranjal**. CIC XI ENPOS. 2009, 6p.

_____, Henri. ***O direito à cidade***. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, J.; MONTREMY, J.-M. **À la recherche du Moyen Age Paris: Louis Audibert**, 2003.

LONER, B.A. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Editora UFPel, 2001.

_____, Beatriz; GILL, Lorena e MAGALHÃES, Mario (Orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Editora da UFPel, 2012.

LIMA, Fernanda. **Direito à Cidade e Habitação: Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Pelotas-RS**. Relatório final, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

LOPES, Eugênia Cavalheiro. **A percepção da comunidade local em relação ao turismo: um estudo na Vila da Palha – Pelotas/RS**. Trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Turismo- Universidade Federal de Pelotas, 2015.

LTDS, Laboratório de tecnologia e desenvolvimento social. **Relatório Técnico: marco referencial teórico para o turismo de base comunitária**. Rio de Janeiro: PEP/COPPE/ UFRJ, 2011.

MACIEL, Letícia N. **Uma abordagem arqueológica sobre os cortiços pelotenses entre os séculos XIX e XX**. 2014. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em antropologia – Linha de Formação em Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

MAGALHÃES, M. “**Sobre o bicentenário de Pelotas**”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ri Grande do Sul, no 146, 2012, 120.

MARINS, Paulo César Garcez. **Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p.29-30.

MASSEY, D. B. **Space, place, and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MATTA, R. D. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 45-67.

MAX NEFF, Manfred A. **Desarrollo a escala Humana: concietos, aplicaciones y algunas reflexiones**. Montevideo, Uruguay: Editora Nordan-Comunidad. Redes 1993.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. **A vida sem condomínio: configuração e serviços públicos urbanos em conjuntos habitacionais de interesse social**. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____, Nirce Saffer. **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, 2006. Disponível

em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio-Final_Pelotas_UFPEL.pdf. Acesso em: 15/01/2025.

_____, Nirce Saffer; CARRASCO, André Oliveira T.; SILVA, Fernanda Lima. **Direito à Cidade e Habitação: Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Pelotas-RS.** Relatório Final, 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

_____, José Carlos Sebe Bom, Fabíola Holanda. **História Oral: Com fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda e IRVING, Marta de Azevedo. **Realidade e desafios na construção de projetos turísticos de base comunitária. In Comunidades sustentáveis: a partir do turismo com base local.** TREVIZAN, Salvador D. P. (Org.). Ilhéus, BA: Editus, 2006.

MOESCH, Marutschka. Martini. **A produção do saber turístico.** São Paulo: CONTEXTO, 2000.

MOURA, Rosa Maria Rolim de. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): Entre políticas públicas e investimentos privados.** Porto Alegre, 2006. 248 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Porto Alegre: 2006.

NAURO, Júnior. **Um naufrago de um mar doce.** Editora: Satolep Press; 1ª edição. Pelotas, 2013.

NETO, Alexandre Panosso; NECHAR, Marcelino Castillo (Editores). **Turismo: perspectiva crítica: textos reunidos** - Assis: Triunfal. Gráfica e Editora, 2016
NETO, Fernando Augusto de Assumpção. A economia saladeril desenvolvida em Pelotas e Bagé: Diferenças e Peculiaridades Trabalho de conclusão de curso. Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 66 página. 2015.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica.** 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

NORA, Pierre. **Entre memória e história – a problemática dos lugares.** Trad. Yara Aun Khoury. Revista Projeto História, São Paulo PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

_____, Pierre. (1993). **Os Lugares de Memória.** *Coleção Ensaios*, Editora Martins Fontes.

NUNES, Joaquim Moreira; INFANTE, Maria (Orgs.). **Pesquisa-ação: uma metodologia de consultoria.** Escola Politécnica de Saúde de Joaquim Venâncio Formação de pessoal de nível médio para a saúde: desafios e perspectivas [online]. Rio de Janeiro: Editora

OLIVEIRA, L. ***O trabalho doméstico no Brasil: Entre a segregação ocupacional e a luta por direitos***. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 54, p. 25-42, 2004.

OMT, Organização Mundial do Turismo. **65ª Reunião Do Conselho Executivo Da OMT 2001. Competitividade do Turismo e Luta Contra a Pobreza**. Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

_____, Organização Mundial do Turismo. **Turismo internacional: uma perspectiva global**. Traduzido por Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre; Bookmann, 2003. Tradução de: International Tourism: A Global Perspective.

OGNIBENI, Denise. **Charqueadas Pelotenses no Século XIX: Cotidiano, Estabilidade e Movimento**. 2005. 274f. Tese (Doutorado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS, Porto Alegre, 2005.

PELOTAS. LEI 4977/2003. **Institui o Roteiro das Charqueadas como referência Cultural e dá outras providências**. Pelotas: 14 de outubro de 2003.

PERALTA, Elsa. **“Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: Uma Resenha Crítica”**, in Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória, N.º 2 (nova série), Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 4-23, 2007.

PEREIRA, V., Silva, G. M., & Dias, Á. (2021). **Sustainability practices in hospitality: Case study of a luxury hotel in Arrábida Natural Park**. Sustainability (Switzerland), 13(6), 1–21. <https://doi.org/10.3390/su13063164>

POLLAK, Michael. **“Memória e identidade social”**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

_____, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 42. ed São Paulo.

RAMOS, S. M. P. **Estrutura urbana histórica: A importância dos primeiros caminhos e sua permanência na estrutura urbana de Pelotas, RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RUBIRA, Luís (Org.) **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. 2ª edição. Pelotas: Armazém Literário, 1997-1998. 2 vol, 2014.

RUIZ, Lino José Zabala. **Diálogo de saberes e ancestralidade: Narrativas afrocentradas da Vila da Palha, Pelotas RS**. 2022. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em antropologia e arqueologia. Universidade Federal de Pelotas, 2022.

SALGUEIRO, T. B. **Cidade Pós-moderna: espaço fragmentado**. Revista território, v. III, n. 4, jan./jun. 1998.

SAMPIERI, Roberto Hernández.; COLLADO, Carlos Fernanéz.; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. 5. Ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia, v. 1, n. ju 1999, p. 7-13, 1999.

_____, Milton. O retorno do território. In: **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp. 2005, p. 138. Adaptado.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, C. A. A. **Influências francesas na organização dos espaços verdes de Pelotas e nos edifícios da cidade: 1870-1931**. JURIS, Rio Grande, n.17, p.153-171, 2012.

SANTOS, A. F.; PEREIRA, J. P. C. N. **Política Pública de Turismo e Desenvolvimento Local: Análise sob o Enfoque da Escala Humana**. Desenvolvimento em Questão, v. 18, n. 52, p. 142-158, 2020.

SASSEN, Saskia. **The Global City: New York, London, Tokyo**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SCHEYVENS, Janelle. (2002). **Ecoturismo e o Empoderamento das Comunidades Locais**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 6(1), 45-53.

SOARES, P.R.R. **Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000)**. 2002. 513f. Tese (Doutorado em Geografía Humana) - Universidad de Barcelona, Barcelona, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Marcelo Lopes de Souza- 2ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, M. J. **A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade**. Revista Graphos, vol. 16, nº 1, UFPB/PPGL, 2014.

SOUSA, Bertone de Oliveira. **A Memória como Elemento de Construção de uma Identidade Cultural**. In: I Congresso Nacional e II Regional de História da UFG – Jataí. Anais eletrônicos. Universidade Federal de Goiás, 2008. Disponível em: <http://docplayer.com.br/23810850-A-memoria-como-elemento-de-construcao-de-uma-identidade-cultural.html>. Acesso em: 12/07/2022.

SOUZA, Jéssica Oliveira de. **As representações da cidade de Pelotas nas crônicas de Alberto Coelho da Cunha (1853-1939)**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

SHARPLEY, Philip. **Desenvolvimento do Turismo e o Meio Ambiente: Para Além da Sustentabilidade?** Editora Manole, 2002.

TELLES, Daniel Hauer Queiroz; VALDUGA, Vander. **O “espaço turístico” a partir da multiescalaridade territorial: Complexidade e sistematização conceitual**. ABET, Juiz de Fora, vol.5, nº. 3, set./dez. 2015.

TEJADA, César A. O. **O desempenho econômico de Pelotas (1939 – 2009): uma análise comparativa com os principais municípios do interior do RS**. Teoria e Evidência Econômica. Pelotas. Ano 19, n. 41, p. 118-149, jul./dez. 2013.

TOMIO, Iara Rozoita Papp; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **Turismo, memória e planejamento: o patrimônio cultural de Antônio Prado-RS (Brasil)**. Revista Rosa dos Ventos, vol. 12, núm. 1, 2020. Universidade de Caxias do Sul. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4735/473563286012/html/index.html>. Acesso em: 01/05/2021.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

UNWTO, U.N. World Tourism Organization. **«Concepts and definitions»** (em inglês). Disponível em: <https://www.unwto.org/es/glosario-terminos-turisticos>. Consultado em 17 de maio de 2021.

USTÁRROZ, Carina Pardi. MULLER, Dalila. **Descoberta da Praia do Laranjal - Pelotas/Rs: A Utilização do Espaço de Lazer Antes da Inauguração Oficial**. X Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2016.

Vargas, Jonas Moreira. (2012a). **“UM OLHO NO ATLÂNTICO, OUTRO NA FRONTEIRA”. Os charqueadores de Pelotas, o comércio de carne-seca e as suas propriedades na fronteira com o Uruguai (século XIX)**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, 30 (2), p. 1-23.

_____, Jonas Moreira. **Uma aldeia escravista e os seus chefes: Família e Hierarquias sociais na primeira elite charqueadora de Pelotas (1790-1835)**. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luís A.. (Org.). Micro-história, trajetórias e imigração. 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 122-14

YOUELL, Ray. **Turismo: uma introdução**. Traduzido por: Beth Honorato. São Paulo: Contexto, 2002. Tradução de: *Tourism: an introduction*.

WACQUANT, Loïc. ***Parias urbanos: Marginalidade no Estado neoliberal***. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

7. APÊNDICES

Apêndice I- Transcrição da roda de conversa com os moradores da Vila da Palha

Liliane: [00:00:00] São os representantes da Vila da Palha. Hoje eu acho que é um dia bem legal assim, bem especial pra gente poder montar essa história. Vamos juntos tentar construir aí esse essa linha do tempo. Então eu coloco aqui a primeira pergunta por que o nome? Por que Vila da Palha? Alguém sabe? Alguém lembra o por que poderia vir este nome que é diferente, né? Um nome diferente.

Cristiane: É que antigamente eu ainda lembro de quando criança, todas as casas serem cobertas com palha, com santa fé. Eu tenho uma vaga lembrança de um dia estar tomando um chimarrão e tá chovendo e tem algumas goteiras assim. E a casa era coberta com Santa fé, porque quase todas as casas da vila foram construídas primeiro de madeira e com santa fé. Aqui seria palha. Então acho que talvez por isso seja o nome Villa da Palha.

Liliane: [00:00:56] É essa palha vinha da onde?

Cristiane: [00:00:59] Acho que do arroio, creio eu. Eu não tenho essa certeza. Talvez a dona Maria, a dona Luiza devam saber.

Dona Maria: [00:01:06] aqui no outro do arroio, nessa parte assim, era toda santa. A maioria das casas, a palha era tirada do próprio arroio aqui.

Liliane: [00:01:19] E aí chamou a atenção Então.

Dona Maria: [00:01:20] A casa que eu morei era. A gente tirou a palha, daí foi coberto com a palha daí.

Liliane: Daí os próprios moradores iam fazendo suas casas, tirava, deixava secando.

Dona Maria: Sim.

Liliane: Por que esses primeiros moradores vieram para cá. Vocês sabe por quê? Por que justo ali, entre a Charqueada São João e Santa Rita? Por que será.

Carolina: [00:01:43] Dona Luiza? Ela tá perguntando por que a senhora veio morar na Vila da Palha? Por que ele trouxe pra cá?

Dona Eloisa: Primeiro que entrou aqui foi os meus velhos. Eu tinha seis anos.

Então o doutor foi lá na colônia trazer, ele queria uma pessoa para cuidar. Aí era mato, eucalipto, era mateiro. E era fechado. Tudo, tudo com arame. E tinha uma porteira lá na ponta. Aí ele foi lá fora e falou com meus velhos, se eles queriam vir pra morar aqui

e cuidar, podia cortar eucalipto pra fazer os rancho, mas não deixasse ninguém entrar pra cortar. Aí os véio aceitaram. E ele foi nos buscar pra cá. Quando eu cheguei aqui, não tinha onde morar. Eles fizeram um rancho de beira de chão, tudo tramado de árvore. Passaram barro pra nós ficar dentro da casa, não ficar na rua. Ali fiquei... Mas depois, com o tempo que eles carregavam tijolo lá de cima, perto, do lado da estação pra fazer o rancho pra da gente morar, moremos por quase dois anos embaixo. Nós eramos 9 crianças mais os véio.

E os velhos aí fizeram. Aí depois, devagarinho, eles foram fazendo tijolo pra fazer. Aí ele tirou a porteira lá da frente que já tinha gente pra cuidar aqui.

Liliane: [00:03:17] E aí depois começaram a vir outras pessoas?

Dona Eloisa: [00:03:21] Depois que veio, segundo. Segundo a pessoa que entrou, eu não tô bem lembrada, mas acho que foi a dona Noêmia. Seu Paulino. Não sei.

Cristiane: [00:03:31] Paulino não. Foi o pai, foi seu Paulino, é a dona Lúcia.

Dona Eliosa: [00:03:43] Não foi o pai do João Carlos. João Carlos Eu não sei. A mãe e o pai de João Carlos. Morava bem no início (da rua). Então, meus velhos, porque quem mandava era o velho. Aí dizia, dizia o nome, entrava e fazia o rancho. Foi de nós o terceiro, pois eu não me lembro mais.

Liliane: [00:03:57] Então essa pessoa, que.

Milena: [00:03:58] A minha vó Eleonora era também uma das mais antigas da vila. A minha outra avó por parte de pai.

Liliane: [00:04:03] E eram familiares? Os que vieram primeiro foi a família dela, os pais, e depois?

Milena: Isso, isso, era também uma das mais antigas da vila, a minha outra avó por parte de pai.

Liliane: [00:04:03] E eram familiares os que vieram, porque primeiro foi a família dela, os pais e depois.

Dona Maria: [00:04:10] Não tinha água, não tinha luz, então tinha a cacimba. Pra não beber água do arroio, eles aí cavucavam, cavucavam aí tinha uma vertente e vertia água. aí eles pegavam tijolo, fazia na volta, faziam uma cacimba é dali que nos bebia água para não beber água do arroio.

Liliane: [00:04:31] E a cacimba da nação ali era também para abastecer o pessoal na volta, sim. E aí você tinha uma cacimba própria, próxima da própria. Então foi o proprietário desse terreno que convidou a primeira família para poder cuidar o espaço e tomar conta. Quem era o proprietário?

Carolina: [00:04:52] Era o Dr. Ferreirinha.

Liliane: [00:04:56] E ele tinha alguma coisa a ver com as charqueadas?

Dona Eloisa: [00:04:59] Eu disse que aqui ele tinha para os pobres. Ele queria dar para os pobres. E o filho dele não queria. Queria vender para fazer uma fábrica de sabonete. E ele não aceitou isso, não. Eu vou dar para os pobres. Aí o filho dele ficou bravo, foi embora o Rio de Janeiro porque o pai não deixou vender, né? E aí a prefeitura veio e queria comprar, fazer uma casa de sabonete, né? Não, ele não vendeu, disse que aquilo era para os pobres. E desde que nós entramos e nunca mais saí, eu entrei com seis anos, estou com 90 anos. Chama Luíza.

Dona Maria: [00:05:43] Mas tu só tem 90 anos? Então, eu não tenho 95.

Dona Vera: [00:05:48] Anos Não. Não, não tem dona Maria. É isso mesmo?

Dona Maria: [00:05:50] Eu achava que a dona Luiza era mais velha. Era mais.

Cristiane: [00:05:55] Que idade tem o seu filho mais velho de seu filho mais velho?

Dona Eloisa: [00:05:59] O Paulo? O Paulo.

Viviane: [00:05:59] Tem 65. Vai fazer 65.

Dona Maria: [00:06:04] Ele corre a carreira.

Dona Vera: [00:06:05] Não, a mãe mais velha, mais velha.

Liliane: [00:06:08] E aí depois Então a sua. A sua família veio primeiro. Depois veio essa segunda família. Eram parentes da sua família?

Viviane: [00:06:19] Não, não, não. Ali ninguém era parente. Ele ia convidando a pessoa. Autorizava a pessoa a entrar e cada um ia fazendo o seu pedaço pra si, ia fazendo, ia fazendo.

Dona Vera: [00:06:19] Depois eles foram entrando. Assim o descobriram e foram entrando e cada um foi pegando um pedaço. Já, já sem convite. No final.

Milena: [00:06:37] O Paulino, seu Paulino, também era antigo na Vila, né? Paulino veio antes do seu João. Como é que seu João.

Viviane: [00:06:37] São paulino. Seu Paulino também era antigo na vila, né?

Cristiane: [00:06:44] Paulino veio antes do Seu João. Como é que o João Carvoeiro, seu João Carvoeiro, Seu João, veio antes? Isso eu acho que é a dona Luiza, a dona Maria. Depois do seu Paulino. Ou talvez o seu Paulino, antes da Dona Maria, porque tinha uma Dona Maria que. São os três mais antigos.

Viviane: [00:06:56] Tinha uma fábrica de carvão

Dona Maria: [00:06:58] Seu Paulino, quando eu vim pra cá ele já morava aqui.

Cristiane: [00:07:01] Então seu Paulino e depois a senhora, pra depois vir o resto povoar.

Milena: O vó, o pai conta que o pessoal ali da Salete, a mãe, eu acho deles ali também, foram um dos primeiros pessoais a povoar a vila junto com a Dona Eloísa, do qual não vieram bem depois de bem depois. Tínhamos até. E tinha mais gente. A gente não tinha nem porque o pai veio pra cá com 14 anos (1967). Ele tá com 72.

Dona Maria: [00:07:34] A Noêmia também já morreu. Quando eu vim pra cá, quando eu me mudei, nós mudamos pra cá. Ela já morava.

Liliane: [00:07:44] Nessa fábrica de carvão que já existia antes de vocês chegarem? Ou foi depois? Bem, depois foi depois. E chegaram a trabalhar? As famílias que moravam aqui trabalhavam na própria fábrica de carvão. E essa fábrica era do proprietário do terreno?

Cristiane: [00:07:59] Não, não era. Era de um senhor que veio morar na beira do arroio, que era o senhor João Carvoeiro. Ele veio morar ali, na beira do arroio. O carvão era artesanal.

Milena: [00:08:06] Ele começou. Era produção caseira. Mas ele era, ele era só ele.

Cristiane: [00:08:12] Entendi, Sim.

Dona Maria: [00:08:14] Fazia ele mesmo. Ele mesmo vendia.

Liliane: [00:08:16] Ah, sim, sim. Era para sustento dele.

Liliane: [00:08:20] E essa foto aqui? Vocês já viram essa foto?

Dona Maria: [00:08:25] Não, eu não vi.

Milena: [00:08:37] Chega pra cá, dona Luiza, enxergar junto com a senhora. Não me lembro.

Liliane: [00:08:42] Essa foto é uma balsa que levava o pessoal deste lado, que era onde acontecia, onde tínhamos a cidade, para o outro lado, que hoje a gente conhece, né? Digamos assim, que já começa o bairro Laranjal.

Cristiane: [00:09:00] Era aqui, né?

Dona Eloisa: [00:09:01] A balsa não era aqui. Era bem aqui, ó. Era naquela parte. Ali para lá.

Cristiane: [00:09:06] Eu lembro. Na vila tinha a ponte, tinha ponte do Laranjal, era na Vila Era bem aqui, ó ali. Passando aqui (a Charqueada São João), essa era a balsa.

Viviane: [00:09:16] Passando aqueles juncos ali. Ali era a balsa.

Liliane: [00:09:20] Porque aí eu tenho essa foto aqui da ponte.

Milena: [00:09:22] Essa é a ponte. Essa foto aí, essa aí a gente conhece. Ainda tem muito artefato dessa ponte dentro do arroio.

Liliane: [00:09:32] Sim. E aí começou justamente ali começa o pontilhão, o primeiro pontilhão para ir para o laranjal. E aí certamente chamou mais moradores para a vila em função de que já era uma estrada. Quem lembra?

Milena: [00:09:49] Que ligava ao resto da cidade.

Liliane: [00:09:50] Né? Exatamente. Vocês eram pequenos, Vocês lembram dessa, dessa ponte, dessa época, lembra?

Dona Maria: Eu me lembro, por exemplo, quando eu me mudei e já estavam construindo essa ponte.

Dona Eloisa: [00:10:11] Sim. Muito eu cruzei essa ponte. Tudo. Eles vieram falar com meus velhos para abrir, que eles iam fazer uma ponte. Aí a prefeitura veio, falou com eles, abriram lá na frente que era fechado para fazer caminho da ponte. Aí começaram fazer a ponte. Ali pegou os paus.

Liliane: [00:10:33] E aí a movimentação mudou totalmente!

Dona Maria: [00:10:36] Ali era uma avenida de eucaliptos.

Dona Eloisa: Aí começaram a arrancar os eucaliptos do estaleiro de espinha de gato, que a gente já tinha limpado um pouco, tinha tirado um pouco das árvores, né? Mas os eucaliptos eram grande. Aí a prefeitura veio e arrancou tudo.

Liliane: [00:10:54] E lá do outro lado, vocês lembram?

Dona Eloisa: [00:10:58] Só mato só lá de casa.

Liliane: [00:11:01] E essa balsa? Como ela ficava ali? Digamos, não. Não.

Dona Eloisa: [00:11:05] Essa balsa era pra ir pro Laranjal. Antigamente não tinha ponte.

Liliane: [00:11:09] Dizem que é a própria família que é a família Augusto Assunção, que era a dona de todo aquele território ali daquele terreno que a equipe fazia esse serviço com a balsa. Aí, no momento que fizeram o pontilhão, aí já abriu e também a facilidade para o pessoal ir para a praia, né?

Dona Eloisa: [00:11:26] Aí foi. Começaram a discutir por causa da estrada, como é que ia ser larga a parte da vila e eles mediram aqui. Aí eles aqui não queriam dar espaço, mas o espaço eu sei que depois foram na prefeitura e se entenderam lá para dar mais espaço para não apertar tanto a vila.

Milena: [00:11:45] E era uma rua só, né dona Luiza? Não tinha Rua dois.

Dona Eloisa: Sim. E não tinha casa do outro lado. Era só do nosso lado. Isso (da direita).

Milena: O terreno da vó, eu lembro que ia até lá fundos do tio Sérgio.

Viviane: É, até até a até ali a Charqueada, ali a Santa Rita. Isso porque só tinha um arame. A nossa. Nosso terreno ia lá quase na charqueada.

Cristiane: [00:12:08] Começou cada um começou a dar um pedaço pro seu filho, seu neto, a doar, né? E a doar. Aí que a gente construiu a rua 2.

Liliane: [00:12:17] E as pessoas que quando lá no início elas se dedicavam, tinha o senhor que fazia o carvão, que vendia o carvão e as outras pessoas trabalhavam com o quê?

Dona Maria: [00:12:25] Meu esposo trabalhava no frigorífico aqui de Cavalos. Matadouro de cavalo.

Viviane: [00:12:32] O pai também. Tinha matador de cavalo, tinha matador de coelho, que eram próximos. E tinha a química, que na época era chamada de química, que era a SUPRA ARROZ. Hoje Josapar. Então o pessoal daqui trabalhava nesses arredores, assim. Na charqueada, eram poucas pessoas da vila que trabalhavam aqui na Charqueada. Acho que a senhora trabalhou, né, dona Maria? O meu avô. Minha avó trabalhava aqui. Eu trabalhei, A mãe trabalhou. Avó trabalhou.

Dona Maria: [00:13:08] Meu marido se aposentou. Trabalhou mais de 15 anos na no matadouro de cavalos.

Liliane: [00:13:21] É essa. E vou mostrar outra imagem para vocês. Duas. Na verdade que a gente já começou a falar sobre ela, né? Sobre elas, que é a que tá de um lado, né? Fica à direita. E aqui uma foto antiga dessa charqueada da Charqueada São João. Aí eu tenho uma pergunta. Que sentimento? Falando em Charqueada, que sentimento as charqueadas despertam para vocês hoje?

Cristiane: [00:13:54] É nostálgico porque a minha avó trabalhou de empregada doméstica. Talvez A minha mãe trabalhou de empregada doméstica, a minha avó plantava toda essa extensão de que tem hoje de mato, plantava ervilha e às vezes eu fico pensando como que minha avó conseguia plantar sozinha toda essa criação. Aquele comprimento de ervilha. Porque talvez, se tu for hoje cavar um pedacinho do campo aqui da Charqueada, tu te mata. E a minha avó, uma pessoa idosa cuidando de um filho deficiente. Ela conseguia plantar da beirada (do arroio) até na ponta de ervilha. E aí, às vezes eu fico pensando como que ela como ela era tão trabalhadora

que ela conseguia conciliar o trabalho de casa, o trabalho de mãe, de esposa, com toda essa plantação que ela fazia.

Liliane: [00:14:43] E era para abastecer a charqueada? Ela era funcionária/

Cristiane: [00:14:45] Não, não era. Era a produção dela pra ela. E aí eu fico pensando como que ela conseguia fazer isso, que hoje eu não conseguiria plantar uma horta nesse campo, porque é uma terra mais dura, é uma terra boa, produtiva. Mas é uma terra mais dura.

Liliane: [00:15:02] E que contatos assim? Vocês acham que é claro que a gente vai lembrar. Já na época da Charqueada, a gente tinha toda aquela situação do trabalho escravo, né? Que querendo ou não, isso é uma situação que trouxe uma desigualdade para o nosso Brasil hoje, né? E que é uma luta até hoje de poder a gente ter direitos iguais ou ter acesso a tantas possibilidades de forma igual. E a gente olha então a Charqueadas. Muitas vezes a gente pensa qual é o sentimento que eu tenho com relação a esse passado? Será que algum antepassado de vocês chegou a participar lá no fundo dessa situação, dessa vivência da escravidão? Por exemplo, vocês já ouviram falar?

Viviane: [00:15:51] Com a vó, essa semana a gente estava conversando sobre isso lá em casa. A vó participou e trazia a mãe pequena. Quando a mãe começava a chorar, eles diziam Vó, leva essa negrinha lá pro fundo que ela está incomodando, né? Então a avó trouxe a mãe pra trabalhar junto. Depois, a mãe, que já era fora do tempo dos escravos, disse me trouxe pra trabalhar aqui. E na época da mãe já era melhor, porque a dona da casa me cuidava.

Dona Vera: A Dona Branca cuidava ela.

Viviane: Entendeu? Pra mãe poder trabalhar e Limpar a casa. Então quer dizer que.

Dona Maria: [00:16:21] Também eu era arrumadeira. Eu também limpava chão, lavava o chão, era branco esse piso assim era branquinho, né? E eu me ajoelhava e lavava de esfregão de aço aquele esfregão de esfregar.

Dona Vera: [00:16:37] Eu também fiz muito isso aqui, escovar o Chão.

Viviane: Passava cera depois colocava nós pra passar em cima pra brilhar.

Dona Maria: O Marcelo era pequeno, acho que não se lembra de mim. Sim, ele era menino. Acho que ele tinha uns 16 anos por aí. 17 anos. Eu fazia bolinho frito e ele adorava. Então traziam coca cola pra tomar com bolinho frito.

Dona Vera: Eu era babá do Marcelo. Cuidei dele, Eu fui babá.

Liliane: [00:17:06] E vocês, já fizeram um passeio? Já passearam a primeira alguém, A primeira vez que veio passear, Ter um?

Cristiane: [00:17:13] Todos nós aqui da vila a gente criou praticamente dentro da Charqueada porque era aberto, não tinha muro, então era aberto. Nós tínhamos uma comunicação enorme. Quase todas as pessoas da vila trabalhavam aqui, então a gente tinha acesso livre a tudo mais e convivia com os caseiros, o pessoal. Nós mesmos nos criamos com o pessoal daqui. A gente brincava

Diego: [00:17:36] com a nossa geração também, o Marcelo buscava nós pra gente brincar aqui. Jogar futebol, fazer brinquedos. Fazia tudo com nós. Sempre tinha alguma coisa pra fazer aqui. A gente tava sempre brincando. De geração a geração. Agente estava sempre no campo brincando com ele. Tinha campo de futebol ali, jogava

Liliane: [00:17:43] Então, já se conhecem Desde sempre. Ahh legal.

Cristiane: [00:17:52] Jogava futebol ali nos fundos de casa mesmo, tinha um campo de futebol, tinha campeonato. Aí, depois que foi vendido o terreno aqui da Charqueada para o Paulo Brasil e para Olivieira, aí sim que foi tudo fechado tudo e acabou o acesso livre, o acesso livre da vila com a charqueada.

Liliane: [00:18:16] E é assim com relação com a relação Charqueada Santa Rita?

Cristiane: [00:18:22] A Charqueada Santa Rita a gente tem bem menos ligação, quase toda a vila tem uma ligação mínima do que com a Charqueada São João. Claro que se tem algumas ligações, mas mínimas. Mas nós tínhamos um acesso bem mais restrito do que a São João.

Dona Vera: [00:18:35] Mas era raro agente ir pra lá. Embora o Geraldo Mazza não gostava né, agente sabia, ele corria agente, né?

Liliane: [00:18:48] E elas sempre foram ocupadas, porque eu sei que aqui a Dona Branca ela ganhou como presente. A Charqueada veio para cá morar. E a Charqueada Santa Rita até, não sei se não, teve um tempo em que ela esteve fechada, desocupada.

Cristiane: [00:18:59] Teve um tempo desocupado e aí sempre foram pessoas diferentes. No início era o Ferreirinha, né, que morava ali, que foi quem doou a vila toda. Depois foi, passou uma venda para ele, para aquele, para aquele outro, mas nunca teve um acesso com o pessoal da vila e até hoje não tem uma, uma tranquilidade assim com eles que o pessoal da vila,

Diego: Hoje está mais fechado ainda.

Viviane: [00:18:59] Hoje tá pior ainda.

Cristiane: Aí sim construíram um pier ali na beirada do arroio. Mandou desmanchar porque ela acha que o arroio é dela.

Viviane: Ali com a charqueada Santa Rita é bem mais difícil. Embora eles tendo até o acesso porque tem um portão de acesso que agora nem abre. Aí não tem. E é bem mais assim. Se aqui a gente acha a chegada bem fechada, que já foi afastada, que a gente não tem livre acesso, lá a gente não tem total acesso porque eles colocaram um portão e tem que identificar. Então é só praticamente o que vem de fora e quem trabalha ali dentro é que tem o acesso. Não está fechado já.

Carolina: [00:20:04] Na verdade, o foco da Santa Rita não é o turismo né, ali é uma pousada. Então é que nem aqui que tem a questão da visita.

Dona Maira: [00:20:10] De receber esses moradores que tem ali (Charqueada Santa Rita) agora não quer dizer que eles tenham raízes passadas, porque já? Quantos proprietários já mudaram ali?

Cristiane: [00:20:22] Acho que de raiz ali não tem mais.

Dona Maria: [00:20:24] Ali eram os ingleses. Os gringos, que eram lá do Anglo foram os primeiros que eu acho que compraram ali, né? Depois que morreu, não.

Milena: [00:20:36] Sei se ele chegou a ser Charqueada.

Dona Maria: [00:20:38] Que morreu seu Geraldo Mazza. Aí eles passaram pra ele, né? E pior, eles não tem raiz.

Dona Vera: [00:20:47] O Geraldo Mazza já não era 100%. Ele não gostava. Chamava todo mundo que entrava ali. Os escravos, Negrinho, escravo. Sai tudo aqui da minha charqueada. Negrinhos. Escravos, sai todo mundo daqui.

Dona Maria: A dona Noris Mazza ela era mais aberta. Assim as pessoas tinha mais convivência com os moradores da Palha ali. Ela dizia que eram os amigos dela, né? E tinha um barzinho ali na vila. Às vezes ela ia lá buscar coca cola, conversava conosco ali. Era muito chegada, né?

Liliane: [00:21:21] Sim. Já tá mais tempo, né?

Dona Maria: [00:21:24] Outro lado. Lá o Geraldo Mazza (Charqueada Santa Rita) já era diferente, né? Já não era...

Liliane: [00:21:32] Interessante. Tenho outra pergunta. O que lembra para vocês essa imagem?

Cristiane: [00:21:47] É o que se resume hoje em dia. A nossa charqueada é o turismo, né? Talvez seja uma perspectiva de futuro para nós da Vila, seja a função

turística que as charqueadas podem promover, né? Que as melhorias que a gente espera ter na Vila da Palha são através do turismo, porque a gente sabe que a Vila foi tombada como patrimônio imaterial, né? Então, acho que o turismo talvez seja a nossa esperança futura.

Liliane: [00:22:19] Porque é engraçado, porque o turista passa diariamente, eu digo na porta da Vila da Palha. E que ligação se tem? Que benefício tem do dia a dia desse trajeto deles? Que participação eles têm com vocês ou vocês com eles?

Viviane: [00:22:40] Nenhuma. Eles passam reto. Nem sabe o que a vila existe. porque passo ali, só vê aquilo ali. Deve ser uma vila qualquer.

Cristiane: [00:22:47] Alguns projetos, mas nada posto em prática ainda. Nada. Tudo no papel.

Liliane: [00:22:52] E vocês, gostariam de participar? Vocês teriam possibilidades, ideias, conceitos.

Milena: [00:23:01] Ideias e desejos? A gente tem! A gente precisa que o poder público coloque em execução, porque a gente está só vivendo de promessas há muito tempo. E para nós seria excelente, porque a partir do momento que asfaltam e a gente poder desenvolver o local, melhora a vida de todo mundo, né? A gente pode empreender, a gente pode ofertar serviços, comércio, mas a gente depende do poder público, Infelizmente,

Cristiane: [00:23:26] Porque a vila é uma vila, na verdade, onde começou Pelotas aqui, né? E a vila é um espaço antigo na cidade. Então parece que é o espaço mais esquecido de Pelotas. E não é só a Vila, é o Ariel Fundos. Passou da Zezé para cá. Acabou Pelotas, que foi onde começou. Então a gente bota muita esperança na função turística para que possa desenvolver esse final do areal, porque a gente mora aqui há anos. A gente luta por tudo que possa vir de melhorias para o final do areal, mas é bem difícil.

Viviane: É bem complicado. Pelo nosso ônibus a gente tinha um ônibus exclusivo só para a nossa rua, tinha até o nome da Rua Saint-Hilaire. E aí, no entanto, tiraram o ônibus e agora é areal circular.

Cristiane: E cada vez que chove, a estrada fica esburacada, eles simplesmente decidem que não vão vir. Então isso é uma coisa que não é de agora, é uma coisa assim. O que eu lembro de estar fazendo faculdade na parada do ônibus, às 07h00 esperando o ônibus. E aí, de repente passa alguém e diz: Não vai vir ônibus aqui porque tem buraco. Aí tu tem que caminhar várias, duas ou três quadras de distância

de espaço, contando até lá o areal para poder ir pegar um ônibus para ir para aula. Pessoas idosas para ir para o hospital, para ir para o trabalho. Agora há pouco tempo, uma vizinha caiu. Se machucou porque o ônibus simplesmente com esse consórcio, não quer vir porque tem buracos. E aí é uma luta constante que a gente tem com o Ministério Público, com esse consórcio, com tudo mais. Só que ninguém resolve nada. E aí tu está sempre lá na prefeitura, tá sempre nos órgãos públicos, lá na própria Defensoria... e aí nada.

Liliane: [00:25:17] E é curioso, até porque é um dos principais atrativos turísticos de Pelotas são as charqueadas, né? E os próprios ônibus?

Cristiane: [00:25:24] De ônibus até a ponta ali que é até onde ele vem? Será que vai dar meia quadra pra chegar na Charqueada? Mas tu não tem ônibus? Como que tu vai querer chamar turista pra cá?

Viviane: Sim, quando tem eventos mesmo. O pessoal que trabalha fica dificultoso vir pra cá, né? E tem bastante eventos em todas as charqueadas. Tem eventos, praticamente não tem. E a Santa Rita quase não tem ali. Mas como eu sou região diante, todo mundo tem.

Milena: [00:25:53] Ainda assim, com toda essa falta de estrutura, toda hora passa o ônibus de turismo ali na porta da minha casa, porque eu moro bem na entrada. Então, assim, toda hora eu vejo passar o ônibus, né? O quanto mais ia se desenvolver, quanto mais visitação não ia ser só os moradores locais que vão ganhar, né? A cidade ia ganhar com isso, né? Quanto mais gente visitando, consumindo, gastando, mais a cidade arrecada, né?

Liliane: [00:26:17] E hoje, pensando na atividade que os moradores, claro, vão ali, vão ter várias profissões. Tem quem faça doce, a Vivi, que faz doce, né? Imagina oferecer doce para comercializar na própria Charqueada? Artesanato, né? Ter essa conexão também com o turista através.

Milena: [00:26:35] Do comércio local poderia se desenvolver, né?

Viviane: [00:26:39] Eu acho que teria um espaço pra todo mundo, porque ali na rua cada um faz alguma coisa, entendeu? Tem gente que trabalha com comidas, mas então se agregasse, né? A Charqueada com o pessoal da rua, traria o pessoal dos visitantes pra nossa rua.

Milena: Teria o que oferecer.

Viviane: [00:26:56] Então todo mundo teria um ganho também. Né? Porque aí uma oferece o doce, o outro faria um almoço, entendeu? Tudo referente a fazer uma coisa

relacionada ao charque. Ia chamar o pessoal pra vir. Só que isso não. O pessoal vem aqui, visita a Charqueada e rumou ao centro, né? Então teria mais espaço, eu acho, pra todo mundo.

Liliane: [00:27:15] E como é que a gente poderia contar a história de vocês? Porque é uma história antiga, que vai desde a época lá do primeiro pontilhão de Laranjal. Imagina quanta história tem para contar para esse turista que passa. E realmente a vila fica invisível na passagem dele, né? E entra e sai da Charqueadas, conhece o mundo das charqueadas. Mas olha outra história que pode ser introduzida nesse conhecimento, nesse passeio através da história de vocês, do surgimento da vila, do surgimento ali, do primeiro pontilhão. Tanta coisa que pode ser mostrada para eles. Um questionamento, acho que até estamos finalizando. Se alguém lembrar de alguma outra coisa que queira, né? As meninas me deixaram o material ali, Vou, vou estudar. Bem interessante. E enquanto eu fazia muitas vezes os trabalhos assim, estudando um pouco mais a história, me bateu um questionamento e se fosse a ponte do Laranjal, aquela que nós usamos hoje. Tivesse sido a ponte, o pontilhão de madeira tivesse sido substituído pela ponte do Laranjal. De concreto, será que a vila ainda existiria?

Cristiane: [00:28:26] Eu acho que sim. Eu acho que porque o pessoal que mora ali é muito raiz assim, porque quem mora todos. Todas as casas que tem ali, veio três, quatro ou cinco moradores. E aí o terreno do lado foi dado para o filho, para o irmão, para o tio. Então a vila é construída por família, entendeu? Então, no meu caso, toda a minha família morou ali na vila. Ainda agora eu, eu mexo, eu sinto falta, que a maioria foi embora, então agente sente falta. Mas tem famílias que ainda são bem grandes na vila. Então acho que a vila continuaria e talvez fosse até mais forte, porque ali na vila a gente é bem fraco de estrutura política, que possa para poder trabalhar a política pública é fraca. Porque nós não temos uma associação, nós não temos um espaço, nós tínhamos, mas nós não temos mais um espaço onde a população possa trabalhar e lutar junto por políticas públicas. Mas eu acredito que a Vila seria bem mais forte se a ponte fosse ali.

Liliane: [00:29:32] Não, e que lindo de poder contar com elas, né? A presença delas aí, aqui também, que vivenciaram praticamente toda a história da vila, mesmo que seja pequenininha, ali com seis anos. Tem lembranças que né? Quantas? Quantas histórias.

Milena: [00:29:50] Outros moradores ali na vila que podem enriquecer muito mais o teu trabalho se conversassem. Se tu tiver oportunidade, nem que seja uma conversa individual. Tem muita gente, muita história antiga e boa pra te contar sobre o surgimento da vila e sobre como o povo se estabeleceu ali. Por que vivem ali até hoje.

Cristiane: Sem contar que é um lugar que, quem mora ali, eu por exemplo, moro ali desde que nasci, tenho 52 anos e eu jamais tive vontade de ir embora dali. Eu tive proposta de morar no centro, de morar nos melhores lugares, eu jamais fui... eu deixo a minha casa aberta, eu deixo as crianças brincando na rua, tu larga.. se tu largar qualquer criança ali pode sair e deixar acriança na rua, não tem problema. Todos os vizinhos vão estar cuidando. Se tu ver uma criança, lá na ponta da vila saindo sozinha, tu já vais atacar e dizer: onde tu vai? Com quem tu vai? Volta pra lá que tua casa é pra lá

Viviane: Todo mundo se conhece.

Cris: Não tem lugar onde tu possa viver assim, hoje em dia, é muito difícil. Um espaço como a viça com toda a confiança. Se entrar uma pessoa estranha lá, já todo mundo fica ouriçado: Estrou um fulano estranho na vila.

Liliane: Vocês têm um grupo de whatsapp, que eu já percebi.

Viviane: Sim! O melhor lugar pra criar filho, agente meche, é na Vila da Palha. Porque assim, as crianças ficam soltas. É bem tranquilo.

Milena: Esse grupo foi criado na época da regulamentação fundiária dos terrenos ali da Vila. Ai como funcionou muito bem para a comunicação, os moradores.

Apêndice II - Roteiro de perguntas do grupo focal

- BLOCO 1**
1. Você conhece o motivo do nome dado à vila?
 2. Lembra quais foram os primeiros habitantes da vila e por que se estabeleceram no local?
 3. Por que você decidiu vir morar na vila?
- BLOCO 2**
4. Já ouviu falar da antiga ponte do Laranjal?
 5. O que “Charqueada” desperta em ti?
 6. Você já visitou alguma charqueada?
 7. Você conhece os proprietários das charqueadas? Tem alguma relação com eles?
 8. Ouviu falar do Roteiro das Charqueadas? Sabe dizer o que as pessoas fazem nas charqueadas?
- BLOCO 3**
9. Saberria dizer se existia alguma relação dos primeiros habitantes com as charqueadas?
 10. Saberria dizer se a história da Vila da Palha é contada aos turistas em algum momento?
 11. As charqueadas compram algum produto produzido pelos moradores da V.P?
 12. Gostaria de participar do turismo que acontece nas charqueadas?
 13. O que deseja para a Vila da Palha no futuro?

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Apêndice III- Termo de autorização de uso de imagem e som de voz

Eu, _____, autorizo livre e voluntariamente, o/a pesquisador/a Liliane da Cruz Caldas a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada “Memórias e Identidade da Vila da Palha” e concordo livremente em participar dela. Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do/da pesquisador/a.

Pelotas, _____ de março de 2025.

Assinatura